

URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E FINANCEIRIZAÇÃO

*Re-discutindo o direito à
moradia em cidades amazônicas*



NUMA

Organizadores:

Jovenildo Cardoso Rodrigues, Léa Maria Gomes da Costa,
Marlon Lima da Silva e Raimundo Sócrates de Castro Carvalho

Jovenildo Cardoso Rodrigues
Léa M. Gomes da Costa
Marlon Lima da Silva
Raimundo Sócrates de C. Carvalho
(Organizadores)

URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E
FINANCEIRIZAÇÃO: re-discutindo o direito à
moradia em cidades amazônicas

1ª edição

NUMA/UFPA
Belém-Pará
dezembro, 2024

©2024 Editora NUMA/UFPA

CAPA

Estevan Bartoli

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Editora Itacaiúnas

REVISÃO TEXTUAL:

Juliane do Socorro Cardoso Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA - Belém - PA

U72u Urbanização, desigualdade e financeirização : re-discutindo o direito à moradia em cidades amazônicas [recurso eletrônico] / Jovenildo Cardoso Rodrigues ... [et al.], Organizadores. — Belém: NUMA/UFPA, 2024.

215 p. : il; PDF. 5 MB

ISBN: 978-65-88151-33-4 (E-book)
DOI: 10.36599/itac-978-65-88151-33-4

1. Urbanização - Amazônia. 2. Financeirização - Amazônia. 3. Direito à moradia - Amazônia. 4. Cidades e vilas - Amazônia. I. Rodrigues, Jovenildo Cardoso, Org.

CDD: 23. ed.: 307.76098115

Elaborado por Olizete Nunes Pereira - CRB-2 1057

E-book publicado no formato PDF (*Portable Document Format*). Utilize software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nessa obra.

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](#)





Sobre a arte da capa

SKY: VOCÊ NA PERIFERIA, SEMPRE!

Quando encontrei aquela abóbada de antena da Sky jogada no lixo, de imediato bateu a ideia de utilizar sua curvatura como efeito de profundidade numa arte. Explico-lhes. A arte da capa foi pintada numa antena de alumínio tipo “SKY”, aquela que uns anos atrás era divulgada em propagandas de TV por uma famosa modelo. A frase repetidamente proferida pela modelo era: “Sky, você na frente, sempre!”

Pois bem, tinha em mãos matéria prima que merecia uma arte provocativa, pois a antena se espalhava pelos telhados das periferias país afora com enorme rapidez. Aqui no interior da Amazônia, onde vivo,

pesquisa e faço arte¹ (Parintins – AM), não foi diferente. Palafitas, barcos e extensas áreas periféricas empobrecidas passaram a apresentar esse novo item tecno informacional.

No ano da obra, 2019, diversos debates sobre o programa Minha Casa - Minha Vida eclodiram em análises acadêmicas gerando diversas críticas, pois a formação de periferias pelo programa era repleta de contradições. E lá estavam elas, as antenas!

Após passar uma base de tinta branca sobre o alumínio da antena, passei dias olhando para a abóbada côncava, que ameaçava me devorar caso não a decifrasse! Matutei muito para brotar algum bom desenho. Pensei na obra de Milton Santos, que nos trouxe reflexões sobre a distância entre os que produzem a informação e os consomem, sobre como as técnicas são sempre carregadas de intencionalidades, e sobre os espaços que mandam e os que obedecem. Onde estaria o espaço do cidadão nas periferias repletas de antenas? Me veio à mente o desenho! De um lado os arranha céus com olhos macabros, vigilantes, punitivos e ameaçadores, cuja arquitetura que atrai olhares, repele corpos que não são permitidos acesso. O fosso entre a periferia e o centro de decisões é profundo, mas nem sempre largo, afinal, muitos bolsões de pobreza são próximos aos enclaves fortificados da riqueza. No plano de fundo, montanhas com torres de comunicações gigantes, ditando a informação que circula no território.

Toda obra é texto/contexto a ser “lido”, e esse tipo de leitura requer abertura dos sentidos. Em uma de minhas exposições mambembe que faço por aqui nas margens do território, imprimi alguns “poeminhas” para provocar quem encarava o quadro.

¹ Instagram <https://www.instagram.com/e.bartoli.art/>

*Minha Casa, Minha Vida, minha doce residência
onde chego tão cansado, ao morar com insistência,
pois é lá nos cafundós!
De lá vejo da janela, o brilhoso prédio e a antena,
e assistindo o programa do Datena,
sonho comprar shampoo, moto e ter um cabelão!
Se não tenho espaço público, praça, teatro,
vou assinar a tal da antena, pois assim me torno cidadão!
Eis a antena da “cidadania”, maneira única de pertencer
à festa dos signos,
do consumo e da desinformação...*

Enfim, tenho encontrado aporte na arte quando não consigo me expressar pelas categorias, teorias e metodologias da “ciência” colonial, pois as provocações da arte podem ser trincheiras. Afinal, eles não suportam a arte! Vamos à guerra!

*Estevan Bartoli
Geógrafo e artista plástico*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitora: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitor de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Maria Lucilena Gonzaga

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cristian Mayko Carvalho da Costa

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Diretor Geral: Gilberto de Miranda Rocha

Diretora Adjunta e Coordenadora Acadêmica: Maria do Socorro Almeida Flores

Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente: Aquiles Vasconcelos Simões

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia: Christian Nunes da Silva

Coordenadora de Informação Ambiental: Olizete Nunes Pereira

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação: Daniel Aparecido da Silva

COMISSÃO EDITORIAL NUMA/UFPA

Robert Walker - University of Florida, USA

Pierre Teisserenc - Université Paris 13, França

Ana Maria Vasconcellos - Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha - Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira - Universidade Federal do Pará, Brasil

*A meu filho Miguel, minha mãe, esposa e irmãos Rodrigues, pelo
amor que nos une.*

Jovenildo Cardoso Rodrigues

*À filha, Luana, pela parceria, amor e apoio na trajetória de vida e
profissional.*

Léa Maria Gomes da Costa

*À minha mãe, Irene Lima, pelo amor e pela dedicação em tudo que
faz.*

Marlon Lima da Silva

*À minha esposa Glaucely Carvalho, à minha filha Sophie e ao meu
irmão Riba, pelo companheirismo e atenção de sempre.*

Raimundo Sócrates de C. Carvalho

SUMÁRIO

Nova Urbanização na Amazônia do século XXI?

Parte I - Nexos entre financeirização, moradia e trabalho nas cidades.

Capítulo 1 - Territórios da Moradia e Financeirização da Cidade: breve introdução ao debate

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Capítulo 2 - Financeirização da habitação e desigualdades socioespaciais na Amazônia paraense

Jovenildo Cardoso Rodrigues e Jondison Cardoso Rodrigues

Capítulo 3 - Financeirização e fragmentação socioespacial: reflexões a partir da dinâmica habitacional na cidade de Ananindeua-PA

Izabel Nahum Dias e Jovenildo Cardoso Rodrigues

Capítulo 4 - Deliverização do trabalho no espaço metropolitano amazônico: análise a partir de Belém, Pará

Raimundo Sócrates de Castro Carvalho e Jovenildo Cardoso Rodrigues

Parte II - Planejamento, gestão e políticas públicas na escala metropolitana

Capítulo 5 - Novos caminhos para o direito à moradia na Região Metropolitana de Belém

Marlon Lima da Silva

Capítulo 6 - Espaços Precários em Outeiro, Belém do Pará: Subsídios às Políticas e Ações Públicas de Saúde

Gilberto de Miranda Rocha, Emílio Chaves Rocha, Clícia Julie Batista Barata e Daniel Araujo Sombra Soares

Parte III - Urbanização, desigualdade socioespacial e direito à moradia

Capítulo 7 - Territórios insulares e fragmentação socioespacial na Amazônia paraense: uma leitura a partir dos espaços urbano-rurais de Ananindeua

Paula Beatriz Rêgo Menezes e Jovenildo Cardoso Rodrigues

Capítulo 8 - Habitação e expansão urbana: os ciclos da produção da habitação popular em Belém

Léa Maria Gomes da Costa e Jovenildo Cardoso Rodrigues

Capítulo 9 - Urbanização e vulnerabilidade socioespacial: resistências urbanas e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA

Gilmara Oliveira da Silva e Jovenildo Cardoso Rodrigues

Capítulo 10 - Moradia e desigualdade socioespacial: uma análise do PMCMV na cidade de Parauapebas-PA

Rodrigo Luciano Macedo Machado, Jovenildo Cardoso Rodrigues e Rui Jorge Gama Fernandes

Sobre os autores

Nova urbanização na Amazônia do Século XXI?

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Léa Maria Gomes da Costa

Marlon Lima da Silva

“Urbanização, desigualdade e financeirização: re-discutindo o direito à moradia em cidades amazônicas” constitui um tema complexo, dotado de interfaces, determinações e contradições, cujas manifestações espaciais demandam olhares atentos, sensibilidades aguçadas, pesquisas revisitadas e análises entrelaçadas. Integrar as pesquisas desenvolvidas pelos autores reunidos nesta obra foi um desafio teórico-metodológico e empírico grandioso, sobretudo, em razão da diversidade territorial e das profundas transformações urbano-rurais evidenciadas nas cidades amazônicas nestas primeiras décadas do século XXI. Tal fato exigiu escolhas que, para além da proximidade entre as temáticas abordadas, considerou o caráter contributivo e inovador dos processos metodológicos e ações de pesquisa, em seu alinhamento aos horizontes empíricos particulares de cada uma das produções científico-acadêmicas aqui congregadas.

No livro *A Urbanização Brasileira*, o geógrafo Milton Santos ponderou que a difusão do “meio técnico-científico-informacional” assumiu dimensões jamais vistas, complexificando simultaneamente a “urbanização do território” e a “urbanização da sociedade”. Naquelas circunstâncias histórico-geográficas dos anos de 1990, fluxos de capitais penetravam em diferentes porções regionais do Brasil, fato que exigia esforços interpretativos no sentido de apreender as dinâmicas territoriais e de propor caminhos alternativos na construção de uma outra possibilidade de pensar o urbano, como positividade e como realização do humano, em oposição aos imperativos histórico-estruturais que reforçavam a condição periférica da urbanização brasileira.

A nova urbanização do território brasileiro, evidenciada a partir do século XXI, vem se configurando como momento marcado por

intensas mutações espaciais interescares, reestruturação urbana e da cidade, intensificação de processos de diferenciações socioespaciais, recomposições urbanas, periferização dos espaços metropolitanos e não metropolitanos, fortalecimento do papel das cidades médias na rede urbana, avanço de novos agentes econômicos de capital nacional e internacional na escala das cidades, bem como, pela configuração de policentralidades urbanas, fragmentações e desigualdades socioespaciais (Sposito et al., 2023)

A questão da financeirização habitacional ganha notabilidade à medida em que os territórios urbanos metropolitanos e não metropolitanos amazônicos passaram a ser intensamente impactadas pelo avanço de novos agentes econômicos do circuito imobiliário e financeiro, bem como, pela nova urbanização (concentrada, extensiva e diferencial) em múltiplas escalas (planetária, brasileira e amazônica), com manifestações profundas na produção do espaço urbano (Brenner, 2015; Rodrigues, 2024).

Em escala regional amazônica, processos de reestruturação urbano-regionais, ações estruturantes do Estado, antecipações espaciais por parte de agentes econômicos, avanço do mercado imobiliário de capital nacional e internacional, planejamento e gestão públicas que induzem a estrangeirização de terras, avanço de novos agentes do agronegócio globalizado na escala regional amazônica, ampliação da extração mineral em algumas porções do território, implementação de grandes projetos urbanos como objetivo de induzir a indústria do turismo, particularmente, em espaços metropolitanos, ações corporativas de agentes econômicos de capital imobiliário, financeiro, do comércio e do consumo, constituem alguns elementos da nova condição urbana Amazônica e sua incorporação aos circuitos de reprodução do capital.

Como produto de coexistências cruzadas, assistimos os tempos lentos das cidades e da vida ribeirinha amazônica sendo gradativamente solapados, invisibilizados, tensionados, diluídos, coagidos, por ordens distantes e por interesses econômicos exógenos ao lugar, cuja intencionalidade, ligeireza e voracidade, transformam natureza em mercadoria, terra em latifúndio, trabalho em riqueza apropriada pelo capital. Por sua vez, as cidades médias desta região têm sido “tomadas” na velocidade dos processos de reestruturação urbana, amalgamadas,

combinadas e misturadas em suas múltiplas faces (ribeirinha, da beira da estrada) para atender aos interesses de negócios financeiros, imobiliários e corporativos.

Modos de viver e de habitar milenares tendem a se tornar espaços de resistência, em face do estabelecimento da tendência de expansão de circuitos econômicos imobiliários e não imobiliários, de políticas urbanas pautadas em commodities financeiras, com predomínio de uma racionalidade neoliberal e de uma lógica de organização espacial fragmentária nas cidades grandes e médias, anunciando o alvorecer da tendência de urbanização capitalista (concentrada, extensiva e diferencial) e de cidades fragmentadas.

Na miríade desses múltiplos processos espaciais reescalados e articulados, a nova urbanização do espaço amazônico apresenta efeitos territoriais na produção do espaço urbano-regional, dentre os quais destacamos: 1) ampliação de diferenciações urbanorregionais, 2) reconfiguração da rede urbana amazônica, 3) crescimento demográfico e espacial de cidades médias e de porte médio, 4) estruturação espacial com expansão de shoppings centers, 5) intensificação de desigualdades socioespaciais, 6) políticas urbanas centradas em grandes projetos (industriais, urbanos e comerciais), 7) fortalecimento da importância das cidades médias na rede urbana (Rodrigues, 2024; Lima e Rodrigues, 2023).

As reflexões aqui apresentadas, consideradas as particularidades dos recortes temáticos e territoriais, propósitos e contextos, demonstram que as novas diferenciações espaciais que emergem nas cidades amazônicas encontram o “DNA” do patrimonialismo, do clientelismo e do rentismo, constituindo profundas desigualdades e segregações que parecem se atualizar em processo de fragmentação socioespacial e de precarização do mundo do trabalho. De quebra, evidencia-se a pauperização político-administrativa dos órgãos de planejamento e gestão. Especialmente, no sentido de mobilização de demandas cruciais como, por exemplo, o direito à moradia, diante das aceleradas transformações.

As pesquisas apresentadas neste livro foram constituídas ao longo dos últimos seis anos, como parte dos resultados de pesquisas desenvolvidas junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre

Habitação e Moradia – LAHAM/UFPA e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFPA. Sua construção processual é resultado de trajetórias intelectuais entrelaçadas, de leituras articuladas, amalgamadas pelo viver urbano amazônico, de encontros e desencontros fortuitos e perenes. Um projeto intelectual co-participativo e colaborativo, no qual não apenas os autores são protagonistas na leitura do espaço, mas as comunidades, os territórios do habitar e do viver, do pensar e do sentir, possuem importância seminal, tanto no processo, quanto no resultado da pesquisa.

Do arsenal de possibilidades que ditam as diferenciações espaciais da urbanização na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI, selecionamos três eixos principais para orientar as reflexões: 1) *Nexos entre financeirização, moradia e trabalho nas cidades amazônicas*; 2) *Planejamento, gestão e políticas públicas na escala metropolitana*; 3) *Urbanização, desigualdade socioespacial e direito à moradia*. De modos distintos, cada um dos eixos temáticos revela que, embora um conjunto de inovações técnicas, políticas e econômicas seja difundido no curso da urbanização contemporânea no Brasil e no mundo, especialmente pelo neoliberalismo e pela financeirização, as diferentes cidades da região amazônica carregam mudanças e permanências vinculadas aos processos de resistência territorial, a partir do encontro e desencontro de interesses, intencionalidades e ações contra hegemônicas, que permitem fortalecer as lutas pelo direito à cidade e ao território de existência.

O primeiro eixo temático *Nexos entre financeirização, moradia e trabalho nas cidades amazônicas* reúne quatro capítulos:

- No capítulo 1, denominado **Territórios da moradia e financeirização da cidade: breve introdução ao debate**, o autor Jovenildo Cardoso Rodrigues tece breves explanações sobre a questão da habitação e moradia em uma perspectiva territorial, portanto, geográfica, levando em consideração a financeirização habitacional no período contemporâneo. O autor conclui que os “territórios da moradia popular para o bem viver” possibilita-nos ver para além dos processos hegemônicos da financeirização da cidade, constituindo elemento fundamental para pensar em cidades e o “direito à moradia”.

- No capítulo 2, denominado **Financeirização da habitação e desigualdades socioespaciais na Amazônia paraense**, os autores Jovenildo Cardoso Rodrigues e Jondison Cardoso Rodrigues discutem criticamente sobre os efeitos da política habitacional brasileira (do PMCMV), suas repercussões nas condições de moradia e desigualdades socioespaciais na escala da cidade de Marabá, estado do Pará no contexto da financeirização da habitação. Os referidos autores argumentam que a política habitacional do PMCMV, contribuiu para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial e para a acessibilidade desigual a equipamentos urbanos na escala da cidade de Marabá.
- No capítulo 3, denominado **Financeirização e fragmentação socioespacial: reflexões a partir da dinâmica habitacional de Ananindeua-PA**, os autores Izabel Nahum Dias e Jovenildo Cardoso Rodrigues buscaram analisar as correlações entre a financeirização habitacional e a constituição de um padrão espacial fragmentado na escala da cidade de Ananindeua a partir dos anos de 2000. Os autores argumentam que o processo de financeirização vem contribuindo para a constituição de um padrão espacial fragmentado na escala da cidade de Ananindeua, na Amazônia paraense.
- No capítulo 4, denominado **Deliverização do trabalho no espaço metropolitano amazônico: análise a partir de Belém, Pará**, Raimundo Sócrates de Castro Carvalho e Jovenildo Cardoso Rodrigues discutem as práticas espaciais e as novas condições do trabalho dos motoentregadores de aplicativos de delivery no espaço metropolitano de Belém, na última década do século XX. Os autores argumentam que as metamorfoses do trabalho deliverizado são produtos da dinâmica de realização do capital, que tendem a contribuir para aprofundamento de desigualdades socioespaciais e ampliação do processo de exploração do trabalho no espaço.

O segundo eixo temático *Planejamento, gestão e políticas públicas na escala metropolitana* é composto por dois capítulos:

- No capítulo 5, intitulado **Novos caminhos para o direito à moradia na Região Metropolitana de Belém**, Marlon Lima da Silva debate o direito à moradia na escala metropolitana. Dialoga com as dinâmicas recentes na estrutura espacial, no déficit habitacional e no sistema de governança, apontando horizontes de ação frente aos desafios emergentes.
- No capítulo 6, denominado **Espaços precários em Outeiro, Belém do Pará: subsídios às políticas e ações de saúde**, Gilberto de Miranda Rocha, Emílio Chaves Rocha, Clícia Julie Batista Brata e Daniel Araujo Sombra Soares evidenciam o desafio para a ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto de enormes precariedades enfrentadas em diversas porções do Distrito Administrativo de Outeiro. Os autores concluem mostrando um quadro prioritário para a urgente instalação de novas unidades de saúde.

Finalmente, o terceiro eixo temático reúne quatro capítulos:

- No capítulo 7, denominado **Territórios insulares e fragmentação socioespacial na Amazônia paraense: uma leitura a partir dos espaços urbano-rurais de Ananindeua**, Paula Beatriz Rego Menezes e Jovenildo Cardoso Rodrigues discutem os efeitos da fragmentação socioespacial nas práticas espaciais dos moradores da Comunidade de João Pilatos, porção territorial norte insular do município de Ananindeua, face ao contexto metropolitano de Belém, na segunda década do século XXI.
- No capítulo 8, denominado **Habitação e expansão urbana: os ciclos da produção da moradia popular em Belém**, os autores Léa Maria Gomes da Costa e Jovenildo Cardoso Rodrigues, tomando como referência o processo de expansão urbana e destacando a ação do Estado e do mercado imobiliário, discutem o processo de produção da habitação popular, identificando três grandes períodos ou ciclos que assinalam essa produção na escala metropolitana de Belém.

- No capítulo 9, denominado **Urbanização e vulnerabilidade socioespacial: resistências urbanas e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA**, os autores Gilmara Oliveira da Silva e Jovenildo Cardoso Rodrigues abordam os efeitos da urbanização e da reestruturação metropolitana nas condições de moradia e nas práticas socioespaciais dos moradores da porção sul da cidade de Ananindeua a partir dos anos de 2000. Os referidos autores concluem que o avanço da urbanização e sua expressão na expansão urbana desordenada vem contribuindo para a intensificação de vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais na porção sul da cidade de Ananindeua.
- No capítulo 10, denominado **Moradia e desigualdade socioespacial: uma abordagem a partir da cidade de Parauapebas, Pará**, Rodrigo Luciano Macedo Machado, Jovenildo Cardoso Rodrigues e Rui Jorge Gama Fernandes discutem como se configurou a relação entre urbanização e desigualdades socioespaciais na produção da moradia em Parauapebas, a partir dos anos 2000. Os respectivos autores argumentam que a implantação do PMCMV na cidade de Parauapebas, sudeste paraense, possui como efeitos “colaterais” do referido programa, a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações da cidade, fato que contribui para ratificar o padrão desigualdade e reduzida acessibilidade a equipamentos e serviços urbanos essenciais para a qualidade de vida urbana digna.

As pesquisas reunidas e apresentadas neste livro, para além de sua condição analítica (teórica, metodológica e empírica), buscam contribuir na construção de uma leitura urbana crítica, que permita deslindar alguns caminhos analíticos, processos, práticas espaciais, bem como, a nova condição urbana de algumas cidades amazônicas, em um momento oportuno para enunciações que provoquem a criatividade e estimulem a urbanidade, a justiça espacial e o direito ao território.

Finalizamos agradecendo ao professor e amigo Gilberto de Miranda Rocha, pela generosidade e possibilidade aberta para

publicação desta obra. Agradecemos também à Coordenação de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo financiamento às Pesquisas, e aos queridos membros do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Habitação e Moradia - LAHAM, que foram incansáveis nas idas e vindas do processo de construção e revisão desta obra.

Desejamos boa leitura a todos!

Referências

AALBERS, M. B. **The financialization of housing**: A political economy approach. London: Routledge, 2016.

BRENNER, N. **New Urban Spaces**: Urban Theory and the Scale Question. Oxford, 2019.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780190627188.001.0001>.

SILVA, M. L.; RODRIGUES, J. C. Urbano Contemporâneo e estrutura centro-periferia. **Revista MERCATOR**: Fortaleza, 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIYAZAKI, Vitor Koiti; SANTOS, Rafael Roxo dos; MELAZZO, Everaldo Santos. Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. **Enanpur**, Belém, mai. 2023.

RODRIGUES, J. C. Territórios da Moradia e Financeirização da Cidade: breve introdução ao debate. **In: RODRIGUES, J. C; COSTA, L. G.; SILVA, M. L. CARVALHO, R. S. C. (Orgs). Urbanização, desigualdade e financeirização**: re-discutindo o direito à moradia em cidades amazônicas. Editora NUMA: Belém, 2024.

Parte I - Nexos entre financeirização,
moradia e trabalho nas cidades

Territórios da Moradia e Financeirização da Cidade: breve introdução ao debate

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

Pensar as cidades contemporâneas em sua monumentalidade, suas disritmias, simultaneidades e contradições, enquanto resultado de temporalidades, espacialidades pretéritas e presentes, bem como, produto de processos econômicos, políticos e espaciais, requer um olhar sobre seus territórios e suas mutações espaciais. Neste sentido, a questão da habitação, da moradia e da financeirização ganha notoriedade como objeto de estudo no período contemporâneo, posto que as cidades expressam tanto formas industriais, comerciais, do terciário avançado, como dinâmicas territoriais associadas a formas espaciais de habitação, processos de fragmentação socioespacial e financeirização urbana, revelando ou permitindo revelar múltiplos territórios, diversas territorialidades pretéritas, emergentes e desiguais.

A questão da habitação ganha maior notabilidade na contemporaneidade à medida em que os territórios urbanos metropolitanos e não metropolitanos passaram a ser profundamente impactadas pelo avanço do processo de urbanização em escala planetária (Soja; Kanai, 2014; Brenner; Schmid, 2014; Harvey, 2014). O respectivo processo contribuiu para aumento significativo de fluxos migratórios de moradores do campo em direção a cidade, bem como, para o “*Uneven sprawl of city space*” ampliando diferenciações e aprofundando desigualdades socioespaciais (Rodrigues, 2015; Lefebvre, 1999; Santos, 1996).

Seja como demanda social, seja como abrigo, como recurso, como *monetary commodity*, os espaços de habitação e as demandas pelos mesmos esgarçam a financeirização da cidade (Melazzo et. al, 2021), contribuindo para ampliação de diferenciações e desigualdades

geográfico-históricas, a partir de novas e velhas formas do habitar e do morar nos territórios das cidades (Costa, 2021).

Considerando a amplitude e complexidade do respectivo debate, nosso propósito é bem mais modesto. O presente artigo objetiva tecer breves explicações sobre a questão da habitação e moradia em uma perspectiva territorial, portanto geográfica, levando em consideração a financeirização habitacional no período contemporâneo. A relevância deste escrito está na possibilidade de estabelecer entrelaçamentos e correlações entre território, habitação e financeirização urbana, permitindo-nos deslindar algumas veredas associadas aos territórios e territorialidades urbanas. Do ponto de vista metodológico, as reflexões aqui apresentadas foram formuladas e desenvolvidas a partir de pesquisa bibliográfica. A esse respeito, Lima e Míoto (2007) afirmam que este tipo de pesquisa implica em um conjunto de ordenamentos de procedimentos, de busca por soluções, concentrando-se em uma discussão teórico-conceitual.

As reflexões aqui apresentadas estão subdivididas em quatro momentos, quais sejam: o primeiro momento, marcado por esta breve introdução ao debate. No segundo momento, abordaremos alguns sentidos e significados associados ao termo construir e habitar para pensar a cidade e o urbano. No terceiro momento realizaremos breves reflexões sobre a questão dos Territórios da Habitação em um contexto da financeirização urbana. No quarto momento estabeleceremos algumas reflexões sobre os Territórios e economia política da habitação no capitalismo financeirizado. O quinto momento será marcado pelas considerações finais.

1. Construir e habitar: alguns sentidos e caminhos para pensar a cidade e o urbano

Construção e Habitação constituem termos polivalentes que assumem significados diversos de acordo com o campo de saber. Do ponto de vista vernacular, construção e habitação muitas vezes aparecem como sinônimos. Se olharmos a definição do dicionário Aurélio, de língua portuguesa, evidenciamos que os referidos termos se apresentam como sinonímia, configurando em geral, como lugar da morada, do abrigo ou lugar no qual se vive e habita (Dicionário Aurélio, 2002).

Para Heidegger (2001), habitar e construir mostram-se como dois termos que ora convergem ora distanciam-se. Ainda segundo Heidegger (2001) os termos em questão apresentam uma relação de meios e fins. Dentro dessa perspectiva, Heidegger (2001) compreendia que construir e habitar constituem atividades separadas, na medida em que construir não é em sentido próprio, apenas meio para uma habitação (Heidegger, 2001).

Construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções (Heidegger, 2001, 2001). Dessa maneira, uma ponte ou mesmo uma Rodovia são construções, não obstante, as referidas construções possuem uma funcionalidade não associada diretamente ao habitar.

Ainda para Heidegger (2001), a essência de habitar, está na potencialidade de resguardar a vida, o corpo humano, das intempéries da natureza, assumindo o sentido de lugar do habitar, de proteção do corpo, de tal maneira que a existência desse lugar de proteção, possibilita ao ser humano condições para exercer outras atividades, seja dentro, seja fora do referido espaço ou território, atendendo as necessidades e possibilidades sociais ou individuais do ser humano.

Fernando Pedrão (1989), estabelece diferenciação entre habitação e moradia. Para o referido autor, habitação seria um bem físico que ao ser consumido realizaria a moradia. Desse modo, a habitação seria o imóvel em suas diversas modalidades, ao passo que a moradia constituir-se-ia a partir da forma de morar, o modo como as pessoas moram, que depende simultaneamente da qualidade física das habitações e das condições em que elas são socialmente utilizadas.

Por sua vez, a qualidade física do espaço construído está associada ao processo de valorização do solo, bem como, ao poder aquisitivo, ao nível de renda das classes sociais que possuam demanda solvável para ter acesso ao tipo de habitação com melhor qualidade de infraestrutura, localização e serviços (Salgado, 2021).

Outra reflexão importante para pensar a questão da habitação e moradia é apresentada por Rodrigues (2003), para quem a moradia constitui uma necessidade básica e um meio para a reprodução e qualidade de vida do indivíduo no contexto da realidade em que habita.

A questão da moradia requer que se compreenda a necessidade do direito ao solo, a premência de uma edificação, bem como, o entendimento de que a moradia se constitui a um só tempo, valor de uso, valor de troca, este por sua vez, relaciona-se intimamente à localização; à infraestrutura de equipamentos coletivos, sobre a responsabilidade de ordenamento territorial do poder público (Rodrigues, 2003).

Carlos (2007), ao discorrer sobre a questão da moradia, afirma que o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa. Neste sentido, o habitar realiza-se como prática socioespacial a partir de ações espaço-temporais na (re)produção de relações sociais de produção da vida e de uso do espaço. Ainda dentro dessa perspectiva, o ato de habitar está na base da construção do sentido do morar e do viver, revelando modos de dominação territorial e de apropriação dos lugares da cidade (Carlos, 2007; Salgado, 2021).

Carlos (2007) enfatiza ainda que o habitar representa a instância da vida privada do indivíduo, a partir da qual este sujeito pode desenvolver modos de apropriação de outros espaços da cidade. Dessa maneira, o habitacional, ao se realizar como ato de morar, constitui-se enquanto engendramento e desenvolvimento de relações e lugares de convivência com a vizinhança, portanto de práticas socioespaciais do cotidiano do morador/habitante (Carlos, 2007), a partir de vários níveis e planos espaciais de apropriação e dominação (Lefebvre, 1999).

Com efeito, o ato de morar aciona um conjunto de ações que articulam planos e escalas que incluem o público e o privado, o local e o global, o espacial e o territorial, através da realização da vida cotidiana dos sujeitos/atores, imersos em uma teia de relações de pertencimento, construindo uma geo-história singular, particular e coletiva.

2. Territórios da habitação em um contexto da financeirização urbana

A elaboração de algumas reflexões sobre a questão da habitação e moradia a partir de uma perspectiva geográfica, portanto territorial, requer que retomemos o debate sobre o que se entende por território?

Segundo Raffestin (1993), o espaço físico-natural é uma espécie de “matéria-prima” para o processo de territorialização. Ainda segundo tal

perspectiva, o espaço antecede a construção do território. Dessa maneira,

[...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível). Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço. [...] o território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou seja um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993, p. 143-144).

Ao seu modo, Lefebvre (1986) faz distinção entre apropriação e dominação, ajudando-nos a pensar o espaço e o território. Para o mesmo autor, a apropriação constitui um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do espaço vivido, do valor de uso, ao passo que a dominação estaria vinculada ao objetivo funcional, ao valor de troca.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica apropriação e não propriedade, uma vez que, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e sua prática. Lefebvre (1986) esclarece ainda que, tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação (Lefebvre, 1986).

Muito embora Lefebvre refira-se a espaço, e não a território, o espaço em Lefebvre não se apresenta no sentido genérico e abstrato, mas enquanto espaço socialmente construído. A concepção de espaço vivido em uma perspectiva lefebvriana ajuda-nos a pensar geograficamente, o território enquanto múltiplo, diverso e complexo, contrariamente ao território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, particularmente através da figura do estado territorial moderno (Haesbaert, 2014).

Por sua vez, a lógica territorial padrão de tal princípio não admite multiplicidade ou sobreposição de territorialidades ou jurisdições territoriais (Haesbaert, 2015). Não obstante, o território deve ser compreendido como um *continuum* que vai da dominação

político-econômica de base concreta e funcional, à apropriação, de base subjetiva e/ou cultural-simbólica (Haesbaert, 2004).

Haesbaert (2014) afirma ainda que o território nasce com dupla conotação, qual seja: material e simbólica. O território em qualquer acepção, tem a ver com poder, podendo ser compreendido tanto no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação. (Haesbaert, 2014).

Ainda segundo Haesbaert (2014), o território e as dinâmicas de desterritorialização (enquanto dupla determinação) devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem o poder, que de fato controlam o espaço e os processos sociais que o compõem.

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através de múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitoado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto no sentido das lutas subalternas (Haesbaert, 2014, p. 59).

Por sua vez, a territorialidade, para além de incorporar uma dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, posto que esta está intimamente ligada à maneira como as pessoas utilizam a terra, como as mesmas se organizam no espaço, dando significado ao lugar (Haesbaert, 2014).

Santos (2011) propõe distinção entre território como *recurso*, enquanto prerrogativa dos atores hegemônicos, e o território como *abrigo*, como prerrogativa dos atores hegemonizados. O território como recurso constituir-se-ia um meio para obter um fim, vinculado à acumulação e o lucro para o capitalista. Já o território como abrigo seria um fim em si mesmo, para os atores hegemonizados, de tal maneira que perder seu território significaria, em última instância, efetivamente “desaparecer” (Bonnemaison, Cambrière, 1996). Ainda para Bonnemaison, Cambrière (1996), o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Assim, o território pode adquirir tamanha força ao ponto de combinar com mesma intensidade funcionalidade e identidade (Haesbaert, 2014).

Os elementos teórico-conceituais acionados como chaves analítico-geográficas são bastante significativos para pensar o urbano, a cidade e a moradia na segunda década do século XXI, marcada por fortes acelerações tecnológicas e econômicas, intensas ações do Estado na consolidação de novas dinâmicas urbanas vinculadas ao processo de “produção capitalista do espaço em escala global” (Harvey, 2005).

Dentro dessa perspectiva, evidenciamos o avanço do processo de financeirização urbana nos territórios de cidades metropolitanas e não metropolitanas (Costa, 2021). Alicerçado por uma razão neoliberal, os territórios de cidades têm sido “fatiados” por diversos agentes do mercado imobiliário, que ao se territorializar tanto em áreas centrais, quanto nas franjas urbanas de cidades brasileiras e amazônicas, tendem a estimular fortemente um mercado de terras, processos de valorização econômica do solo, bem como, a produção e o consumo da habitação como mercadoria a partir do capital imobiliário-financeirizado.

Há que se considerar também o papel exercido pelo poder público na constituição destas territorializações de agentes econômicos imobiliários na produção territorial da cidade. A saber, ações de planejamentos e gestões urbanas que se pautam em princípios aparentemente “nobres”, como no sentido de regularização fundiária, visando a valoração e reconhecimento da propriedade privada e o direito ao território de moradia, vem contribuindo para efeitos territoriais nefastos ao exercício do direito à habitação e moradia, na medida em que a terra e o território, a casa e a moradia, vem se tornando *financial asset*, recurso econômico, valor de troca, possibilitando ações de agentes capitalizados, que avançam “vorazmente” sobre os territórios de cidades brasileiras e amazônicas.

A regulação do território por parte do poder público, tem contribuído para o fortalecimento do empresariamento urbano e para uma tendência de hegemonia dos territórios da habitação como recurso pelos agentes capitalistas hegemônicos, para a acumulação do capital, em detrimento dos territórios da habitação enquanto abrigo. Neste sentido, pensar a noção de “**territórios da moradia popular para o bem-viver**” enquanto abordagem conceitual e empírica, constituindo-se amalgama que se compõem de múltiplos territórios e diversas territorialidades, permitindo-nos pensar não apenas os sentidos do habitar, mas também o exercício do direito ao território da moradia,

tanto na escala das cidades, quanto na escala das comunidades e seus territórios. Tal aceção permite pensar as complexas, múltiplas e diversas manifestações territoriais do urbano e do rural, como também as práticas espaciais e territoriais, num momento em que a realidade urbana contemporânea tem sido fortemente tensionada pela crise ambiental global e por processos de urbanização (Spósito, 2008), fragmentação socioespacial e financeirização urbana, constituindo resultado e espelho de contradições e desigualdades socioespaciais (Rodrigues, 2015).

Na escala do território brasileiro, a moradia enquanto território-abrigo vem (re)produzindo-se fortemente por processos de territorialização neoliberal e pelo avanço da habitação como território-recurso econômico, associado ao movimento de reprodução do capital e ao processo de *housing commodification*, de financeirização urbana da moradia, sob a anuência de gestões urbanas ultraneoliberais vinculadas ao processo de reprodução da mais-valia urbana.

Ainda de um ponto de vista teórico-metodológico, o termo **territórios da moradia popular para o bem-viver** apresenta-se como instrumental para apreender tanto o plano conceitual, quanto às práticas espaciais enquanto práticas territoriais, bem como, o plano da coexistência, por vezes conflituosa, de territórios em movimento, permitindo revelar as entranhas de territorialidades urbanas hegemônicas e subalternas, amalgamadas em mosaico de múltiplos territórios cambiantes, diferentes e desiguais, cujos processos espaciais permitem revelar resistências no/do espaço vivido de moradores da cidade e do campo, do rural e do urbano, da ribeira e da floresta, em suas estratégias e ações sociais, econômicas e territoriais de reprodução da vida.

Paralelamente ao processo de territorialização do capital, temos as territorialidades cambiantes de uma massa de sem tetos, seja morando nas ruas, seja morando em favelas de cidades brasileiras, com alguma ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico, com mínimas condições de moradia, mas que constroem processos de resistência territorial, instigando-nos a pensar a coexistência de diversas territorialidades e múltiplos territórios dos excluídos do direito à cidade e ao território da moradia como abrigo, recurso e reprodução da vida digna.

3. Território e economia política da habitação no capitalismo financeirizado

As duas primeiras décadas do século XXI, em escala global, vem sendo marcadas por intenso processo de desconstrução da habitação como bem social e por sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro (Rolnik, 2015). Dentro dessa perspectiva, territórios de cidades europeias, norte-americanas, asiáticas e mesmo latino-americanas são testemunhas das novas manifestações territoriais decorrentes da conversão da economia política da habitação em elemento estruturador do processo de transformação da natureza e forma de ação do capitalismo.

Tal momento demarca a hegemonia das finanças, do capital fictício e o domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo (Harvey, 2014). A esse respeito, Aalbers (2015) afirma que o domínio crescente de atores, mercados, práticas narrativas das finanças em várias escalas, bem como, transformações estruturais nas economias, instituições financeiras, grupos familiares e Estados, caracterizam e permitem revelar o processo de financeirização urbana.

Sob a égide de narrativas ideológicas *in defense of housing* (em defesa da casa própria) e da *credit socialization* (“socialização do crédito”), evidenciamos a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros, bem como, a dominação do setor habitacional pelas finanças globais, abrindo novas fronteiras territoriais para a acumulação do capital e para a circulação de valores através da terra urbana.

Entre as décadas de 1980 e 2010, os valores dos ativos financeiros mundiais cresceram mais de 16 vezes, enquanto o PIB mundial aumentou aproximadamente cinco vezes (Paulani, 2010). Este intenso processo de superacumulação resultou não apenas do lucro acumulado das grandes corporações globais, mas também da criação de novos campos de aplicação, com a transformação de setores (como financiamento imobiliário, estudantil, planos de saúde) em ativos financeiros, aumentando a rentabilidade de investidores (Aalbers; Fernandez, 2014).

Ainda segundo Aalbers e Fernandez (2014), o desequilíbrio entre o tamanho dessa poupança e os mercados domésticos no qual a

mesma se originou resultou na indução da internacionalização de investimentos. Desse modo, a reforma e o fortalecimento dos sistemas financeiros da habitação passaram a representar um destes novos campos de aplicação do excedente, tanto no âmbito da macroeconomia e das finanças domésticas, como também para este novo fluxo de capitais internacionais (Aalbers; Fernandez, 2014).

Aalbers e Fernandez (2014) afirmam ainda que a produção de um mercado secundário de hipotecas constituiu veículo importante para conectar os sistemas domésticos de financiamento habitacional aos mercados globais. Dessa maneira, a entrada de excedentes globais de capital permitiu o crescimento do crédito para além do tamanho e da capacidade dos mercados internos, contribuindo para a produção e crescimento de “bolhas imobiliárias”.

A tomada do setor habitacional pelo setor financeiro não representa apenas a abertura de mais um campo de investimento para o capital. Trata-se de uma forma peculiar de reserva de valor, por relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e as famílias, e possibilitar, através dos mecanismos de financiamento, que vários atores centrais do sistema financeiro global se interliguem, como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo (*shadow banking*), instituições de crédito e instituições públicas (Rolnik, 2015, p.28).

A instalação e dinamização de sistemas financeiros de habitação, conectados a finanças globais demandaram e demandam a imprescindibilidade da ação do Estado, tanto na regulação das finanças, quanto na produção da hegemonia política a partir da disseminação de narrativas que buscam legitimar a ideologia da casa como mercadoria e ativo financeiro (Aalbers; Fernandez, 2014).

A forte ação dos mercados fundiários, associada a regulação estatal urbanística se revelam em profundas configurações na economia política da habitação, na economia política da urbanização, bem como, na estruturação de cidades, a partir da territorialização de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro, com reverberações intensas na produção territorial da cidade e da vida urbana (Harvey, 2014; Rolnik, 2015).

Harvey (2014) afirma que as implicações do processo de financeirização da habitação podem ser evidenciadas nos EUA, a partir de 2007, com milhares de pessoas endividadas, vitimadas pelo *subprime* do boom da oferta de crédito imobiliário, que alimentou o *dream of home* (sonho da casa própria) para muitos cidadãos, mas que provocou *the nightmare of debt* (pesadelo do endividamento).

O estouro da *United States Housing Bubble* (bolha imobiliária norte-americana) em 2007 reverberou amplamente em escala mundial, na velocidade de circulação dos produtos financeiros, aos quais as hipotecas estavam conectadas. Alimentada por fundos de pensão, a habitação tornou-se uma *fictional good* (mercadoria fictícia), ao ser capturada pela órbita das finanças (Fix, 2011).

Rolnik (2015) discorre que o período atual, do ponto de vista da economia política da habitação, constitui momento de desmonte das políticas de habitação pública e social, desestabilização da segurança da posse, além de conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro. Neste sentido, países como Inglaterra e Holanda, que tiveram fortes políticas de bem-estar social até os anos de 1970, optaram por reformas profundas no sistema de habitação a partir dos anos de 1980 e 1990, através de ações públicas que estimularam a privatização do estoque de moradia pública e a diminuição considerável das verbas públicas destinadas às políticas de habitação (Aalbers; Fernandez, 2014). Assim, estimulou-se a criação de um sistema de financiamento por meio de hipotecas para incentivar a compra da casa própria no mercado privado.

A dominação do setor habitacional pelas finanças, tanto na Ásia central, quanto no Leste europeu, tanto na África quanto na Ásia, revela a tendência massiva e hegemônica da mercantilização da moradia, bem como, o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro global, fato que tem afetado profundamente o exercício do direito à moradia nos diversos territórios de cidades em escala mundial (Fix; 2011, Harvey, 2014).

Segundo Brenner, Theodore (2002), na nova economia política da habitação enquanto meio de acesso à riqueza, a casa transformou-se de bem de uso, em capital fixo cujo valor de troca constitui-se ainda pela expectativa de gerar mais-valor no futuro, a depender do ritmo de elevação do preço dos imóveis no mercado.

Ainda para Brenner, Theodore (2002), as políticas neoliberais, com cortes drásticos no investimento estatal em fundos habitacionais, além de reduções nos programas de bem-estar social, afetaram significativamente a habitação, provocando o dismantelamento de instituições básicas de bem-estar social, ao mesmo tempo em que políticas que objetivaram ampliar a disciplina de mercado, a competição e a mercantilização da terra urbana foram instaladas e fortalecidas.

Como resultado desse novo momento da economia política da habitação nos territórios de cidades no período contemporâneo, evidenciamos um intenso processo de reestruturação econômica e territorialização do capital, a partir da expansão de paisagens urbanas marcadas por empresariamento urbano, por projetos de estruturação econômico-urbana orientados pelo mercado, ao mesmo tempo em que a desigualdade habitacional aprofunda-se como produto e condição de processos de ampliação da divisão territorial desigual do espaço urbano (Rodrigues, 2015), bem como, pela intensificação da fragmentação do espaço em cidades brasileiras e amazônicas, cujas territorialidades insurgentes tendem a produzir contra-espacos, de maneira a promover processos de resistência urbano-rural e de luta pelo direito ao território da habitação popular, como exercício de dignidade, de cidadania e do bem viver na reprodução da vida.

Considerações finais

Os territórios do habitar e do morar em cidades brasileiras e amazônicas no período atual constituem expressões de múltiplos territórios e diversas territorialidades cambiantes, fortemente impactadas por lógicas ultraneoliberais e por uma racionalidade instrumental capitalista, pautada na terra-território-habitação como recurso, valor de troca, ativo financeiro, negociado em escala mundial.

O processo de territorialização do capital financeiro tem atingido em cheio a habitação transfigurada em ativo financeiro, *commodity housing* intercambiável em escala global. As manifestações destes processos em cidades metropolitanas e não metropolitanas vem contribuindo para a intensificação de diferenciações e desigualdades territoriais habitacionais, como produto e condição da finança mundializada e suas manifestações no espaço urbano-regional.

As territorialidades urbanas baseadas na produção desigual de território se erguem em favelas e palafitas de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus e Belém, anunciando coexistências e resistências territoriais, através da qual a vida urbana se refaz. Territorialidades insurgentes associadas a organizações comunitárias, Sem-tetos, Movimentos Sociais, Ongs, se erguem e tendem a promover “territórios de esperança”, em face das múltiplas e diversas vulnerabilidades e desigualdades econômicas, socioespaciais. Neste sentido, processos de resistência e luta pelo direito à cidade, ações contestatórias aos processos de hegemonia vinculados à lógica do mercado e da financeirização urbana em escala global, tendem a ter sua ebulição, enunciando a existência e reprodução de contraespaços enquanto positividade, que tende a se refazer continuamente.

Uma leitura geográfica sobre os “territórios da moradia popular para o bem viver” permite-nos apreender tanto universalidades associadas ao plano conceitual e metodológico, quanto práticas espaciais enquanto práticas socioterritoriais das populações tradicionais, bem como, o plano da coexistência, por vezes conflituosa, de territórios em movimento, permitindo revelar as entranhas de territorialidades urbanas hegemônicas e subalternas, amalgamadas em mosaico de múltiplos territórios cambiantes, diferentes e desiguais, cujos processos espaciais permitem revelar resistências no/do espaço vivido de moradores da cidade, em suas estratégias e ações sociais, econômicas e territoriais de reprodução da vida.

Os “territórios da moradia popular para o bem viver” enquanto espaço vivido, percebido e concebido possibilita-nos ver para além dos processos hegemônicos da financeirização da cidade, constituindo elemento fundamental para pensar em cidades nas quais o “direito à moradia” transcende a condição de narrativa para tornar-se prática espacial e ações públicas, contribuindo para o exercício pleno do “direito ao território da moradia”.

Referências

AALBERS, M. Corporate financialization. In: CASTREE, N. (Org). **International Encyclopedia of Geography: People, the Earth Environment and Technology**, Oxford, 2005.

AALBERS, M; FERNANDEZ, R. Housing and the Variations of financialize capitalismo, **Seminário Internacional The Real Estate/ Financial complex (Refcom)**, Leuven, 2014.

AURÉLIO, **Dicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed - revista e ampliada. Rio de Janeiro, 2002.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial entre frontières et identités. **Géographie et cultures**, v. 20, p. 7-18, 1996.

BRENNER, N; THEODORE, N. Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism. In: BRENNER, N; THEODORE, N. (Org). **Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe**, Oxford: Blackwell, 2002.

BRENNER, N. Theses on Urbanization. In: _____. (Org). **Implosions/ explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Cambridge, USA, 2014.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação Socioespacial. **Revista CIDADES**, v.4, p. 45-60, 2007.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e produção da moradia: uma análise das novas(velhas) condições do habitar e do morar na Metrópole Belém**. 2021. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFGPA, 2021.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi-transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **The Urban Experience**. Oxford: Blackwell, 1989.

HARVEY, D. **Seventeen Contradictions and The End of Capitalism**. Oxford, Oxford University Press, 2014.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: _____. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **La Production de L'espace**. Paris: Anthropos, 1976.

MELAZZO, E. S.; ABREU, M. A.; BARCELLA, B. L. S; FERREIRA, J. V. S. Securitização da Habitação e Financeirização da Cidade no Brasil. **Revista Mercator**, v. 20, 1-15, 2021.

LIMA, T. C. S. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katál. Florianópolis, v.10, n esp. p.37-5, 2007.

PAULANI, L. M. O Brasil na crise da acumulação financeirizada. **IV Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos**, 2010. Disponível em: <https://www.madres.org/documentos/doc20100924143515.pdf>. Acesso em: 04/01/2022.

PEDRÃO, F. A economia da produção social de moradia. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 2, n. 1, p.19-35, 1989.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES. A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

SALGADO, V. S. P. **Desigualdade Socioespacial e Produção da Moradia**: uma análise a partir da Cidade de Tucuruí, Pará. (2021). Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará, 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio De Janeiro: Record, 2011.

SOJA, E; KANAI, M.. The Urbanization of the World. In: BRENNER, Neil. **Implosions/ explosions**: Towards a Study of Planetary Urbanization. Cambridge, USA, 2014.

SPOSITO. M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 15 ed. São Paulo:Contexto, 2008.

Financeirização da habitação e desigualdades socioespaciais na Amazônia paraense

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Jondison Cardoso Rodrigues

Introdução

O início da década de 2000 é marcado por uma série transformações tecnológicas, econômicas e geopolíticas sustentadas nas políticas neoliberais e de financeirização global, com a redefinição do papel do Estado e incorporação de territórios as lógicas e dinâmicas de mundialização de trocas, com particularidades nos países da América Latina. Dentro desse contexto, o setor habitacional também sofreu fortes transformações em decorrência de ações corporativas e financeirizadas com perspectivas mercantis, de mercado (Molina; Czischke; Rolnik, 2019; Nascimento-Neto; Falchetti, 2020; Salinas-Arreortua, 2020; Abreu; Barcella; Melazzo, 2024; Abreu; Klink; Aalbers, 2024.).

O Brasil se insere nesse contexto, por meio do alinhamento entre Estado, finanças e produção habitacional, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sobretudo a partir de 2009 (Shimbo, 2019). O Estado nesse caso desempenha importância fundamental na viabilização do processo de financeirização, não apenas por seu papel tradicional como regulador e legislador, mas também como agente ativo na estruturação do mercado de títulos financeiros (Abreu; Barcella; Melazzo, 2024). Para Abreu, Klink e Aalbers (2024), o Estado brasileiro foi muito além do papel comum de viabilização do mercado, caracterizado pela implementação regulatória e incentivos fiscais. Ainda segundo estes autores o Estado brasileiro ao atuar como “criador” de mercado, proporcionou a liquidez e a profundidade necessárias ao segmento emergente da titularização residencial. Além de contribuir na emissão e aquisição de títulos pelo banco de habitação do estado e pelo seu fundo de habitação social associado. Face ao respectivo contexto,

em suas reverberações multiescalares, o presente capítulo busca refletir criticamente sobre os efeitos da política habitacional brasileira (do PMCMV), suas repercussões nas condições de moradia e desigualdades socioespaciais na escala da cidade de Marabá, estado do Pará no contexto da financeirização da habitação.

Para isso efetuou-se levantamento de referenciais teóricos, de dados referentes ao PMCMV (site do governo federal) e pesquisa de campo em Marabá. Realizou-se ainda, a coleta por meio de dados secundários, observações sistemáticas qualitativas e registros fotográficos, entre 2012 a 2019. A linha analítica pauta-se na geografia econômica, sobretudo, nas narrativas e ideologias que enquadram a produção habitacional e as habitações como investimentos e mercadorias (Aalbers; Christophers, 2014), como produtora e reestruturadora do espaço (Rodrigues, 2015), portanto, baseando-se em uma espécie de geografia hiper-mercantilizada da habitação (Rogers; Nelson; Wong, 2018).

1. O Processo de Financeirização da Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida

Segundo Kimhur (2020), as políticas habitacionais nas últimas décadas do século XXI, vêm perdendo rapidamente a função social e tornado-se cada vez mais financeirizada, um ativo; sendo tratada como uma mercadoria, um meio de acumulação de riquezas e muitas vezes como segurança para instrumentos financeiros, consequentemente desconectada de sua função social.

Cabe destacar que para Aalbers (2016), a financeirização refere-se ao "domínio crescente dos atores financeiros, mercados, práticas, medições e narrativas em várias escalas, resultando em uma transformação estrutural de economias, empresas (incluindo instituições financeiras), estados e famílias" (Aalbers, 2016, p. 2). A financeirização se expressou em países denominados do "Sul Global" a partir de um significativo influxo de capitais, resultando na expansão crescente de mercados imobiliários e hipotecários, que por meio da regulamentação política, facilitou a disseminação da securitização e fundos de investimentos imobiliários (Fernandez; Aalbers, 2020).

A financeirização da habitação caracteriza-se pela presença crescente de uma gama de atores e organizações que criam ou usam

gestão imobiliária, hipotecas e instrumentos financeiros em busca de lucros, suprimindo a função social e humana como também a dimensão e universalização de direitos humanos e cidadania (Rogers; Nelson; Wong, 2018).

Klink e Denaldi (2014) enfatizam que o PMCMV é um projeto de Estado ambicioso, não apenas por responder rapidamente à crise internacional, como também promover a geração de renda e emprego, assim como fornecer moradias populares de baixo custo, por meio de recursos orçamentários e liquidez adicional, por meio do sistema financeiro nacional de habitação, principalmente pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O PMCMV se insere em uma relação de interesses e objetivos de neoliberalização e financeirização da habitação. O PMCMV segundo Falchetti (2020), foi o exemplo da mercantilização da habitação, na medida em que mobilizou recursos públicos como instrumento de acumulação de capital e contribuiu para intensificação da financeirização da moradia.

Ao contrário da visão que associa o neoliberalismo ao estado mínimo, o Estado desempenhou, no setor habitacional, um papel fundamental no processo de neoliberalização, cujo significado foi a mercantilização do direito social e humano universal à habitação e à moradia. Klink e Denaldi (2014), assinalam que a engenharia institucional e financeira do PMCMV estava alinhada com tendências internacionais voltadas para o fornecimento direcionado e apoio relacionado à renda por meio de doações, subsídios e crédito barato para o lado da demanda e oferta do mercado, todos dentro de determinados tetos de valores para unidades habitacionais acabadas.

Segundo Shimbo (2019), o PMCMV, enquanto política habitacional brasileira contribuiu na produção em larga escala de habitações. De 2009 a 2016, o PMCMV contratou 4,3 milhões de unidades habitacionais a serem construídas em 96% dos municípios do país; sendo que entre 2009 e 2015, foram investidos R\$ 244,5 bilhões, contratando cerca de 3,7 milhões

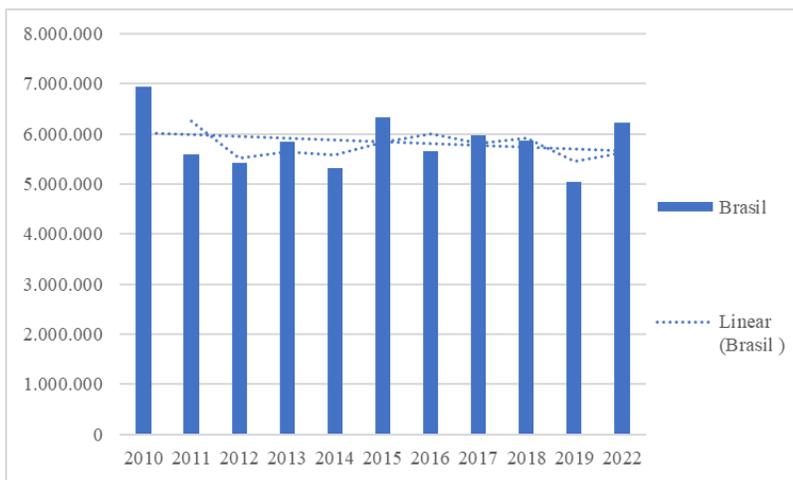
de unidades habitacionais, atendendo a mais de 10 milhões de pessoas.

Ainda para a mesma autora, a implantação do PMCMV contribuiu fortemente para um *boom* imobiliário nas principais cidades brasileiras. O referido *Boom* imobiliário contribuiu fortemente para tensionar o mercado de terras, fato que resultou no aumento nos preços dos imóveis que foram muito maiores do que o aumento dos custos de produção e renda. Entre 2008 e 2014, enquanto os valores dos imóveis aumentaram em até 250%, os custos de construção aumentaram 61% e a renda real per capita estava na ordem de 18%. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os valores dos imóveis aumentaram em 88% quando avaliados no índice geral de preços. Assim, os subsídios e incentivos estaduais investidos no PMCMV foram transformados em capital de repasses, por meio do aumento de preços e a supervalorização imobiliária (além de fundiária e de aluguéis).

O PMCMV constituiu-se também, uma ação política que evidencia relações e práticas de poder, servindo ao mesmo tempo como instrumento a ser mobilizado nas relações de poder dependendo dos jogos e conflitos de interesse (Buonfiglio, 2018). Ação política que se alinharam ou se articularam teve os seguintes atores: o Estado, organizações bancárias e instituições financeiras, que induziram ou conduziram políticas e grandes empresas e incorporadoras produzindo unidades habitacionais (Shimbo, 2019); com o discurso de solução, para superar o déficit habitacional histórico. Tal discurso, aliás, no plano político, configurou-se como retórica populista (Adler; Ansell, 2020; Waldron, 2021; 2022). Retórica que expressa, a partir do que diz Waldron (2020), o uso político de narrativas segundo as quais a habitação seria a base da riqueza individual e social, a chave para a transmissão intergeracional de riqueza e a base para o bem-estar das famílias e planejamento familiar.

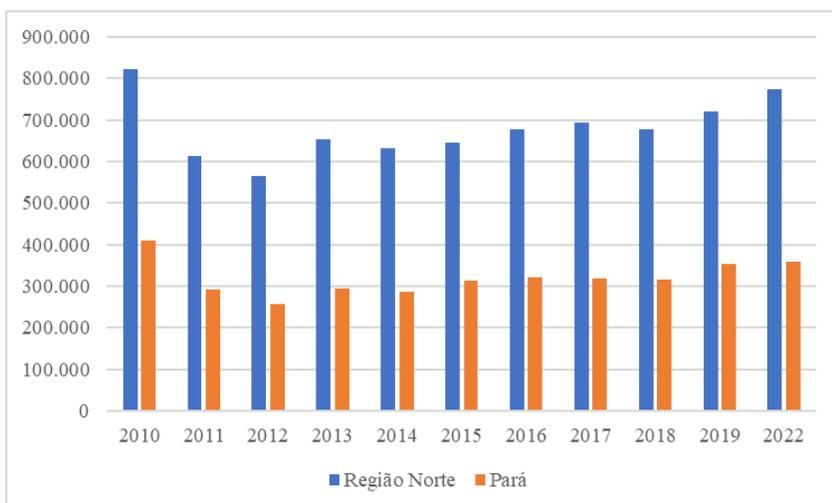
Mesmo com investimentos, políticas e atenções básicas, o déficit habitacional[1] no Brasil cresceu. Quando analisamos o período de 12 anos, de 2007 a 2019, os dados respectivamente são: de 5.701.003 pessoas (Rodrigues, 2015) e 2019 são 5.876.699. Também se observa uma linearidade do déficit habitacional, conforme a Figura 1 (gráfico), mas com algumas oscilações no déficit habitacional na região Norte e no estado do Pará, conforme a Figura 1 e 2).

Figura 1 - Brasil - Déficit habitacional total, em termos de domicílios particulares permanentes. 2010-2022



Fonte: elaborado a partir da Fundação João Pinheiro - <http://fjp.mg.gov.br/>

Figura 2 - Região Norte e Pará-BR- Déficit habitacional total, em termos de domicílios particulares permanentes. 2010-2022



Fonte: elaborado a partir da Fundação João Pinheiro - <http://fjp.mg.gov.br/>

Tal crescimento do número de habitações no estado do Pará (Figura 1), promovido pelo PMCMV, com investimento superior a 4 bilhões de reais) não apenas se torna pouco substancial, pois temos de considerar: i) os tipos de unidades habitacionais (apartamentos e casas), a proporção de moradias com 1 dormitório, 2 dormitórios e 3 dormitórios; ii) o adensamento demográfico urbano e aumento demográfico (Givisez; Oliveira, 2018); iii) a seletividade de acesso ao PMCMV, a partir de faixas de renda, e, paralelamente; iv) a concentração no poder compra (com crédito hipotecário) em uma elite local (Shimbo, 2019; Bardet; Coulondre; Shimbo, 2020), além da especulação imobiliária e fundiária (Shimbo, 2019), fatores que contribuíram para a “hipotecação da vida”, de direitos e de sonhos (Garcia-Lamarca; Kaika, 2016) e reestruturação da cidade (Rodrigues, 2015).

Em 2022, segundo a Fundação João Pinheiro (2024), o déficit habitacional do Brasil totalizou 6.215.313 de domicílios, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Em termos absolutos, na comparação com 2019 (5.964.993), houve um aumento de cerca de 4,2% no total do déficit de domicílios, porém o total relativo, ou seja, o percentual de domicílios déficit em relação ao total de domicílios particulares ocupados no país, permaneceu praticamente estável em relação a 2019 (8,4%).

Na escala do território paraense, há 160.408 habitações precárias, de um total de 1.482.523 no Brasil, em 2019 (Fundação João Pinheiro - <http://fjp.mg.gov.br/>) e mais de 370 mil domicílios com necessidade de reforma e ampliação. Além disso, respectivo território terá até 2040, o maior déficit habitacional do Brasil (principalmente na área urbana) e também o aumento da demanda (apropriação privada) por terra urbana decorrente da produção habitacional, do qual no estado do Pará, entre 2021 a 2040, será da ordem de 7.668,198 milhões de m² (Givisez; Oliveira, 2018).

Como resultado desse conjunto de ações começou a ser construído nas periferias das grandes cidades brasileiras, nas cidades médias e na fronteira entre o rural e o urbano (Fix, 2011) uma série de mercadorias, as habitações. Como destaca Fix (2011), há criação de novos bairros, supostamente planejados, inteiramente desenhados por uma empresa (e banqueiros, financistas, corretores de hipotecas,

rentistas) e organizações (instituições financeiras) e cooperativas de crédito, segundo a lógica de negócios (Falchet, 2020).

2. Habitação e Desigualdades Socioespaciais na cidade de Marabá

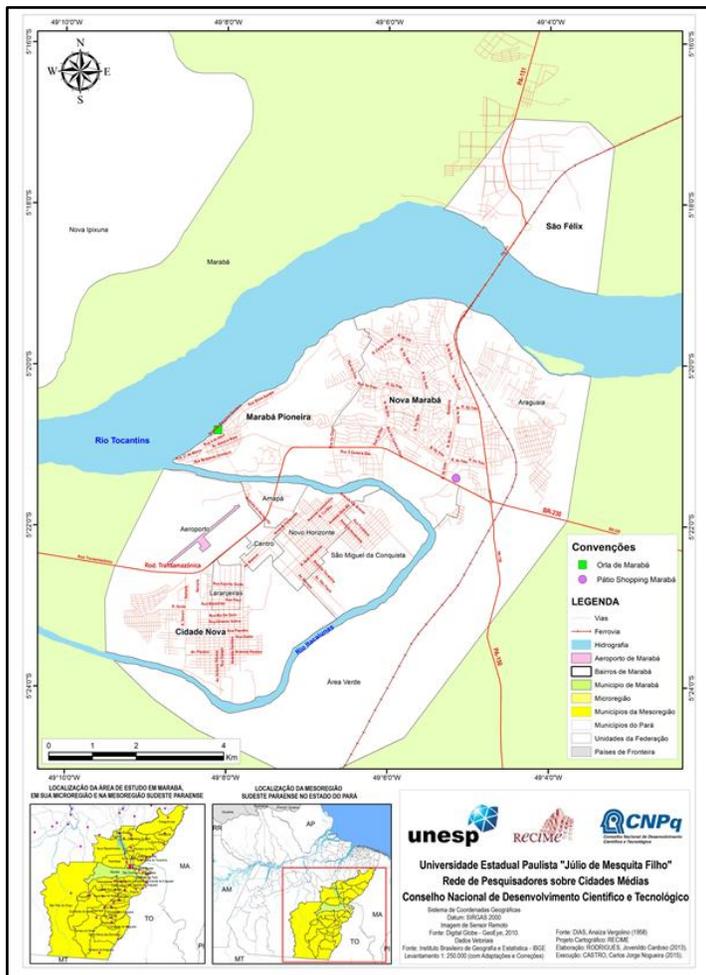
A desigualdade socioespacial enquanto uma perspectiva teórica vem sendo tratada de maneira diferente, no âmbito das diversas disciplinas. A perspectiva concebida por Rodrigues (2015), adotada para este artigo, compreende a desigualdade socioespacial não apenas como resultado ou fato histórico, mas como *produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução dos fluxos e das relações sociais de produção e *condição* para a realização da reprodução do capital no espaço (Rodrigues, 2015). A desigualdade socioespacial constitui processo complexo, dotado de múltiplas interfaces e determinações inerentes à produção e reprodução do espaço (Rodrigues, 2016; Souza, 2016).

Na escala amazônica, a produção do espaço da cidade de Marabá conformou-se a partir da acumulação de tempos e temporalidades geográfico-históricas diferentes e desiguais, como resultado e condição de fortes vinculações com o avanço de agentes econômicos capitalistas, com fluxos econômicos e demográficos e com ações de ordenamento territorial urbano, induzido pelo Estado ao longo do seu processo de formação territorial.

A presença do PMCMV em Marabá sinaliza um momento de forte atuação do Estado em articulação com o circuito imobiliário financeirizado, na produção do espaço construído desta cidade. Neste sentido, as construtoras HF Engenharia, CCM Engenharia e a Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda., constituíram-se em empresas responsáveis pela produção das habitações do PMCMV em Marabá, configurando-se na “produção de um novo espaço sob a forma de produto imobiliário” (Carlos, 2015, p.26), do qual a universalização do direito humano e de moradia é reduzido a uma mercadoria (Buonfiglio, 2018).

O PMCMV em Marabá passa a constituir, marcar territórios e redefinir o território, assim a “redefinição da escala política de ação e espoliação”, em virtude da sua correlação com lógicas e cadeias globais de produção (Valores) e a movimentação financeira desregulada, transfronteiriça e sob os domínios das tecnologias hegemônicas (Figura 3, mapa).

Mapa 1: Marabá-PA - Situação geográfica dos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida. 2016/maio



O Mapa 1 permite identificar a localização da produção habitacional do PMCMV, na cidade de Marabá, tendo como foco as famílias com renda de 0 a 3 salários-mínimos (até R\$ 1.395,00), em valores de 2011, identificando algumas características da operacionalização do programa, localmente. Além disso, o mapa permite fazer uma espacialização sobre a organização espacial, as novas centralidades urbanas como resultado dos processos de consumo, incorporação de terras (Souza, 2016; Souza; Leite, 2018; Souza; Ferreira Junior, 2020), reestruturação da cidade e estruturação de uma cidade-mercadoria (Rodrigues, 2015a).

Tal síntese processual realizada, por meio de alianças entre construtoras e incorporadoras externas (vide Quadro 1) e proprietários fundiários locais (Rodrigues, 2015a; Souza; Leite, 2018), mas também do Estado e atores financeiros (investidores institucionais, bancos e gestores de ativos) e cooperativas de crédito (Shimbo, 2019).

Quadro 1 - Marabá-PA - Programa Minha Casa Minha Vida. 2016/maio

| Faixa | Modalidade | Unid. Habitacionais | Valor da operação (R\$) | Nome do empreendimento | End. do empreendimento | Construtora |
|---------|------------|---------------------|-------------------------|--------------------------------------|--|---|
| Faixa 1 | FAR | 1090 | 42.496.052 | Residencial Vale do Tocantins | Vale do Tocantins, São Félix | HF Engenharia e Empreendimentos Ltda |
| Faixa 1 | FAR | 1410 | 54.972.128 | Residencial Tiradentes | Diversas quadras do residencial Tiradentes, BR-222 | HF Engenharia e Empreendimentos Ltda |
| Faixa 1 | FAR | 968 | 58080000,01 | Residencial Jardim do edem - PMCMV 2 | Rodovia br 222 s/n, Morada Nova | CCM Construtora |
| Faixa 1 | FAR | 1500 | 77.999.250 | Residencial Magalhães | Rodovia br 222, Bairro Sao Felix, Marabá | HF Engenharia |
| Faixa 3 | CCFGTS | 224 | 16.557.632,65 | Total Ville Maraba | Rodov Transamazonica km 3,5 s/n - Nova Marabá | Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda |

Fonte: elaborado por Jovenildo Rodrigues com base do site ministério das cidades e pesquisa de campo

Tais construtoras, desde o início dos anos 2000, vinham se articulando (com intercâmbios) ou se fundindo e sendo adquiridas por grandes construtoras e incorporadoras, principalmente a partir de 2005, com a empresas Gafisa, Even, Cyrela, MRV, PDG, dispersaram-se por diversos territórios e regiões brasileiras, promovendo a entrada de capitais internacionais financeirizados, por meio de fundos de investimento, fundos de ações e privados, que circulou entre construtoras e incorporadoras em todo o mundo (Falchetti, 2020). Cabe

ênfatizar que segundo Abreu, Klink e Aalbers (2024), as formas financeirizadas mais recentes como de operações, cláusulas de garantias e de redução de risco mais rigorosas penetraram gradualmente no segmento da habitação social e ameaçam minar o direito à garantia de posse.

Os registros fotográficos 1, 2, 3 e 4 realizados na cidade de Marabá, durante a atividade de campo, revelam espacialidades urbanas dotadas de precariedade. Naquelas circunstâncias histórico-geográficas, evidenciou-se uma produção imobiliária com infraestruturas precárias: i) inexistência de condições de mobilidade urbana, ii) redes de infraestruturas deficientes ou inexistentes, como de água, saneamento, energia, transporte público, equipamentos de saúde, educação e lazer, entre outros (Souza; Ferreira Junior, 2020).

Fotos 1 e 2 - Marabá-PA - Residencial Magalhães e Residencial Vale do Tocantins, Núcleo São Félix. 2013/maio



Fonte: Jovenildo Rodrigues

Fotos 3 e 4: Marabá-PA - Residencial Jardim do Edem, Núcleo Morada Nova e Residencial Tiradentes, BR- 222, Núcleo São Félix. 2013/maio



Fonte: Jovenildo Rodrigues

Essas novas formas de ocupação do solo urbano que tendem a contribuir para a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, à medida que as mudanças, tanto em formas de uso e ocupação do solo, quanto nas leis de zoneamento urbano, tendem a interferir na valorização da terra urbana (Rodrigues, 2015; 2016), como também na precariedade do PMCMV (Souza, 2020; Souza; Ferreira Junior, 2020). Isso contribuiu para que especuladores fundiários e imobiliários pudessem induzir processos de especulação fundiária na escala da cidade, notadamente da Amazônia, no caso aqui em específico, da cidade de Marabá -, uma vez que o uso e ocupação de áreas, ainda que periféricas ao centro tendem a interferir tanto no preço da terra nas áreas da periferia, quanto no preço da terra urbana, nas áreas centrais da respectiva cidade média.

Dentro dessa perspectiva, para o caso de Marabá, o Residencial Vale do Tocantins e o Residencial Magalhães localizam-se na Zona de expansão do núcleo satélite São Félix; ao passo que o Residencial Tocantins, localizado às margens da Rodovia PA-151, assim como o Residencial Jardim do Éden, encontravam-se localizados em zona Rural do município. Segundo Souza e Leite (2018), para o caso dos conjuntos habitacionais Tiradentes e Jardim do Éden, a produção do espaço ancorado na lógica capitalista tem ampliado as desigualdades socioespaciais, na medida em que a decisão de se estabelecer neste local não pertence à sua população e não lhes foram dadas condições mínimas para reprodução social na cidade, manifestada na ausência dos equipamentos públicos de consumo coletivo.

Outra particularidade do PMCMV, faixa 1, em Marabá, diz respeito à dificuldade de acessibilidade destes empreendimentos, localizados em espaços de áreas periféricas das cidades, distantes de equipamentos e serviços urbanos essenciais, como escolas, hospitais e farmácias. Além disso, a carência de transporte público que atenda as demandas das populações das respectivas cidades, tende a contribuir para uma acessibilidade desigual aos equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida urbana na escala da cidade de Marabá.

Por sua vez, o Total Ville Marabá, espaço residencial fechado, financiado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, correspondente à faixa 3, produzido pela Direcional Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda, encontra-se localizado em área privilegiada às margens da Rodovia Transamazônica no Núcleo Nova

Marabá, próximo ao Shopping Pátio Marabá, bem como, ao Supermercado Mateus, ao Campus da UNIFESSPA em Marabá. Tal localização expressa uma seletividade espacial de consumo e acesso de infraestruturas urbanas, por uma fração classe, com poder de compra e consumo; reproduzindo o resultado de uma urbanização desigual do território.

Tal elemento, segundo Rodrigues (2015), coloca o fator localização como expressão da divisão social desigual do espaço, segundo a qual, os possuidores de demanda solvável consomem os espaços mais bem localizados e de melhor infraestrutura urbana, ao passo que, aos agentes sociais não capitalizados couberam as piores localizações na franja urbana da cidade. A concentração dos equipamentos públicos em áreas centrais do espaço urbano colabora para aumentar as desigualdades sociais (Rolnik et al., 2015).

Tal conformação que contraria o Plano Diretor Urbano de Marabá de 2006, que enfatiza garantia de "justa distribuição dos benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana" aos seus cidadãos, além de "acesso a direitos e a políticas públicas voltadas para a promoção de consolidação de uma sociedade mais justa, fazendo com que a propriedade cumpra com a sua função social", tratando ainda do "direito à moradia digna" (Rodrigues, 2015b), assim ofertando serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população (Marinho, 2018).

Clapham (2019) e Sheba, Turok e Visagie (2020), distinguem entre três objetivos gerais da política de habitação pública para reduzir a desigualdade: (i) reduzir os danos às famílias; (ii) corrigir as externalidades onde os custos e benefícios dos produtores e consumidores individuais não refletem o interesse da sociedade; e, (iii) acomodar grupos particulares da população negligenciados por processos de mercado.

Tal configuração de política habitacional para o mercado e como ativo financeiro vem reproduzido no Brasil e na Amazônia, instrumentos, mecanismos e *modus operandi* que caracterizam este momento de dominância financeira, do qual o Estado é um ator-jogador importante para inserir a política habitacional, por intermédio de seus braços institucionais, fundos públicos e/ou semipúblicos a lógica financeirizada do capitalismo (Abreu; Barcella; Melazzo, 2024).

Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana (Rolnik; Nakano, 2009, p.3).

A configuração territorial, bem como os efeitos da política habitacional do PMCMV, em uma cidade média amazônica como Marabá, permite entender que a produção das habitações, pelo PMCMV, constitui expressão do processo de diferenciações, bem como, de produção e de ratificação do padrão de desigualdade socioespacial no espaço construído.

Considerações Finais

Segundo a UN-Habitat, em 2030 cerca de 3 bilhões de pessoas, aproximadamente 40% da população mundial, precisarão de acesso à moradia adequada. Sendo que 90% do crescimento da demanda habitacional até 2010 estará localizada em áreas urbanas, na África, Ásia, América Latina e Caribe. Isso se traduz em uma demanda por 96.000 novas unidades habitacionais acessíveis todos os dias. Além disso, cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo estão desabrigadas e uma em cada quatro pessoas vive, em condições prejudiciais ou de risco à sua saúde, à segurança e à “prosperidade”. Considerando a demanda total, seria necessário 29,5 milhões de domicílios, com uma demanda média anual de 984 mil domicílios, contudo a demanda próxima a essa média começaria a ocorrer entre os anos 2026 e 2027.

Para Givisiez e Oliveira (2018), estima que haja a expansão da apropriação privada de terra urbana como forma de expandir a produção habitacional, entre 2015 e 2040, para o Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. A apropriação da terra urbana para produção habitacional, entre 2016 e 2020, em todo o território nacional, foi de 163,379 milhões de m²/ano. Após 2020, a necessidade de terra urbana, alcançará 78,59 milhões de m²/ano, entre 2036 e 2040.

Nessas últimas duas décadas o Brasil implementou uma política de Estado a fim de garantir a habitação e moradia como direito humano e direito constitucional, como iniciativa que buscou diminuir o déficit habitacional. Porém, houve um aumento do déficit habitacional no Brasil. Em 2010 eram mais de 5,8 milhões de famílias precisando de moradia e em 2022 passou para mais de 6,2 milhões de pessoas.

Acompanhando intrinsecamente essas últimas duas décadas de política habitacional no Brasil, evidenciou-se que novos processos de urbanização e produção de mecanismos e engrenagens acabaram por introjetar a lógica e as características das finanças no contexto do processo da política habitacional (Abreu; Barcella; Melazzo, 2024). Tais mecanismos e engrenagens encontram-se em curso, por meio do processo de financeirização da habitação, com a integração do Estado, bancos, gestores de fundos, cooperativas de crédito, construtoras e incorporadoras, grileiros, especuladores fundiários e imobiliários e elites regionais e locais. Com isso, acentuou-se o processo especulativo e a hipervalorização de imóveis e aluguéis na escala das cidades metropolitanas e não metropolitanas.

Um dos gargalos da produção habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, diz respeito ao fato de que o referido programa não estabeleceu diretrizes para lidar com o problema da especulação imobiliária e com a produção de processos de valorização da terra urbana, em termos de "justiça espacial", fato que pressupõe refletir e promover ações públicas que permitam contribuir para a construção do direito à moradia como um exercício da cidadania e de direito humano.

Para o caso da Cidade de Marabá, a pesquisa aqui desenvolvida apontou que a política habitacional do PMCMV, contribuiu para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial à medida que os empreendimentos da faixa 1, produzidos de forma geral nas franjas urbanas dos núcleos principais de Marabá, contribuiu para a produção de uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida urbana na cidade. Os elementos apresentados aqui permitem inferir que as dinâmicas de transformações e configurações espaciais, desta cidade amazônica, encontram-se associadas a uma divisão social desigual do espaço, que caminha rumo a uma "urbanização sem cidade" (Fix, 2011), uma vez que, no movimento de transformações do urbano, a população da periferia desta cidade sofre com a segregação socioespacial, inerente a ausência ou carência de mobilidade urbana, inexistência de espaços de lazer, elementos que caracterizam a negação do direito à cidade.

Referências

ABREU, M. A.; KLINK, J.; AALBERS, M. B. The state as a market maker: The rise (and fall) of Brazilian securitization in the 21st century.

Environment and Planning A: Economy and Space, p. 0308518X241258038, 2024.

ABREU, M. A.; BARCELLA, B. L. S; MELAZZO, E. S. Entre o financiamento ea financeirização do imobiliário: A articulação Estado-mercado na condução da política habitacional. **Novos estudos CEBRAP**, v. 43, n. 1, p. 91-116, 2024.

ADLER, D.; ANSELL, B. Housing and populism. **West European Politics**, v. 43, n. 2, p. 344-365, 2020.

AALBERS, M. B. **The financialization of housing**: A political economy approach. London: Routledge, 2016.

AALBERS, M. B.; CHRISTOPHERS, B. Centring housing in political economy. **Housing, Theory and Society**, v. 31, n. 4, p. 373–394, 2014.

BARDET, F.; COULONDRE, A.; SHIMBO, L. Financial natives: Real estate developers at work. **Competition & Change**, v. 24, n. 3-4, p. 203-224, 2020.

BUONFIGLIO, L. V. Análise da política urbana habitacional brasileira da última década. **Geosul**, v. 33, n. 67, p. 61-90, 2018.

CLAPHAM, D. **Remaking housing policy**: an international study. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2019.

FALCHETTI, C. Social Policy and the Dynamics of Neoliberalism: The My House, My Life Program and the Commodified Mediation of Housing. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 2, p. 131-146, 2020.

FERNANDEZ, R.; AALBERS, M. B. Housing Financialization in the Global South: In Search of a Comparative Framework. **Housing Policy Debate**, v. 30, n. 4, p. 1-22, 2020.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios**. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>. Acesso em: 30 set. 2024.

GARCÍA-LAMARCA, M.; KAIKA, M. 'Mortgaged lives': the biopolitics of debt and housing financialisation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 41, n. 3, p. 313-327, 2016

GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. **Demanda futura por moradias**: demografia, habitação e mercado. Niterói: UFF/PPPGI, 2018.

HIRATA, F. "Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. **Revista Aurora**, v. 3, n. 4, p.1-11, 2009.

KIMHUR, B. How to apply the capability approach to housing policy? Concepts, theories and challenges. **Housing, Theory and Society**, v. 37, n. 3, p. 257-277, 2020.

MARINHO, N. L. **Moradia e direito à cidade em Marabá (PA)**: o caso do Jardim do Éden. 2018. Dissertação (Mestrado Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) –, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2018.

MOLINA, I.; CZISCHKE, D.; ROLNIK, R. Housing policy issues in contemporary South America: an introduction. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, n. 3, p. 277-287, 2019.

NASCIMENTO NETO, P.; SALINAS ARREORTUA, L. Financialization of housing policies in Latin America: a comparative perspective of Brazil and Mexico. **Housing Studies**, v. 35, n. 10, p. 1633-1660, 2020.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES, J. C. O Programa Minha Casa Minha Vida e as desigualdades socioespaciais: uma análise a partir da cidade de Marabá, Pará. **Caderno de Geografia**, v.26, n.47, p. 793-816, 2016.

ROGERS, D.; NELSON, J.; WONG, A. Geographies of hyper-commodified housing: foreign capital, market activity, and housing stress. **Geographical Research**, v. 56, n. 4, p. 434-446, 2018.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metr pole**, v.17, n. 33, p. 127 - 154, 2015.

ROLNIK, R.; NACANO, A. K. Direito   moradia ou salva o do setor? **Folha de São Paulo**, p.A3, 14 mar. 2009.

SCHEBA, A. et al. The role of social housing in reducing inequality in South African cities. **AFD Research Papers**, n. 202, p. 1-79, 2021.

SHIMBO, L. An unprecedented alignment: state, finance, construction and housing production in Brazil since the 2000s. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, p. 1-18, 2019.

SOUZA, M. V. M. A produ o do espaço urbano a partir do programa Minha Casa Minha Vida: inser o urbana e/ou desigualdades socioespaciais em Marabá - PA. **Revista Cerrados**, v.14, n. 2, p.30-51, 2016.

SOUZA, M. V. M. Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA): desigualdades socioespaciais nos conjuntos habitacionais Jardim do  den e Tiradentes. **InterEspaço**, v. 4, n. 12 p. 65-83, 2018.

SOUZA, M. V. M.; FERREIRA JÚNIOR, D. B. A precariza o do habitar e a financeiriza o do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA). **Confins**, v. 48, s.p., 2020.

WALDRON, R. Housing and populist ecologies. **Political Geography**, v. 1, p. 1-10, 2022.

WALDRON, R. Housing, place and populism: Towards a research agenda. **Environment and Planning A: Economy and Space**, 53, 5, p. 1219-1229, 2021.

Financeirização e fragmentação socioespacial: reflexões a partir da dinâmica habitacional na cidade de Ananindeua-PA

Izabel Nahum Dias

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

Os efeitos da financeirização habitacional estão cada vez mais explícitos no cotidiano das cidades e dos sujeitos através do conjunto de transformações espaciais e sociais que estão atrelados aos processos imobiliários de construção e comercialização de imóveis e de redefinição dos espaços e das paisagens das cidades. Tratando das dimensões e da diversidade do território brasileiro, o cenário imobiliário torna-se diverso e apresenta características distintas de acordo com as especificidades das regiões e localidades onde os empreendimentos são instalados. Na escala da cidade de Ananindeua, localizada no espaço metropolitano de Belém, Amazônia paraense, o consumo da moradia financeirizada vem sendo fortemente impulsionado pela dinâmica metropolitana, constituindo um dos elementos que vêm contribuindo para diferenciações, desigualdades e para a fragmentação socioespacial na cidade.

Dessa maneira, o referido artigo buscou analisar de que forma a financeirização habitacional, a partir da produção imobiliária, vem contribuindo para a constituição de um padrão espacial fragmentado na escala da cidade de Ananindeua a partir dos anos de 2000. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em levantamento e análise bibliográfica e documental, levantamento de dados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), produção cartográfica, além de observações sistemáticas qualitativas e entrevistas

semiestruturadas obtidas através da realização de trabalhos de campo durante os anos de 2022 e 2023.

Defendemos a ideia de que os eixos estruturantes de expansão dos empreendimentos imobiliários na escala da cidade de Ananindeua, que se consolidaram com base em diferentes práticas espaciais e policentralidades urbanas, constituem resultado de mudanças nos padrões espaciais que compunham o modelo centro/periferia (predominantes em momentos histórico-geográficos anteriores ao processo de metropolização). Assim, evidencia-se um novo momento do processo de metropolização do espaço na escala da cidade de Ananindeua, este, pautado em uma lógica de fragmentação do espaço, na qual as diferentes classes sociais coexistem, mas permanecem distanciadas por elementos intrínsecos à dinâmica imobiliária e de consumo do espaço, tornando necessário compreender o avanço dos processos de financeirização, segregação e fragmentação frente às especificidades das cidades amazônicas.

1. Financeirização habitacional e produção imobiliária

A reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas através do processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996), é caracterizada pela formação de cadeias produtivas globalizadas, pela presença tecnológica e pela celeridade nas trocas. Essa integração global possibilitou a consolidação do capitalismo monopolista ou financeiro, marcado pelo lucro, pelos investimentos, pelos ativos financeiros e pela especulação.

A financeirização é um componente da acumulação flexível do capitalismo global sobre as cidades (Harvey, 2005), e enquanto processo é complexa e diversa, possuindo várias formas de emprego e execução, envolvendo diferentes agentes, em diferentes escalas e diferentes contextos. A relação entre a financeirização e a produção do espaço pode ser percebida através das mudanças sociais e espaciais que ocorrem nos diferentes locais, conforme o avanço de empresas e instituições vinculadas ao capital monopolista. Para Sanfelice (2013, p. 43), no que tange ao espaço urbano, a financeirização pode ser interpretada como um “rearranjo escalar que articula, as escalas global

e local no cerne do processo de urbanização, com todas as tensões e contradições que esse processo engendra”.

Nesse contexto, as cidades metropolitanas e não metropolitanas brasileiras enfrentam constantes transformações, vinculadas ao processo de urbanização do território e estruturação urbana nas últimas décadas. Através do avanço do sistema financeiro esses espaços sofrem transformações, (re)estruturações e diferenciações, que além das transformações econômicas, envolvem mudanças culturais, políticas e sociais como um todo, renovando os conteúdos do próprio território e do cotidiano (Montenegro, 2017).

Mariana Fix, (2011) e (Klink; Denaldi, 2014), concordam que a financeirização do circuito imobiliário no Brasil ocorreu de modo diferente em relação, por exemplo, ao modelo Americano, marcado pela crise do *subprime* ocorrida em 2008. No Brasil, o SFH (Sistema Financeiro Habitacional) e o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário) regulamentam as ações financeiras relacionadas ao setor de habitação. Esses sistemas são as bases para manutenção dos processos de expansão de empreendimentos construídos e adquiridos mediante sistemas de crédito, financiamento e securitização. Todavia, grande parte das ações imobiliárias estão conectadas ao mercado global de finanças, sofrendo influência direta de acontecimentos nacionais e internacionais, e assim como são beneficiados facilmente também são afetados por crises ou discontinuidades nas diferentes escalas.

Por conseguinte, crescem as operações de *fundings*, que correspondem a “mobilização de recursos de terceiros via mercado de capitais ou mercado bancário com prazo de amortização compatível ao prazo de maturação do investimento que se pretende implantar” (BNDES, 2014). Ou seja, é a mobilização de recursos utilizada para financiar e viabilizar a construção de determinados empreendimentos. Tratando-se do mercado imobiliário, essas operações podem garantir desde a compra do terreno até a total construção e comercialização dos imóveis.

Os tipos de funding ofertados atualmente tem origem nos rendimentos de poupança através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), nas Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Letra Imobiliária Garantida (LIG) e Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs), bem como no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS). A figura a seguir demonstra a atuação e variação desses *fundings* nos últimos dois anos.

Figura 1: Brasil - Comparativo de *Fundings* entre 2022 e 2023



Fonte: ABRAINC

A disponibilidade de *fundings* oferece condições para manter o setor imobiliário aquecido, aumentando a competitividade ao viabilizar o constante crescimento da construção de empreendimentos imobiliários no cenário nacional. Neste contexto, os dados apresentados na imagem em consonância com análises realizadas pela Câmara Brasileira das Indústrias de Construção (CBIC), apontam que o SBPE e o FGTS, outrora importantes fontes de recurso para o setor imobiliário/habitacional, apresentam atualmente uma tendência de limitação, reduzindo sua participação e aumentando a busca por novas fontes de recursos para o setor, tal como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

Todavia, a financeirização habitacional não necessariamente vai ser caracterizada apenas por títulos de securitização, letras imobiliárias, ou pelos dados que a quantificam, mas também pelo conjunto de transformações espaciais que estão explícitas através dos processos imobiliários de construção e comercialização de imóveis que envolvem uma materialidade e também a imaterialidade que transformam a cidade física e socialmente.

Dessa forma, as reverberações da influência financeira sobre as cidades e regiões metropolitanas contribuem para a formação de localidades e novas centralidades que conferem formas inéditas ao tecido metropolitano (Sanfelice, 2013, p. 41). Com isso, os processos socioespaciais, tal como a fragmentação, manifestam-se como uma consequência dessas transformações que reorientam a relação entre sociedade e espaço, redefinindo práticas espaciais e levando a

superposição da cidade centro-periférica sem que haja coesão socioespacial entre os diferentes grupos e classes (Sposito; Goes, 2013, p. 58).

2. Expansão metropolitana e fragmentação socioespacial

A fragmentação socioespacial é analisada por Sposito e Sposito (2020), como um conceito polissêmico e multidimensional, pois a ele se atribuem muitos conteúdos, sendo adotado para “tratar de processos contemporâneos de diferentes matizes”, e constituindo “uma ferramenta conceitual usada tanto para análise de dinâmicas gerais”, que em diferentes escalas são “substanciadas pela globalização contemporânea, como para explicar mudanças na estruturação espacial das cidades” (Sposito, Sposito, 2020, p. 3).

Enquanto processo, a fragmentação socioespacial é caracterizada por mudanças na configuração espacial das cidades e precisa ser compreendida “na interseção entre os determinantes do funcionamento atual do capitalismo, por um lado, e as práticas espaciais, do cotidiano urbano de indivíduos, por outro lado” (Legroux, 2021, p. 241). Ou seja, cabe compreender as causas do processo, os fatores e agentes determinantes; por esse motivo iniciamos tratando da financeirização habitacional, pois esta encontra-se atrelada ao capitalismo global e a uma forma de urbanização capitalista, cujos processos financeiros condicionam mudanças no espaço e nas relações sociais.

Ainda que seja um processo mais visível nas grandes metrópoles, a fragmentação “[...] aparece em germe nas demais metrópoles brasileiras, especialmente no espectro dos condomínios fechados e normatizados, que fraturam o espaço urbano, permitindo que diferentes classes sociais estejam “juntas e separadas ao mesmo tempo” (Santos, 2013, p. 65-66). Dessa forma, a fragmentação também pode ser assinalada como um processo que:

(...) vai além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de

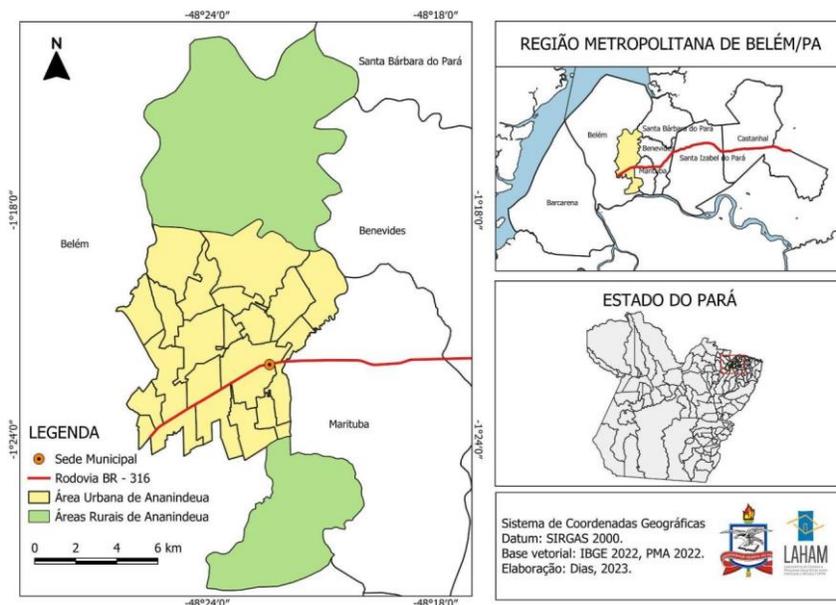
classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações. (Legroux, 2021, p. 238).

Tratando-se da complexidade do referido processo socioespacial, Sposito e Sposito (2020) destacam que os processos de:

[...] (segregação, autosegregação, exclusão e diferenciação adjetivados como urbanos, espaciais, socioespaciais etc.) compõem o de fragmentação socioespacial, em múltiplas formas de combinação e consoante as realidades urbanas tomadas como referências. A partir dessa posição, rejeitamos a compreensão de que são processos do mesmo tipo, o que autoriza a adotá-los como sinônimos. Nosso ponto de partida é que há matizes que os distinguem e, mais que isso, o de fragmentação socioespacial, conceito mais recente, pode abarcar os demais, sem com isso superá-los ou descartá-los, mas sim incorporando-os na reflexão (Sposito; Sposito, 2020, p. 2-3).

Por conseguinte, na escala Amazônica, o processo de metropolização do espaço belenense, no início do século XXI, provocou transformações nas formas-conteúdo do referido espaço metropolitano. Na escala da cidade de Ananindeua (Mapa 1), localizada na região metropolitana de Belém no estado do Pará, segundo município mais populoso do estado, a incorporação de empreendimentos imobiliários, nas últimas décadas, tem provocado mudanças significativas na configuração espacial da cidade. Além de mudanças como crescimento demográfico, verifica-se a expansão do mercado de terras, ampliação de ações estruturantes do poder público, tendência de hierarquização e homogeneização de espaços urbanos, fragmentação socioespacial, marcada por expansão de espaços residenciais fechados de médio alto padrão, avanço acelerado de agentes econômicos de capital nacional e internacional do ramo atacadista e o aprofundamento de desigualdades socioespaciais.

Mapa 1: Localização do município de Ananindeua/PA.



Fonte: IBGE 2022.

Para entender a fragmentação no contexto metropolitano de Belém, é importante compreender inicialmente algumas tendências da dinâmica demográfica local. Os dados do Censo 2022 apontam o crescimento do contingente populacional e o aumento físico que caracteriza a expansão urbana da RMB, porém com a peculiar característica de diminuição populacional na Capital Paraense. Em 2010 Belém possuía cerca de 1.393,399 habitantes e sofreu uma redução populacional maior que 6% (IBGE, 2022).

Em contrapartida a capital, os demais municípios da RMB registraram aumento populacional, com destaque para Santa Izabel e Castanhal. A queda populacional em Belém e o crescimento dos municípios do entorno podem indicar uma tendência de redistribuição da população marcada por diversos fatores, tais como a oferta de moradia, emprego e infraestrutura (Lima; Pontes, 2023), ou simplesmente pela expulsão das classes desfavorecidas para outras localidades.

Além disso, o processo de metropolização no Brasil, segundo Brito e Souza (2005, p. 52), “tem sido marcado pela redistribuição da

população metropolitana favorável aos municípios periféricos, certamente estimulada pela emigração do capital em direção às demais cidades das aglomerações metropolitanas”. Como consequência desse processo ocorre o aumento da demanda fundiária e habitacional, marcada pelo surgimento de ocupações e, ao mesmo tempo, pelo avanço do capital financeiro imobiliário.

A especulação, a incorporação imobiliária, os financiamentos habitacionais que se alastram pela região metropolitana contribuem para a mercantilização da moradia e o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetando profundamente o exercício do direito à moradia (Rolnik, 2015). Com isso, contribuem para a intensificação de desigualdades no espaço metropolitano, tornando-o homogeneizado, fragmentado e hierarquizado (Lefebvre, 2013).

Para Lencioni (2005) os espaços de moradia, de lazer, o fracionamento da terra para atender ao mercado imobiliário, as favelas, os condomínios privados, são expressões de um processo de fragmentação. Dessa forma, afetam e modificam a infraestrutura da cidade e a vida dos moradores que vivenciam as mudanças provocadas pela ação de diferentes agentes sobre o espaço.

Nesse contexto, a expansão urbana dos espaços metropolitanos “pode ou não vir acompanhada de novas centralidades e denunciam a importância que vem assumindo a dispersão territorial das atividades econômicas relativas ao processo de reestruturação sócio-espacial que vão imprimindo opacidade aos limites territoriais das cidades” (Lencioni, 2010).

Trindade Junior (2000), já evidenciava a dispersão metropolitana como uma condição e um meio necessário para a expansão da fronteira urbano-imobiliária belenense. Segundo o autor, “a dispersão e a concentração formam também um par dialético para a realização dos processos socioespaciais no âmbito metropolitano” (Trindade Júnior, 2000, p. 127).

Para Sposito (2022, p. 58), a fragmentação socioespacial na escala metropolitana é considerada um processo composto por dinâmicas e transformações que podem ser profundas. Essas transformações, “reorientam as relações entre sociedade e espaço, redefinindo as práticas espaciais e os usos do tempo urbano, levando à superposição, nunca completa, da cidade centro-periférica por uma

nova ordem”. Na escala metropolitana de Belém, os anos de 2000 revelam novo momento da expansão urbano imobiliária, este, marcado por recomposições urbanas, pela tendência de fortalecimento de policentralidades comerciais vinculadas tanto ao mercado de terras e mercado imobiliário, quanto a reconfigurações vinculadas ao modelo centro-periferia com padrão espacial fragmentado.

3. O capital imobiliário e a fragmentação socioespacial na cidade de Ananindeua

Segundo dados do IBGE, a população de Ananindeua saltou de 88.151mil em 1991 para 393.569 mil no ano 2000, posteriormente, cresceu para 471.744 mil em 2010 e hoje apresenta um quantitativo populacional de 478.778 mil habitantes. O intenso crescimento populacional na transição do século, gerou significativas implicações na estrutura da cidade, que se desenvolveram de acordo com as necessidades econômicas e sociais que nela se estabeleceram, passando no decorrer dos anos 2000 por processos de estruturação e reestruturação urbana que moldam sua forma e os conteúdos.

Lencioni (1997), afirma que para se compreender a estrutura da cidade, ou seja, sua forma, é necessário analisar a função e o conteúdo que a constituem, uma vez que estes três fatores não são excludentes, redutíveis ou externos uns aos outros, pois constituem o encadeamento do processo de reestruturação urbana. Nesse processo, o solo urbano torna-se uma mercadoria perante os diferentes agentes produtores do espaço urbano, sendo o capital imobiliário um dos mais influentes e rentáveis, tornando-se também um epicentro das crises urbanas nas cidades.

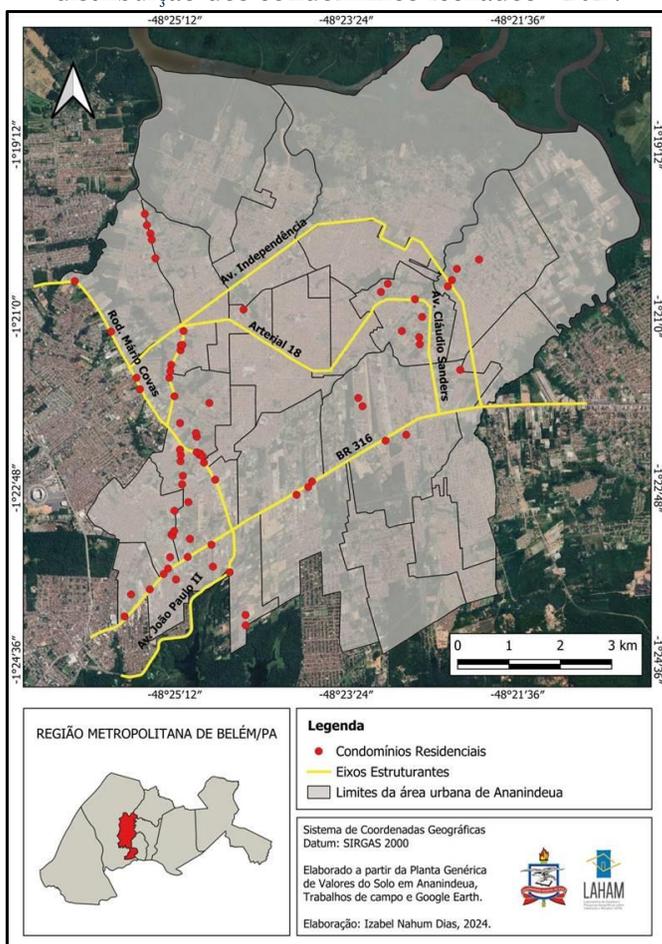
A produção habitacional de certo é um dos mais importantes segmentos para se compreender o processo de fragmentação e seus impactos sobre os demais segmentos da vida cotidiana, todavia, também representa o principal vetor que desencadeia e intensifica processos de diferenciação.

Rodrigues (2020) identifica em Ananindeua processos fragmentários a partir de duas perspectivas diferentes, a primeira a partir de espacialidades setorizadas, como por exemplos eixos onde predominam determinadas atividades de comércio, lazer ou prestação de serviço. A segunda, a partir das formas da cidade e dos condomínios fechados, que modificam os padrões espaciais e conferem as bordas da

cidade de Ananindeua uma característica de fragmentos hierarquizados, ressaltando a afirmação de (Lencioni, 2017, p. 170) para quem “esses espaços fragmentados se hierarquizam; tanto quanto o trabalho e as atividades são hierarquizadas”.

Sob a questão da forma urbana de Ananindeua, cabe analisar a distribuição espacial dos locais de moradia que possuem acesso limitado (Mapa 2), contribuindo para a segregação, autosegregação e conseqüentemente para a fragmentação socioespacial na cidade.

Mapa 2: Área urbana de Ananindeua-PA - Eixos estruturantes e distribuição dos condomínios fechados - 2024



Fonte: Planta genérica de valores do solo em Ananindeua, trabalhos de campo, Google Earth e Rodrigues (2020). Elaborado por: Dias (2024).

A maior concentração de empreendimentos imobiliários ocorre ao longo dos eixos estruturantes da cidade, que segundo Rodrigues e Rodrigues (2021, p. 116), são as vias que impulsionam as conexões, fluxos de pessoas, mercadorias, serviços urbanos e informações na cidade. Estes eixos são: “1) Eixo Estruturante da BR-316; 2) Eixo Estruturante da Avenida Mário Covas; 3) Eixo Estruturante da Arterial 18; 4) Eixo Estruturante da Avenida Cláudio Sanders; e 5) Eixo Estruturante da Avenida Independência”. Tais eixos também permitem pensar as novas configurações do centro e da centralidade na cidade de Ananindeua.

A grande maioria dos empreendimentos que constam no mapa foram construídos a partir do ano 2000, e atualmente marcam a paisagem da cidade. Dentre as empresas que fazem parte desse processo de expansão dos condomínios em Ananindeua podemos citar grupos de construtoras e incorporadoras como a Capital construtora, Síntese engenharia, Living construção e incorporação, PDG, Grupo Cavalieri, Tenda, Prime Residence, Grupo Status, dentre outros. A maioria dessas empresas possui capital aberto e atuação em diferentes níveis do mercado, algumas delas como a Tenda, a Living e a PDG possuem cotação na bolsa de valores, e a grande maioria possui vínculo para a construção de empreendimentos atrelados a programas sociais de moradia, obtendo lucro através da atuação em diferentes segmentos desse mercado.

Dessa forma, o processo de fragmentação decorre do aprofundamento das inúmeras desigualdades existentes na cidade e que se intensificam cada vez mais através da chegada dos empreendimentos imobiliários, das mudanças nos padrões de consumo, dos novos agentes de comércio e serviços e da falta de ações coerentes do poder público. Além disso, cabe ressaltar que o consumo da moradia financeirizada é impulsionado também pela dinâmica metropolitana ao qual a cidade está inserida, contribuindo para a produção fragmentada do espaço.

Para Sposito et al. (2023, p. 7) a fragmentação pode ser percebida através de cinco dimensões empíricas para análise do cotidiano: habitação, trabalho, consumo, lazer e mobilidade. Estas dimensões encontram-se articuladas, e ao analisá-las compreendemos como a fragmentação pode ser percebida na paisagem e no cotidiano. Todavia, para fins analíticos desta pesquisa abordaremos somente as

dimensões da habitação, lazer e mobilidade, tendo em vista que essas três dimensões também estão atreladas ao poder público e fazem parte do leque de direitos que devem ser assegurados à população.

No que tange a habitação, a espacialização imobiliária contribui para a fragmentações nos espaços da cidade, reconhecidas principalmente através da comparação entre os espaços residenciais fechados e os espaços pré-existentes, os espaços periféricos. São inúmeros os enclaves e contradições entre as formas de moradia, de um lado aqueles que podem escolher onde morar adotando diversos critérios e comodidades, e do outro, aqueles que tentam sobreviver no espaço, em busca de um lugar para tentar se estabelecer dignamente. Para Sposito et al. (2023, p. 79):

A proliferação dos muros, sistemas de monitoramento e segurança nas residências e espaços residenciais fechados, o crescimento do número e da importância de shoppings centers, clubes privados, hipermercados, centros de comércio e serviços, dentre outros, relaciona-se ao aumento do distanciamento e da separação socioespacial no sentido da negação do direito à cidade (...).

A negação do direito à cidade e a separação socioespacial são assimiladas também através da fala dos sujeitos. No trecho a seguir, a moradora comenta sobre os impactos gerados pela expansão dos condomínios sobre a população mais pobre:

Por mais que se construam condomínios com muros altos, a vizinhança desses condomínios vai existir do mesmo jeito, e o que vai acontecer? Vai melhorar pra quem? O que vai acontecer é que essas famílias que moram ao redor com o tempo vão migrando pra outros locais, porque quando vai esses condomínios de classe média pra certos locais o custo de vida lá também vai aumentar, o supermercado, lojas, porque já tem outro padrão chegando lá, e aí o que vai acontecer? Essas outras pessoas ao redor elas vão começar a sair, porque outras pessoas de classe média também vão começar a comprar ali. (Solange Bandeira, moradora de Ananindeua e representante do movimento de luta por moradia, Entrevista concedida em 2024).

Por conseguinte, a dimensão da mobilidade talvez apresente as características mais marcantes no que diz respeito às práticas que caracterizam a fragmentação socioespacial em Ananindeua. As dificuldades de mobilidade, principalmente através do transporte público é uma das principais dificuldades enfrentadas, uma vez que além do sucateamento dos veículos há também a superlotação e falta de integração entre os bairros da cidade, dificultando a mobilidade interna. Dessa forma, tratando-se da mobilidade existe um processo de fragmentação que é tanto interna a cidade quanto também metropolitana.

Para Vasconcelos (2016, p. 22), “a cidade fragmentada corresponde a uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte” ela é produzida pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e pelas ações da população pobre. E as diversas dificuldades vivenciadas prejudicam o bem-estar e a saúde de muitas pessoas que enfrentam rotinas que são dificultadas pelos problemas que envolvem o transporte público e a mobilidade na cidade e no espaço metropolitano.

Dona Maria da Conceição, 37 anos, moradora do bairro do Aurá, reside e trabalha em Ananindeua, relata a seguinte questão:

Existem duas Ananindeuas, uma que fica de um lado da Br e outra que fica do outro lado, não tem ônibus pra ir direto de um lado pro outro, eu trabalho na Cidade Nova né, e sempre tenho que estar pra lá, aí preciso ir pra Br pra pegar outro ônibus pra chegar lá, a Br é um divisor da cidade.

Sobre a relação da mobilidade com a fragmentação, Sposito (2016, p. 84-85) afirma:

A distância entre um ponto e outro, numa cidade progressivamente mais dispersa, dificultam a acessibilidade de todos os cidadãos a todos os espaços urbanos, sendo esta uma das razões, mas não a única, de reafirmação das distâncias sociais. A constituição da centralidade depende, sobretudo, do ir e vir, do direito ao acesso, como possibilidade e realização, bem como do acontecer efetivo ou simbólico do que é central. À medida que as áreas de consumo de bens e serviços não são as mesmas para todos e que o tempo de deslocamento até elas também é razão de

diferenciação, fica mais difícil se elaborar uma representação de centralidade (e, portanto, de cidade) que seja a base da construção de uma memória urbana.

Com isso, assistimos a cidade se dividir em fragmentos, e mesmo que a abordagem principal seja sobre a produção da moradia, é válido ressaltar que esta, se caracteriza apenas como um dos elementos que fazem parte da gama de elementos que compõem o habitar. Dessa forma, todas as práticas mencionadas aqui são essenciais para se compreender as formas de (re)existência urbana na cidade. Uma vez que, “na cidade capitalista, o fundamento não é o bem-estar da generalidade da população, mas o eficaz funcionamento dos mecanismos de controle, regulação e acumulação capitalista” (Mendes, 2008, p.67)

Sobre a dimensão do lazer, para uma cidade que possui quase 500 mil habitantes, Ananindeua possui poucos espaços públicos acessíveis e com infraestrutura adequada para a população. Em muitos casos, a construção ou revitalização desses espaços já nasce condicionada a favorecer demandas de especulação do setor imobiliário. Assim, a construção de empreendimentos próximos aos espaços públicos da cidade influencia na privatização desses espaços através da construção de “limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis” (Serpa, 2016), e deste modo o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados” onde há uma certa proximidade espacial, mas com imensa distância social.

Considerações finais

A reestruturação urbana metropolitana, bem como, a reestruturação da cidade, correlacionadas ao processo de financeirização e suas reverberações na escala metropolitana de Belém e da cidade de Ananindeua, vem contribuindo para a consolidação do “padrão espacial policêntrico fragmentado”. Esse padrão manifesta-se como resultado da expansão urbano imobiliária que se intensifica na cidade a partir dos anos 2000, sendo marcado por recomposições urbanas, pela tendência de fortalecimento de policentralidades comerciais vinculadas tanto ao mercado de terras quanto ao mercado imobiliário, e transformações que reorientam a relação entre sociedade e espaço, redefinindo práticas espaciais e levando a superposição da

cidade centro-periférica sem que haja coesão socioespacial entre os diferentes grupos e classes sociais (Sposito, 2013, p. 58).

Considerando a realidade urbana da cidade de Ananindeua, a fragmentação socioespacial em escala local se manifesta nas formas espaciais da cidade, através da expansão de espaços residenciais fechados, das áreas de autossegregação e dos muros que avançam no contexto das periferias, produzindo mosaicos de classes sociais que coabitam o mesmo espaço no bairro ou na cidade e usufruem de forma diferenciada de equipamentos e infraestruturas. Isso se reflete nos elementos da vida cotidiana dos sujeitos, de forma que enquanto alguns vivem a cidade, outros tem seu direito negado devido a limitações geradas pela falta de integração na cidade, pela ausência de espaços públicos acessíveis, pelas dificuldades do habitar ou simplesmente pela preocupação em (re)existir em um espaço desigual.

Com efeito, os elementos apresentados constituem produto de algumas reflexões que vêm sendo concebidas junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Habitação e Moradia - LAHAM da UFPA. As discussões acerca dos processos de financeirização da produção do espaço e da habitação e a fragmentação socioespacial, principalmente nas metrópoles Amazônicas, se faz necessário para compreender o desenvolvimento desses processos frente às diferenciações e desigualdades socioespaciais em escala local.

A visibilidade que a Região Amazônica vem assumindo, tanto frente aos desafios associados à preservação ambiental, quanto do ponto de vista dos desafios em busca de cidades saudáveis e sustentáveis, demandam por novas pesquisas que reflitam acerca das múltiplas, complexas e diversas manifestações dos fenômenos urbanos amazônicos, de forma a impulsionar mudanças nas ações públicas para a mitigação de problemas urbanos, sociais e ambientais, permitindo pensar uma cidade mais justa, democrática, diversa e plural para as futuras gerações.

Referências

ABECIP. **Origem do SFH e SFI.** Disponível em: <https://www.abecip.org.br/credito-imobiliario/historia>. Acesso em: 15 set. 2022.

ABRAIC. **Panorama do Mercado Imobiliário.** Disponível em: file:///C:/Users/Aluno/Downloads/PANORAMA_DE_MERCADO_IMOBILIARIO_NOV23.pdf Acesso em: 15 Jan. 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Silvana Frinze Foá (trad.). São Paulo: Xamã, 1996.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2022.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 25 maio 2023.

KLINK, Jeroen; DENALDI, Rosana. **On financialization and state spatial fixes in Brazil.** A geographical and historical interpretation of the housing program My House My Life. Habitat International, 2014.

KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos Barcellos de. **Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro.** São Paulo: Cad. Metrop., v. 19, n. 39, pp. 379-406, maio/ago 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

LEGROUX, Jean. **A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial.** Caminhos de Geografia. Uberlândia-MG v. 22, n. 81 jun./2021.

LENCIONI, Sandra. **Restrução:** uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. Anais. Encuentro de Geógrafos de América Latina. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras/Universidad de Buenos Aires, 1997.

LENCIONI, Sandra. **Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331 (69), 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Ed. Rio de Janeiro: consequência Editora, 2017.

LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Censo 2022:** Região Metropolitana de Belém conta com mais de 3 mil moradores indígenas e 10 mil quilombolas. Observatório das Metrópoles. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/censo-2022-regiao-metropolitana-de-belem-conta-com-mais-de-3-mil-moradores-indigenas-e-10-mil-quilombolas/#:~:text=Dados%20gerais%20dos%20munic%C3%ADpios%20da%20RMB&text=A%20maior%20varia%C3%A7%C3%A3o%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o,estrutura%20urbana%20e%20acesso%20rodovi%C3%A1rio>

MENDES, Luiz. Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa. **Revista da Faculdade de Letras. Geografia. Universidade do Porto**, Volume II, 2008, p. 57-82.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 19, n. 40, 2017.

RODRIGUES, Leide Laura de Carvalho. **Novas expressões do centro e da centralidade urbana:** O papel dos agentes de comércio e serviços na (Re)estruturação da cidade de Ananindeua, Pará. 2020. 142f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará. Pará, 2020.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; RODRIGUES, Leide Laura Carvalho. (Re)estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia Paraense. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 22, p. 106-126, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1º Ed., São Paulo:Boitempo, 2015.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **EURE**, v. 39, n. 118, p. 27-46, 2013.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Segregação ou fragmentação socioespacial: Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. **GeoTextos**, vol. 9, n. 1, jul. 2013.

SERPA, Ângelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Mercator**: Fortaleza, v.19, p. 1-13, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. **TLALLI**, no. 8, 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIYAZAKI, Vitor Koiti; SANTOS, Rafael Roxo dos; MELAZZO, Everaldo Santos. Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. **Enanpur**, Belém, mai. 2023.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **GEOGRAFARES**, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDE, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2016.

Deliverização do trabalho no espaço metropolitano amazônico: análise a partir de Belém, Pará

Raimundo Sócrates de Castro Carvalho

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

As dinâmicas vinculadas ao processo de deliverização do espaço nas cidades constituem marcas de um novo momento de precarização no mundo do trabalho, tanto no Norte quanto no sul global, na última década do século XXI. Neste contexto espaço-temporal, os espaços metropolitanos e não metropolitanos brasileiros vêm sofrendo intensas metamorfoses socioespaciais, vinculadas às novas determinações associadas aos processos de globalização-fragmentação, intensificação do uso de novas artefatos tecnológicos, desemprego estrutural e conjuntural, avanço do neoliberalismo, bem como, aprofundamento da precarização do trabalho a partir de tessituras que se exteriorizam em espaços urbanos (Antunes, 2018).

Na escala da Amazônia brasileira, a expansão acelerada do trabalho uberizado no espaço metropolitano de Belém, a partir de meados da segunda década do século XXI, reconfigurou o serviço de delivery de produtos à “entrega do território do trabalho”, a partir de normatizações do empresariamento urbano pautadas na racionalidade neoliberal, enquanto sistema normativo global, assim como, na consolidação e expansão de práticas espaciais vilipendiadoras dos direitos e garantias sociais, que se expressam nos processos espaciais, mediante vetores em que as feições de centro e centralidade realizam-se pelas formas mais precárias do trabalho, que passam a ser processadas e materializadas (Dardot e Laval, 2016; Carvalho, 2024).

A pesquisa aqui apresentada objetivou analisar as novas condições de trabalho dos motoentregadores de aplicativos de delivery no espaço metropolitano de Belém, na última década do século XXI. Entendemos que as metamorfoses do trabalho são produtos da

dinâmica das contradições na relação capital-trabalho, imersos na realização do passado e do presente, a partir dos processos sociais, políticos e econômicos que plasmam velhas e novas formas de exploração, através de morfologias do trabalho, que tendem a contribuir para aprofundamento de desigualdades socioespaciais e ampliação do processo de exploração do trabalho no espaço.

A metodologia adotada consistiu em pesquisa qualitativa e quantitativa, através da qual realizou-se levantamento e análise bibliográfica e documental, observações sistemáticas qualitativas, registros fotográficos, aplicação de formulários.

1. Uberização, trabalho e território usado: uma breve introdução ao debate

A uberização tem sua gênese a partir das formas de organização e criação de produtos no âmbito das tecnologias da informação, mais precisamente através das startups, que tornaram viável a socialização de serviços, o uso de equipamentos e ferramentas, no âmbito doméstico nos EUA, sobretudo a partir dos anos de 2015 (Slee, 2017). A ampliação e intensificação de práticas de consumo a partir das quais as pessoas e empresas alugavam e vendiam seus serviços a outros, através de aplicativos com o propósito de relacionar e aproximar serviços à pessoas, como formas de mediar a resolução de problemas imediatos tornou-se irremediavelmente demandada em tempos de acelerada globalização econômica e de dinâmicas de hiperconsumo (Lipovetsky, 2015). As primeiras noções e aplicações propositivas que iriam garantir a espacialização desta forma de organização do trabalho explorado surgiu no Vale do Silício, localizado na parte sul da região da Baía de São Francisco, na Califórnia, EUA, espaço que abriga muitas, empresas globais de tecnologias (Slee, 2017).

Para entendermos as dinâmicas de difusão espacial do trabalho através dos aplicativos de entrega, inicialmente, nos reportamos ao conceito miltoniano de “território usado” como categoria mediadora para desenvolvermos a análise da atual condição do trabalho *deliverizado* dos motoentregadores. Isso principalmente por ser uma expressão mais compósita e desenvolvida pelo ato do fazer humano, associada às necessidades, etapas do trabalho, bem como, ao acúmulo de temporalidades e espacialidades urbanas.

O desenvolvimento técnico-científico e informacional, na perspectiva da complexificação da própria configuração da produção e reprodução do capital, alcançou todos os lugares do mundo (Santos, 2006).

O período que gerou um meio geográfico cuja tecnocientificização do território alcançou níveis de existência jamais vistos, o que torna impossível pensá-lo sem considerar o papel ativo dos fenômenos técnicos que agora lhe são inerentes, como formas-conteúdo movidas pela tensão dos contraditórios interesses de usos que têm, no controle da informação, importante medida de suas potencialidades viabilizadoras (Santos, 2010, p. 89).

Santos (2005) ressalta a importância do retorno da discussão do conceito de território, exercendo algumas interlocuções por meio de reflexões que permitam pensar o “espaço banal”. Isso nos permite diferenciar as condições dos direitos e acessos de reprodução do trabalho em relação aos demais acessos vinculados aos processos desiguais de reprodução social, pois a quantidade e a qualidade dos demais acessos também são plasmados de forma desigual no espaço. O espaço banal constitui-se como expressão, resultado e condição dos territórios de resistência, a partir do qual a vida urbana e humana se dá.

Em face disso, os processos de produção e reprodução da vida dos homens não são garantidos de forma homogênea, quando entendemos que as particularidades das contradições interpostas nos processos de configuração espacial e do território como realidade dessas contradições, passam a ser legitimadas, pois é o que o pensamento hegemônico busca legitimar por meio de suas realizações produtivas e reprodutivas. Santos (2005) aponta que isso é o resultado da operacionalidade do sistema de ações, dos eventos, ou seja, desse processo lógico e histórico de produzir as possibilidades, segundo o poder de cada um, classes sociais, lugares. Esse processo lógico e histórico de produzir a extensão planetária é o que no presente período caracteriza a globalização.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (Santos, 2005, p. 256).

O autor busca trazer à luz o fazer humano pelas elaborações e transformações técnicas, no sentido da capacidade do desenvolvimento das ações e objetos plasmados no contexto das sociedades por meio das formações das ações humanas percebidas pelo funcionamento do território, por meio daquilo que chamamos de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades seriam os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...] A fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (Santos, 2005, p. 255).

As expressões atuais de exploração e da degradação excludente do capital, no que se refere à sua exteriorização, possibilita-nos refletir sobre a produção capitalista do espaço (Harvey, 2000), que cada vez mais, imprime novas centralidades diferenciadas quanto aos espaços de trabalho, de reprodução social, de acesso desigual aos equipamentos públicos e a negação do direito à cidade.

A realidade desses trabalhadores em meio aos processos socioespaciais vincula-se ao sentido de que a garantia do trabalho desenvolvido por esses trabalhadores, no ato de sua materialização, é exercida por meio dos fixos constituídos no âmbito territorial das cidades; isso em meio de dinâmicas de circulação das mercadorias, ou seja, seus fluxos que se dão por diversas atividades do fazer humano, dentre as quais, as atividades de serviços.

2. Dinâmicas territoriais do trabalho no Brasil

Em escala planetária, a intensificação de fluxos migratórios de pessoas tanto em direção a países do norte, quanto do sul global, com relativos índices de estabilidade econômica, induzidos por diferentes fatores como guerras, pobreza, fome, regimes autoritários, crises

econômicas severas, constituem fatores que tensionam fortemente os mercados de trabalho nos respectivos territórios (Harvey, 2000; Harvey, 2017). Na escala do território brasileiro intensas transformações socioespaciais, vinculadas ao processo de reestruturação produtiva, aos fluxos migratórios (de bolivianos, venezuelanos), aos novos processos de trabalho, ao avanço do desemprego estrutural, com elevação do contingente de trabalhadores precarizados, constituem marcas destes processos neste início do século XXI. As respectivas transformações estão associadas às novas determinações da produção capitalista do espaço, a nova razão neoliberal, pautada na lapidação e pilhagem dos direitos trabalhistas, elementos que tendem a interferir na relação trabalho-espço (Antunes, 2020), Dardot e Laval, 2016).

Do ponto de vista operacional, expressos a partir dos dados quantitativos, a tabela 1 , produzida a partir de informações/dados do IBGE, permite inferir que a taxa de desemprego no primeiro semestre de 2023 no Brasil, foi de aproximadamente 9%, o que corresponde a cerca de 9,4 milhões de desempregados. Esta estimativa constitui apenas a ponta de lança que permite refletir sobre a nova condição da desrealização e precarização do trabalho no território brasileiro. Importante ressaltar que, segundo o IBGE, um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos, uma dona de casa que não trabalha fora e um empreendedor ou empreendedora que possui seu próprio negócio não são considerados desempregados.

Tabela 1 – Brasil - Número de Desempregados. 2023/1º trimestre

| Desempregados (desocupados) | Taxa de desemprego (desocupação) | Desalentados | Taxa de subutilização |
|-----------------------------|----------------------------------|--------------|-----------------------|
| 9,4 milhões | 8,8% | 3,9 milhões | 18,9% |

Fonte: Dados do IBGE – Elaboração Própria.

Na escala do território paraense, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para o ano de 2021, apresentados na tabela 2, o referido Estado teve a maior taxa de trabalho informal do Brasil, uma vez que, a cada 10 trabalhadores, 6 deles estavam trabalhando sem carteira assinada. Os dados da Tabela 2 permitem inferir uma tendência de crescimento do número de trabalhadores informais tanto no Estado do Pará, quanto na Região Metropolitana de Belém.

Tabela 2 - Brasil, Pará e RMB - Participação do trabalho por conta própria sobre o total dos trabalhadores. 2001-2015

| Anos | Brasil | Pará | RM Belém |
|------|--------|-------|----------|
| 2001 | 22,31 | 26,6 | 29,05 |
| 2002 | 22,26 | 26,42 | 28,61 |
| 2003 | 22,36 | 26,95 | 29,4 |
| 2004 | 21,98 | 27,27 | 29,95 |
| 2005 | 21,64 | 26,18 | 27,61 |
| 2006 | 21,22 | 27,55 | 30,45 |
| 2007 | 21,19 | 27,07 | 26,51 |
| 2008 | 20,24 | 27,43 | 27,99 |
| 2009 | 20,48 | 28,18 | 28,45 |
| 2011 | 21,02 | 30,34 | 28,49 |
| 2012 | 20,64 | 30,25 | 28,97 |
| 2013 | 20,61 | 29,17 | 27,01 |
| 2014 | 21,29 | 30,2 | 29,85 |
| 2015 | 22,88 | 32,08 | 31,61 |

Fonte: PNAD/ IBGE. Elaboração própria.

* Taxa de participação do trabalho autônomo sobre o total de trabalhadores.

** Trabalho autônomo e por conta própria são uma mesma categoria de ocupação.

Segundo dados do Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - Pnad IBGE (2023), no setor privado, a população brasileira ocupada de 14 anos ou mais de idade somou 87,2 milhões de pessoas no quarto trimestre do referido ano, sendo que, deste total, cerca de 2,1 milhões realizavam trabalhos por meio de plataformas digitais, ou seja, 1,5 milhão - ou 1,7% da população está ocupada no setor privado - por meio de aplicativos de serviços e 628 mil, nas plataformas de comércio eletrônico (IBGE, 2023; AGÊNCIA BRASIL, 2023).

As informações da Pnad IBGE apontam também que o aplicativo de transporte particular de passageiros foi a plataforma digital mais utilizada pelos usuários (47,2%), seguido do serviço de entrega de comida, produtos, (39,5%), do aplicativo de táxi (13,9%) e do aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais (13,2%)(IBGE, 2023; AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Ainda segundo a Pnad IBGE (2023), a Região brasileira com maior percentual de trabalhadores plataformizados, é o Sudeste com 57,9%, ou 862 mil pessoas, quando comparado com o total de trabalhadores plataformizados no Brasil. Os dados do Pnad IBGE (2023) afirmam que a maior proporção de pessoas que trabalham com aplicativos de transporte particular de passageiros, excluindo os de táxi,

está na região Norte com 61,2%, ou 14 pontos percentuais acima da média nacional.

Por sua vez, os homens correspondem a 81,3% dos trabalhadores plataformizados, ao passo que as mulheres correspondem a 18,7% do total desses trabalhadores (Pnad IBGE, 2023; AGÊNCIA BRASIL, 2023). Outra informação importante diz respeito ao fato de que na distribuição por idade, quase a metade (48,4%) das pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho estavam no grupo de 25 a 39 anos (IBGE, 2023; AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Neste contexto de transformações do mundo do trabalho, evidencia-se o avanço do trabalho plataformizado dos aplicativos, vinculados aos motoentregadores no espaço metropolitanos de Belém, sobretudo a partir dos anos de 2019, quando da intensificação da pandemia da COVID-19. O processo de deliverização do trabalho a partir dos motoentregadores configurou-se como alternativa de trabalho, tanto para uma massa de desempregados, quanto para trabalhadores empregados, que buscam uma fonte de renda. (Carvalho, 2024).

Por sua vez, o elevado crescimento demográfico e espacial da Região Metropolitana de Belém a partir dos anos de 1990, reduzidos investimentos governamentais na geração de emprego e renda, associado a intensos processos de reestruturação produtiva, reestruturação urbana, são fatores que contribuíram para o aumento do desemprego estrutural no espaço metropolitano amazônico, para a expansão do trabalho informal e para a precarização das atividades dos trabalhadores.

O trabalho *uberizado* dos motoentregadores representam uma das novas expressões do trabalho, cujas características principais consistem na intensa ampliação de jornadas de trabalho, inexistência de direitos trabalhistas e previdenciários, subsunção do trabalhador a condições vilipendiadoras de sua existência humana, configurando o que Antunes (2018) caracteriza como hiper-precariade em movimento, considerando os novos processos de intensificação de exploração da mão de obra da classe trabalhadora periférica.

3. Urbanização, Trabalho e uberização no espaço metropolitano de Belém

As metamorfoses do trabalho no espaço metropolitano de Belém, nas duas primeiras décadas do século XXI, constituem resultado da expansão da fronteira urbana amazônica após a década de 1960, fortemente articulado pela intervenção estatal sobre o espaço regional (Becker, 1990). As ações do governo federal tiveram importância significativa na elaboração e implantação de um conjunto de políticas territoriais voltadas para o controle da terra, para a migração induzida e o incentivo a grandes empreendimentos na Amazônia, afetando significativamente o processo de expansão demográfica e espacial desta região (Becker, 1990; Machado, 1992; Pereira, 2006).

A partir da década de 1960 ocorreu uma aceleração da aglomeração urbana nas cidades capitais amazônicas, potencializada pelos processos de estruturação urbanorregional e pela metropolização, elementos que contribuíram para a abertura de novos espaços de circulação e de novos núcleos populacionais, não ribeirinhos, repercutindo na reconfiguração da rede urbana *dendrítica* e fortalecimento da rede urbana complexa (Corrêa, 1996).

A dinâmica territorial de ocupação da fronteira urbana imposta pela urbanização do território amazônico produziu seus efeitos na escala da cidade de Belém e de sua Região Metropolitana, que a partir de então se tornou dependente de atividades terciárias (Trindade Jr., 1998). Seguindo trajetória inversa a Belém, o espaço metropolitano de Manaus, localizado na Amazônia Ocidental, teve seu crescimento pautado a partir do fortalecimento do setor industrial, a partir da criação da Zona Franca de Manaus no ano de 1967 (Trindade Jr., 1998).

A reestruturação produtiva e da rede urbana amazônica instituiu uma nova dinâmica econômica, caracterizada pela migração do empresariado e de investimentos para as localidades que apresentassem maiores vantagens comparativas em detrimento das possibilidades oferecidas pela capital, Belém (Cardoso et. al, 2015). Por sua vez, os incentivos fiscais e a abertura de estradas viabilizaram um processo de desconcentração produtiva, que contribuiu para o fortalecimento de cidades médias e para a mudança das funções de centralidade da Região Metropolitana de Belém - RMB em relação a determinadas regiões do interior do Estado do Pará (Cardoso et. al, 2015).

O crescimento econômico e espacial de cidades como Marabá e Santarém, enquadra-se nessa perspectiva, uma vez que, tais cidades passaram a cumprir papéis de Capitais Regionais com a expansão da fronteira econômica ao longo das rodovias BR-010 e BR-230 respectivamente, enquanto Castanhal tornou-se importante Centro Subregional (Ribeiro, 2001; Pereira, 2006, Rodrigues, 2015). Para Trindade Jr. (1998), este movimento de dispersão produtiva e populacional levou alguns autores a interpretarem esse processo erroneamente como sinônimo de "desmetropolização", possivelmente fortalecido pelo debate regional sobre o papel das cidades médias e o papel da Região Metropolitana de Belém, bem como, sobre a situação da RMB diante da nova complexidade e da expansão da fronteira urbana na Amazônia Oriental Brasileira.

Em que pese o aumento da complexidade da rede urbana na Amazônia Oriental brasileira a partir da década de 1960, Belém continua exercendo um papel de extrema importância, principalmente por servir como elo de interligação entre as atividades econômicas e os fluxos de comércio e serviços que alimentam a vida urbana na área de influência da região metropolitana (Cardoso et. al, 2015). Além disso, a RMB passou a cumprir novas funções, ao tornar-se espaço de valorização de capital e eixo central por onde são canalizados os recursos e os excedentes gerados em empreendimentos industriais e agropecuários de vários pontos da rede urbana no interior do Estado do Pará e de outros estados sob sua área de influência (como é o caso do Estado do Amapá) (Cardoso et. al, 2015).

Ao se considerar o caso específico da Amazônia Oriental brasileira, percebe-se que a expansão da fronteira econômica e urbana, por meio da implantação dos grandes projetos mineradores, agropecuário e madeireiro nas regiões sul e sudeste do Pará nas décadas de 1970 e 1980, geraram para Belém o bônus do fortalecimento do centro urbano (metropolitano) que abriga a prestação de serviços (públicos e privados) impulsionados por aqueles empreendimentos, assim como o ônus da intensa migração populacional para a região no mesmo período (Ribeiro, 2001; Becker, 1990; Pereira, 2006).

Segundo Cardoso et. al (2015) no período atual observa-se um reforço da urbanização desconcentrada, culminando assim num processo de metropolização ainda mais intenso, reforçado pelo fato de que o desenvolvimento expansivo da metrópole é determinado mais pela abrangência de processos territoriais do que propriamente por limites administrativos. A respeito do crescimento do setor terciário, Rodrigues (1996) afirma que em torno de 88% da produção da cidade de Belém já se concentrava no setor terciário, fato permite evidenciar a importância do respectivo setor na conformação do mercado de trabalho da RMB desde a década de 1980, no contexto do processo de metropolização.

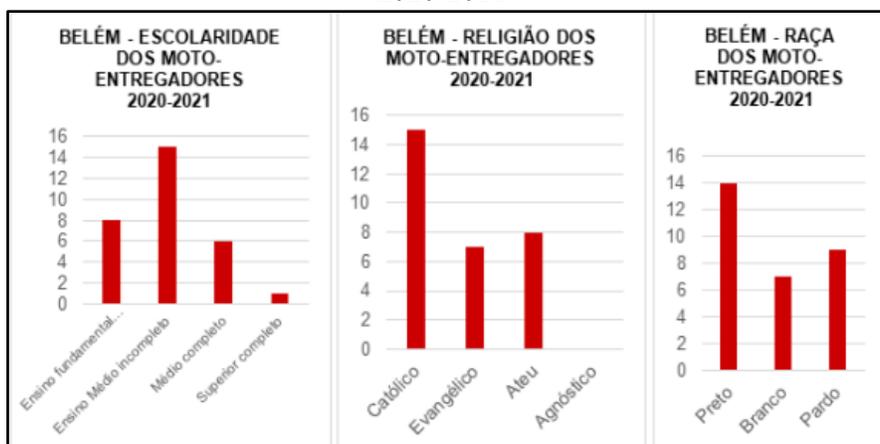
Uma análise econômica sobre a relevância do setor de serviços em Belém não pode desconsiderar a fundamental importância e papel da administração pública, posto que, dos 350.129 trabalhadores empregados no setor de serviços em 2011, 176.114 mil correspondiam a servidores ou funcionários públicos, correspondendo a aproximadamente 50% dos trabalhadores formais no setor de serviços (Cardoso et. al, 2015). Por sua vez, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no terceiro semestre de 2024, o Estado do Pará atingiu a maior taxa de informalidade do país, com 56,9% dos trabalhadores em idade economicamente ativa trabalhando na informalidade (Pnad/IBGE, 2024).

É neste contexto de crise e precarização do trabalho formal, que o processo de uberização no espaço metropolitano de Belém, a partir dos anos de 2015, terá terreno fértil para se desenvolver (Carvalho, 2024). As ações do trabalho *uberizado*, verificadas através dessas novas formas de organização do trabalho, requerem o entendimento sobre o perfil dos trabalhadores de delivery. Segundo Carvalho (2024), o perfil de moto-entregadores de delivery em Belém é caracterizado por trabalhadores desempregados ou subempregados que residem nas periferias da Região Metropolitana de Belém.

Os respectivos trabalhadores sofrem com a insegurança alimentar, habitacional provocada pelo elevado crescimento do desemprego estrutural, que se reproduz no território, a partir do avanço da razão neoliberal e da globalização econômica e tecnológica, elementos que têm provocado profunda precarização do trabalhador e de suas condições de reprodução socioespacial (Carvalho, 2024).

A interpretação dos dados do gráfico 1, obtidos a partir de trabalho de campo realizado durante os anos de 2021 e 2022 no espaço metropolitano de Belém, permite ilustrar que o grau de escolaridade predominante dos motoentregadores é de ensino médio incompleto. Ainda segundo os dados extraídos do gráfico 1, o perfil étnico predominante dos trabalhadores é de pretos e pardos.

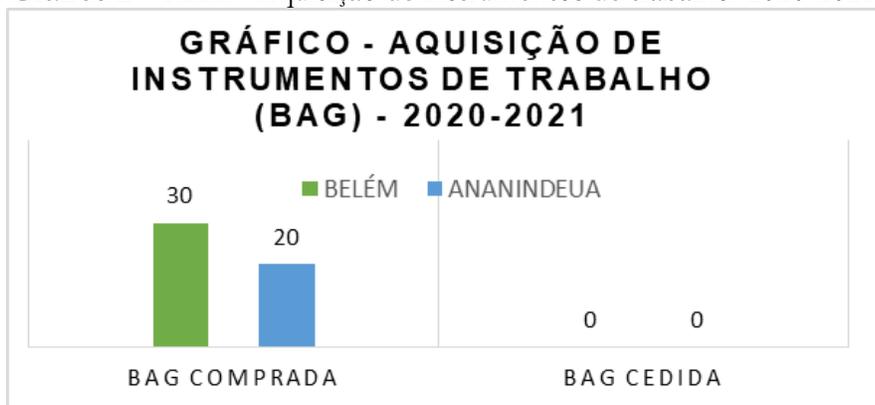
Gráfico 1. Belém - Escolaridade, religião e raça dos motoentregadores. 2020-2021



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir da aplicação de questionários.

O gráfico 2, produzido a partir de pesquisa de campo realizada em 2021, permite demonstrar que os trabalhadores motoentregadores de delivery obtêm tal instrumento de trabalho por aquisição própria, pois estes não são instrumentos fornecidos pelos aplicativos. Para além disso, os demais instrumentos de trabalho (motos, bicicletas) e de segurança (EPIs), manutenção e abastecimento são de inteira responsabilidade dos condutores.

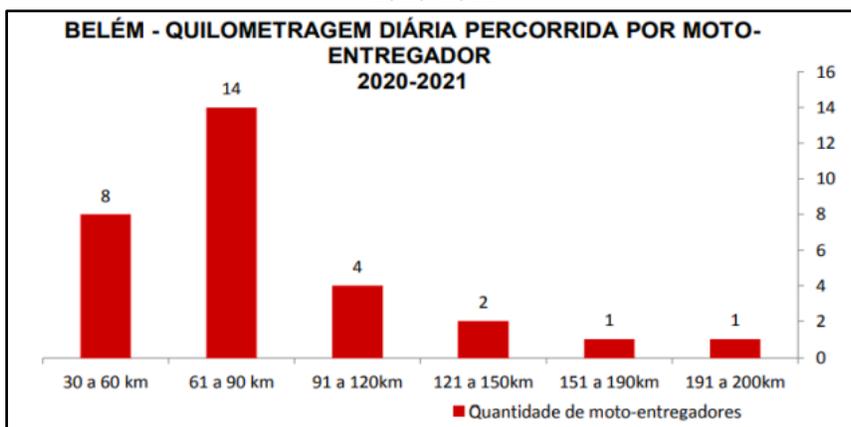
Gráfico 2 – RMB - Aquisição de instrumentos de trabalho. 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Um dado importante na interpretação sobre a questão da precarização do trabalho uberizado identificado no gráfico 3 diz respeito ao fato de que uma quantidade significativa de motoentregadores chega a percorrer entre 61 e 90 km diariamente. Notadamente, a distância percorrida incorre em tempo de trabalho em condições por vezes insalubres, bem como, riscos urbanos vinculados à possibilidade de ocorrerem acidentes.

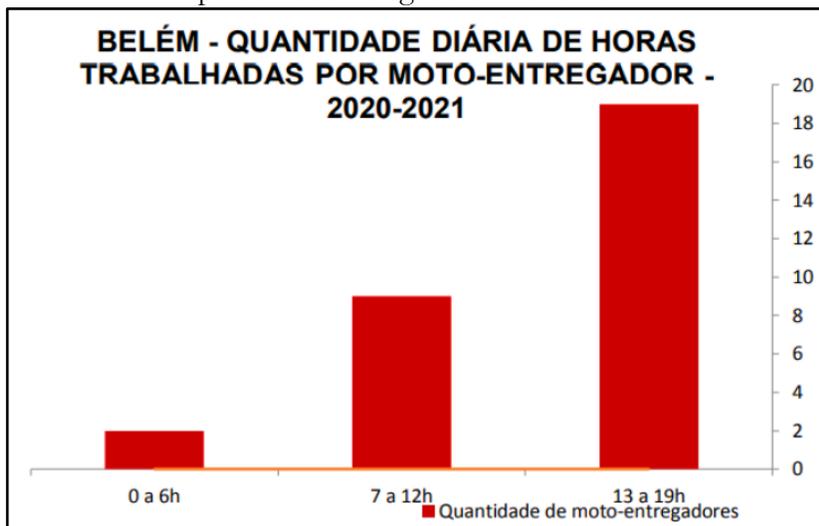
Gráfico 3 - Belém - distância percorrida pelos motoentregadores. 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O gráfico 4, produzido a partir da realização de trabalho de campo, com aplicação de formulário, permite ilustrar que a grande maioria dos motoentregadores de delivery trabalha entre 13 e 19 horas diárias, realizando entregas em diversos espaços da capital paraense.

Gráfico 4 - Belém - Quantidade de horas trabalhadas diariamente pelos motoentregadores. 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O Gráfico 5 permite a interpretação sobre a média de renda obtida pelos trabalhadores, no decorrer das jornadas extenuantes de trabalho. A triangulação dos dados permite inferir que para um trabalhador motoentregador obter ganhos entre R\$2000,00 e R\$2500,00 mensais, ele necessita trabalhar entre 13 e 19 horas diárias. Realidade identificada por meio dos dados primários, possibilitados pela investigação empírica.

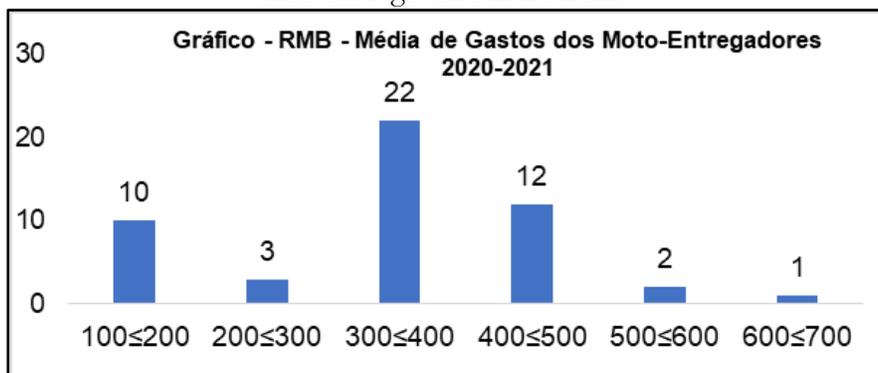
Gráfico 5 – RMB - Ganhos recebidos. 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebemos que esses valores obtidos pelo trabalho de delivery, na sua grande maioria, são de renda constituída, como forma de garantir meios de sobrevivência e de reprodução social de grupos familiares que giram em torno de dois a cinco membros por unidade familiar. A baixa remuneração desses serviços na escala do espaço metropolitano de Belém impõe ao trabalhador reduzidas possibilidades de morar nas proximidades de centros que dispõem de melhores equipamentos e serviços urbanos de qualidade. Desse modo, resta-lhe residir em espaços periféricos com precárias condições de infraestrutura de saneamento. Esse cenário de extrema precariedade de acesso a rede de serviços coletivos, assim como as espacializações dadas pelas necessidades de crescimento urbano, traduzem as formas mais complexas e esgarçadas dos territórios, assunto discutido por Léa Costa e Rodrigues (2022).

Gráfico 6 – RMB - Média mensais de gastos de motoentregadores.2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

As médias de ganhos, expressadas no Gráfico 6, em todas as variáveis de ganhos constituídas, passam a ser impactadas, pois como já ressaltamos, os ganhos dos motoentregadores giram em torno de R\$2.000,00 a R\$2.500,00. No entanto, esses trabalhadores tendem a ter gastos mensais que giram em torno de R\$300,00 a R\$700,00, verificados no Gráfico 7. Tais custos corroem profundamente a renda, impactando os acessos de consumo dos grupos familiares dos trabalhadores motoentregadores às melhores condições de vida urbana digna e justa, constituindo-se uma negação do direito à cidade.

Considerações Finais

A difusão espacial do trabalho *uberizado* efetuado pelos motoentregadores no espaço metropolitano de Belém imprimem, na atualidade, relações e tessituras que exteriorizam o metabolismo do “território usado”, haja vista que tais espaços difundem e vetorizam as relações complexas da realidade social e produtiva dos entregadores a partir de usos e abusos territoriais corporativos, em que a realidade da exploração desses trabalhadores se faz imersa no processo de precarização do trabalho.

A “realização do trabalho *uberizado*” está sendo usada como fachada e como uma falsa solução, um tanto paliativa, para esconder, escamotear e obnubilizar os verdadeiros interesses da produção capitalista do espaço. Esse cenário propicia que todo o processo de desrealização do trabalho possa, de algum modo, exteriorizar que a vida já

precarizada, de desemprego, de exclusão, de marginalização e periferização, assim como de outros atravessamentos sociais, possam ser apropriados e delegados, como espaços de realização aproveitados pela máquina triturada da *deliveryzação*.

A realidade produzida pela *uberização* busca exaltar a mistificadora figura do “empreendedorismo urbano” de serviços como um campo viável de trabalho “livre”, de forma sistemática, soando aos “quatro cantos” do globo, narrativas e fabulações neoliberais como soluções para os problemas de desemprego e precarização do trabalho. Com efeito, os elementos apresentados nesta pesquisa permitem desnudar algumas características das novas condições de trabalho dos motoentregadores de aplicativos em Belém, revelando a face do trabalho precarizado, subsumido pela ação corporativa sociometabólica plataformizada desses agentes econômicos.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. L. C. **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas. Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ANTUNES, R. L. C. A pandemia da uberização e a revolta dos precários. **Revista Le monde diplomatique Brasil**, n. 191, 2023

BECKER, B. **Significados da Defesa da Amazônia: Projeto geopolítico ou fronteira tecno(eco)lógica para o século XXI?** *Antropologia e Indigenismo* (Rio de Janeiro), 1, 1990.

CARDOSO, A. C.; FERNANDES, D.; BASTOS, A. SOUSA, C. A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. **EURE (Santiago)** vol.41 no.124 Santiago set. 2015. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612015000400010>

CARVALHO, R. S. C. **Deliveryzação do Território? Difusão e práticas espaciais dos trabalhadores de delivery no espaço**

metropolitano de Belém. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFGPA, 2024.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1996.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e produção da moradia:** uma análise das novas(velhas) condições do habitar e do morar na Metrôpole Belém. 2021. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFGPA, 2021.

COSTA, L. M. G.; RODRIGUES, J. C. A formação de Belém enquanto cidade compacta ou confinada: uma análise a partir das formas de produção da moradia. **GEOGraphia.** Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 24, n. 53, 2022. ISSN 15177793 / 26748126 (eletrônico)

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

HARVEY, D. **O direito à cidade. Lutas sociais,** n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Boitempo Editorial, 2017.

HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils. Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism,** edited by John L. Comaroff, Jean Comaroff and Robert P. Weller, New York, USA: Duke University Press, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/ibge-pais-tem-21-milhoes-de-trabalhadores-de-plataformas-digitais>.

LIPOVETSKY, G. (2015). **De La Légèreté.** Edition Grasset et Fasquelle, 2015.

MACHADO, L. (1992). Fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia,** 54(2), 27-55, 1992.

PEREIRA, J. A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In A. Cardoso (Org.), **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 2006.

RIBEIRO, M. A rede urbana amazônica—Da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In *Cidades: Urbanização e perspectivas geográficas* (pp. 369-389). São Paulo: Gaspar/Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

RODRIGUES, E. (1996). **Aventura urbana: urbanização, trabalho e Meio-ambiente em Belém**. Belém: Editora NAEA, 1996.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnicas e tempos, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, jun. 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16.Santos.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2020.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

TRINDADE JÚNIOR. S.C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

Parte II - Planejamento, gestão e políticas públicas na escala metropolitana

Novos caminhos para o direito à moradia na Região Metropolitana de Belém

Marlon Lima da Silva

Introdução

O direito à moradia é conhecido amplamente em diversos países, incluindo o Brasil, o que se faz notar no Art. XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Art. 6º da Constituição Federal. Todavia, assegurá-lo, de maneira universal e constante, pressupõe dialogar e até mesmo superar imperativos histórico-estruturais engendrados pela lógica de reprodução capitalista pela qual a habitação é comumente considerada como mercadoria que precisa ser realizada no mercado (Villaça, 1989).

Longe de apontar soluções definitivas para esse emblemático problema, a presente reflexão apresenta um debate específico acerca do direito à moradia. Trata-se de pensá-lo na escala metropolitana, isto é, no recorte espacial delineado a partir da necessidade de cooperação interfederativa no planejamento e na gestão das chamadas funções públicas de interesse comum (Costa; Tsukumo, 2013; Nascimento Neto; Moreira, 2017).

O expressivo crescimento das cidades brasileiras, especialmente a partir da década de 1960, ocasionou inúmeras precariedades associadas à mobilidade urbana, à habitação, ao saneamento e à regulação do uso do solo. Nas décadas seguintes, tais imperativos se complexificaram, assumindo grandes proporções, isto é, transbordando os limites municipais, o que tornou vital a articulação interfederativa na busca por soluções conjuntas. Logo, tal como realizado em outros países, era fundamental estimular o diálogo entre os entes federativos, tendo como base a construção de novas instâncias de governança. Foi assim que o Governo Federal criou as primeiras regiões metropolitanas brasileiras pela Lei Complementar nº 14 de 1974. Dentre elas, a Região

Metropolitana de Belém (RMB) que na época era composta apenas por dois municípios: Belém e Ananindeua.

Não precisa ser um exímio conhecedor das regiões metropolitanas brasileiras, ou circular demasiadamente pelas suas ruas e avenidas, para identificar as desigualdades estampadas nas formas de morar e nas paisagens. Diversos tipos de assentamentos precários (Marques et. al., 2007) e de inadequação habitacional (FJP, 2021) exprimem a complexidade do problema enfrentado no país, materializando-se não só nas formas de habitação precária (cortiços, ocupações, favelas, conjuntos habitacionais precários etc.), como também nas condições de localização, de circulação, de saneamento e na situação jurídica.

Assim como outras regiões metropolitanas no país, a RMB completou 50 anos em 2024, suscitando algumas reflexões no sentido de pensar os desafios atuais e as novas estratégias de planejamento e gestão. Embora seja importante compreender a história da RMB, não se busca aqui recuperá-la exaustivamente. O objetivo do capítulo é analisar as dinâmicas recentes em relação à estrutura espacial, ao déficit habitacional e à governança metropolitana da RMB. Tudo isso, no sentido de apontar novos caminhos para pensar o direito à moradia. Logo, o cerne da reflexão se pauta nas transformações e nos desafios recentes, tendo como foco o problema da habitação.

A metodologia escolhida permite não só revisitar alguns elementos do passado, à luz do presente, como também estabelecer projeções importantes para as políticas habitacionais. Especialmente, pelo fato de que em 2025 Belém será a sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Na ocasião, as principais autoridades governamentais e empresariais do mundo, bem como representantes da sociedade civil organizada, irão avaliar possibilidades concretas para mudanças dos rumos socioambientais perversos impetrados pela lógica de reprodução capitalista. Portanto, o momento é oportuno para debater integradamente o direito à moradia na escala metropolitana de Belém, o que é reforçado pela inserção singular da RMB na complexa sociobiodiversidade amazônica.

Desse feito, o texto está organizado em três partes. Na primeira, contextualiza a RMB e analisa as transformações recentes na sua estrutura espacial. Para isso, investiga a nova composição municipal, as

frentes de crescimento e os novos indicadores socioeconômicos (IBGE, 2023). Na segunda, discute os componentes do déficit habitacional no Pará e na RMB, considerando a habitação precária, a coabitação e o ônus excessivo com aluguel. Tal empreitada se fundamenta nos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2021, 2021b, 2024). Finalmente, avalia a governança metropolitana diante dos desafios recentes orientados pelo Estatuto da Metrópole. Neste último aspecto, as reflexões se embasam nos trabalhos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará (SEDOP), em sua Diretoria de Planejamento Metropolitano e Gestão Territorial (DIMET) (SEDOP, 2015, 2016, 2017, 2018). Em cada uma das três partes, uma série de reflexões suscitam novos caminhos para pensar o direito à moradia na RMB.

1. Estrutura espacial

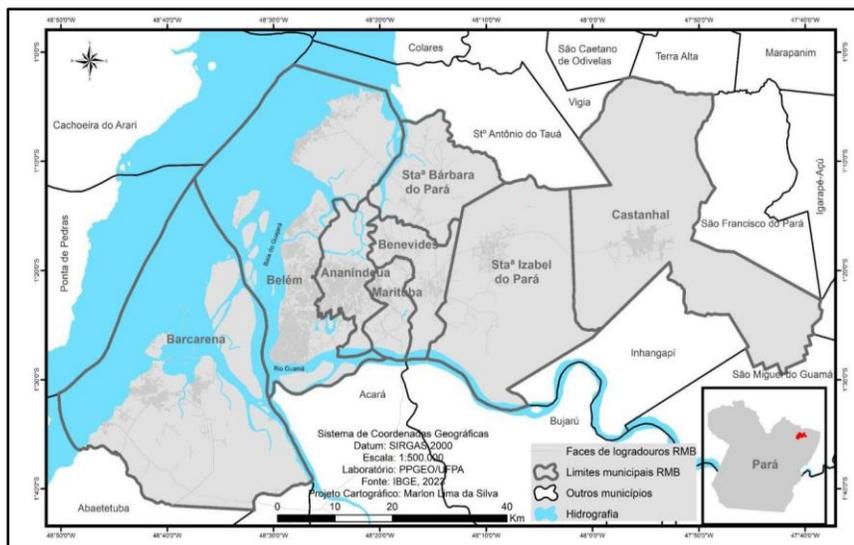
A ideia de estrutura espacial é aqui compreendida não apenas no sentido da configuração espacial, isto é, da distribuição da população e de suas atividades num dado contexto geográfico, mas também como parte de escalas maiores associadas: a) à competição de indivíduos e empresas pela apropriação e uso do solo; b) à decisão de instituições de governo quanto à localização de seus investimentos; c) aos incentivos por parte do governo para determinadas localizações de atividades do setor privado; d) aos regulamentos de governo relativos ao uso do solo (Geiger, 1976, p. 176).

Nesse sentido, a estrutura espacial da Região Metropolitana de Belém tem passado por profundas transformações nas últimas décadas. Para exemplificar, mais um município foi incluído em 2023. Trata-se de Barcarena. Além disso, inúmeras obras viárias estão em andamento, sendo acompanhadas também por novas frentes de expansão urbana dos setores habitacional, industrial, comercial e de serviços em diferentes porções da RMB. Todas essas intervenções geram fluxos intermunicipais e configurações espaciais com impacto econômico, político, ambiental e cultural, exigindo, com isso, respostas rápidas da administração pública.

Logo, considerando que as dinâmicas recentes não se restringem aos limites fronteiriços de um só município, é fundamental construir uma visão de conjunto para subsidiar a construção de novas

políticas de desenvolvimento urbano associadas ao planejamento, à gestão e à execução das emergentes funções públicas de interesse comum na RMB, incluindo a habitação (SEDOP, 2018) (Mapa 1).

Mapa1. Região Metropolitana de Belém - Municípios. 2024



Fonte: Autor, 2024

As dinâmicas socioespaciais demográficas da RMB, considerando o período de 2010-2020, revelaram que enquanto os municípios periféricos cresceram de modo acelerado, o núcleo metropolitano encolheu. Porém, é importante analisar, em cada componente municipal da RMB, as novas taxas de crescimento, as densidades demográficas, as médias de moradores por domicílios e o PIB *per capita*, constituindo, assim, uma visão articulada sobre o quadro diversificado e complexo que marca a atual estrutura espacial da RMB (Quadro 1).

Quadro 1. Região Metropolitana de Belém - Indicadores Gerais. 2024

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO 2010 | POPULAÇÃO 2020 | TAXA DE CRESCIMENTO | DENSIDADE DEMOGRÁFICA | MORADORES POR DOMICÍLIO (MÉDIA) | PIB PER CAPITA 2020 |
|-----------------------|----------------|----------------|---------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Belém | 1.393.399 | 1.303.389 | -6,46% | 1.230,23 pessoas por km ² | 3,08 | 20.562,10 R\$ |
| Ananindeua | 471.980 | 478.778 | 1,44% | 2.512,2 pessoas por km ² | 3,08 | 15.201,46 R\$ |
| Castanhal | 173.149 | 192.262 | 11,04% | 186,79 pessoas por km ² | 3,01 | 21.122,55 R\$ |
| Barcarena | 99.859 | 126.650 | 26,83% | 96,65 pessoas por km ² | 3,33 | 58.550,40 R\$ |
| Marituba | 108.246 | 110.515 | 2,1% | 1.070,74 pessoas por km ² | 3,09 | 15.576,91 R\$ |
| Santa Izabel do Pará | 59.466 | 73.019 | 22,79% | 101,75 pessoas por km ² | 3,09 | 11.242,38 R\$ |
| Benevides | 51.651 | 63.567 | 23,07% | 338,44 pessoas por km ² | 3,09 | 26.267,84 R\$ |
| Santa Bárbara do Pará | 17.141 | 21.089 | 23,03% | 75,82 pessoas por km ² | 3,1 | 10.196,64 R\$ |

Fonte: IBGE, 2023 (Organizado pelo autor).

O decréscimo do núcleo e os recentes adensamentos em áreas de baixa densidade demográfica abrem possibilidades concretas para pensar novos rumos ao direito à moradia na escala metropolitana. Embora a média de moradores por domicílio nos municípios da RMB (3,1 moradores por domicílio) tenha superado a média brasileira (2,79 moradores por domicílio), a natureza peculiar da urbanização dependente na Amazônia não é mais tão forte como nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, quando houve intensa migração oriunda dos grandes projetos mineiro-metalúrgico e energéticos (Becker, 20021). Todavia, os desafios atuais enfrentados pela RMB estão longe de serem menores do que no passado. Na realidade, eles ganharam novas complexidades.

A periferização, que até a década de 1990 se concentrava na conurbação entre Belém, Ananindeua e Marituba, agora se expande para áreas rurais de municípios afastados, alargando a necessidade de conexão com o núcleo metropolitano. Porém, é fundamental destacar que as áreas que atualmente apresentam densidades demográficas mais elevadas em Belém, Ananindeua e Marituba guardam heranças econômicas, políticas e espaciais próprias que não se replicam com a mesma intensidade e o mesmo sentido nos demais municípios da RMB. Por exemplo, as ocupações ilegais de terras, típicas até a década de 1990

(Alves, 1997) e localizadas em áreas que atualmente se complexificam (Silva, 2012), têm sido substituídas pela periferização da população pobre em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), localizados em áreas afastadas das malhas urbanas nos demais municípios metropolitanos (Silva, 2014, 2021; Silva; Tourinho, 2015). Isso implica na proliferação de novos problemas relacionados à mobilidade urbana e ao saneamento que, mais do que nunca, exigem ação conjunta interfederativa (SEDOP, 2018; Costa, 2021; Pinheiro; Ponte, 2021).

É verdade que o padrão espacial marcado pelas ocupações em áreas de baixadas sujeitas à inundações foi descontinuado no momento em que a autoconstrução precária nas margens dos rios urbanos, típica das décadas de 1960, 1980 e 1990, não se replicou nas novas habitações populares produzidas formalmente pelas políticas habitacionais do PMCMV e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora este seja um aspecto positivo dessas políticas, a questão associada às condições de vulnerabilidade enfrentadas pelas populações que habitam as áreas de baixada está longe de ser resolvida no universo das mudanças climáticas globais. Trata-se de um quadro especialmente agravado com o adensamento das áreas precárias já que Belém, Ananindeua e Marituba apresentaram mais da metade de suas populações vivendo em Favelas e Comunidades Urbanas (IBGE, 2024).

Além disso, a pulverização de *shopping centers*, de espaços residenciais fechados para as classes média e alta, o crescimento de grandes redes supermercadistas, novos espaços fabris e a presença de grandes galpões logísticos tendem a adensar as frentes recém-abertas pelas obras de infraestrutura viária. Ao se projetarem sobre a estrutura espacial metropolitana, esses novos vetores amplificam a cobiça e os interesses imobiliários e fundiários sobre as áreas mais distantes, apresentando-se, portanto, como inibidores da produção habitacional popular, mesmo nessas áreas. Logo, é fundamental frear a aceleração desses novos vetores metropolitanos de modo a balanceá-los com a produção simultânea de novos projetos habitacionais populares mais integrados ao tecido urbano que se adensa.

Nos eixos rodoviários, tangenciados por ilhas, rios e habitado por populações quilombolas em alguns de seus ramais, os municípios de Santa Bárbara do Pará, Benevides, Santa Izabel do Pará e, em menor escala, Castanhal, apresentaram as maiores taxas de crescimento

populacional e as menores densidades demográficas. Isso inclui também o município de Barcarena que se conecta rodofluvialmente ao núcleo metropolitano. Logo, tendo em vista as baixas densidades demográficas, é importante reconhecer o potencial desses municípios para a execução estratégica de políticas verdadeiramente metropolitanas. Não apenas para a habitação, mas também para o uso do solo, para o saneamento e para a mobilidade urbana, constituindo, assim, possibilidades reais para construção de uma política socioambiental urbana integrada.

Cumprе ressaltar também que só recentemente Barcarena passou a compor a RMB, conforme a Lei Complementar nº 164/2023. A justificativa para sua inclusão se baseou na interação com o núcleo metropolitano no que se refere ao fluxo de estudantes (11,9% do total, sendo 13,19% de ensino médio e 86,37% de ensino superior) (SEDOP, 2018). Trata-se de um município importante no conjunto da metrópole. Barcarena, além de ser fluvialmente fronteiro ao núcleo (uma importante questão para pensar o planejamento e a gestão integrada dos recursos hídricos e da mobilidade) e de apresentar o maior PIB *per capita* da RMB (em razão do distrito industrial e da atividade portuária), destaca-se pela baixa densidade demográfica, perdendo apenas para Santa Bárbara do Pará.

Portanto, a estrutura espacial da RMB possui grande potencial para implementação de projetos habitacionais inovadores que sejam inspirados na complexa sociobiodiversidade regional amazônica. Isso ganha ainda mais importância quando se considera que o estado do Pará é o que mais possui população quilombola dentro de territórios quilombolas formalmente reconhecidos no Brasil, sendo Barcarena o município de maior destaque na RMB (IBGE, 2023). No entanto, as populações quilombolas de Barcarena (5.438 habitantes) habitam fora de territórios titulados. A mesma situação ocorre em Belém (1.361 habitantes), Castanhal (847 habitantes) e Santa Bárbara do Pará (354 habitantes) (IBGE, 2023). Em Santa Isabel do Pará, 2.090 quilombolas habitam fora de territórios titulados e 153 vivem no Macapazinho, um território titulado desde 2006. Outro município que também possui populações quilombolas é Ananindeua (362 habitantes), mas 316 habitantes vivem no território quilombola do Abacatal, titulado desde 1999.

O anúncio de obras viárias estruturantes, implementadas ou em implementação, tais como Alça Viária, BRT Metropolitano e Avenida

Liberdade abre possibilidade concretas para se pensar novos rumos para a política habitacional metropolitana. Desde que sejam conduzidas por princípios de ampla participação social e de mobilização político-ambiental, tais estruturas são alternativas importantes para reduzir os efeitos perversos da caótica mobilidade urbana na RMB, conectando, assim, os espaços periféricos às áreas adensadas de comércio e serviços. No caso da Avenida Liberdade, é preciso ter atenção especial para evitar a expansão urbana sobre os mananciais no interior do Parque do Utinga e os prováveis impactos sobre a comunidade quilombola do Abacatal que, inclusive, já manifestou insatisfação com a forma imperiosa pela qual o Governo tem conduzido o processo.

De fato, é fundamental considerar a complexidade metropolitana nessa porção da Amazônia para orientar esforços interfederativos no sentido de garantir a participação de todos nos processos decisórios. Assim, regular democraticamente o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Nessa direção, existe a possibilidade de “fazer diferente”, construindo projetos habitacionais socialmente justos e ecologicamente integrados à sociobiodiversidade amazônica nas novas áreas de adensamento. O mesmo vale para as obras de mobilidade, aproveitando o potencial dos rios para a circulação em direção ao centro metropolitano, e para o emblemático problema do saneamento básico.

A conjuntura política nacional é favorável, embora permaneça o peso estrutural da condição periférica do Brasil diante do avanço do “regime de acumulação financeirizado” (Paulani, 2017) e dos problemas territoriais associados aos arranjos para a governança metropolitana (Kink, 2009). Tratando especificamente da moradia, a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida, injetando recursos para a habitação popular, abre um conjunto de novas possibilidades. Especialmente, quando seus efeitos mais cruéis já foram amplamente evidenciados, reforçando a pauta reivindicatória dos movimentos de luta pela moradia.

Do mesmo modo, horizontes mais abrangentes se apresentam com as ações do Governo Federal para a execução da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) que acontecerá em Belém, no ano de 2025. A RMB será o centro da Amazônia, do Brasil e do mundo, pelo menos por alguns dias. Com isso, os movimentos locais e nacionais de luta pela

moradia, em parceria com as universidades, instituições governamentais, não governamentais e lideranças de povos e comunidades tradicionais poderão exercer papel de destaque na confluência sistemática pela justiça socioambiental, incluindo a pauta da habitação metropolitana na ampla luta por direitos.

2. Déficit habitacional

O déficit habitacional é um instrumento importante para guiar a política pública, muito embora se reconheça que “não tem cabimento falar-se em ‘déficit’ habitacional numa economia de mercado” (Villaça, 1986, p. 12). Para orientar a presente análise, os pontos de partida são os conceitos de déficit habitacional e inadequação habitacional, ambos metrificados pela Fundação João Pinheiro (FJP). Eles podem ser compreendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” (FJP, 2021). De fato, tal como formulados, esses conceitos apresentam dupla função: a) diagnosticar aspectos gerais do problema da moradia no país; b) orientar a política habitacional.

Assim, os componentes do déficit habitacional são: a) habitação precária; b) coabitação; c) ônus excessivo com aluguel. Por sua vez, os componentes da inadequação habitacional são: a) infraestrutura urbana; b) inexistência de unidade sanitária exclusiva; c) adensamento de domicílios; d) armazenamento de água; e) piso inadequado; f) cobertura inadequada; g) inadequação fundiária (FJP, 2021). Para a presente análise, utilizam-se apenas os componentes do déficit habitacional, considerando articuladamente o Pará, a RMB e alguns aspectos nacionais.

O levantamento realizado pelo Fundação João Pinheiro, 2016-2019, indicou o déficit habitacional de 354.296 domicílios no estado do Pará, dos quais 79.490 estavam na RMB (FJP, 2021b). Esses dados mostram que embora a RMB tenha aproximadamente um terço da população do Estado, sua participação é de apenas 22% do déficit habitacional do Pará. Eles pouco oscilaram em 2022, sendo de 357.625 e 83.964 domicílios, respectivamente (FJP, 2024).

Isso significa afirmar que os pontuais e desconectados órgãos estaduais existentes possuem um desafio dobrado para pensar a política habitacional nesta porção amazônica. Em especial, para elaborar estratégias que dialoguem com as múltiplas demandas das diversas

regiões nos 144 municípios. Isso tudo, num estado com enorme dimensão territorial marcado por desigualdades socioespaciais latentes que também estão presentes no conjunto regional amazônico, tais como: precárias condições de circulação; péssimas rodovias; carências infraestruturais e socioeconômicas que dificultam a ampla circulação adequada pelos rios amazônicos (Sathler et. al., 2009).

Além do desafio logístico na escala do estado e da região, é importante considerar as “novas” faces do déficit no Brasil e estabelecer os nexos junto aos cenários do estado do Pará e da RMB. Por exemplo, as políticas necessitam dialogar com o chamado "déficit habitacional invisível", isto é, orientado pelo aumento da violência doméstica/patrimonial que impacta diretamente nas mulheres (Ludemir; Souza, 2021). Dessa forma, cumpre mencionar que as mulheres foram as mais afetadas pelo déficit habitacional em todo o país, sendo responsável por 62% dos domicílios com ônus excessivo com aluguel, 59% das habitações precárias e 56% da coabitação (FJP, 2021). Os dados em 2022 foram de 64%, 60,6% e 61,5%, respectivamente (FJP, 2024). Assim, é indispensável o diálogo adicional com instâncias da segurança pública e movimentos sociais para buscar mecanismos que reduzam tais injustiças.

Outro aspecto nacional que chama a atenção é o fato de que embora o déficit habitacional tenha apresentado aumento de 2016 a 2019, os seus componentes apresentaram variações importantes. Enquanto a coabitação melhorou, a habitação precária e o ônus excessivo com aluguel pioraram. De fato, a coabitação declinou em seus dois componentes, isto é, nos domicílios cômodos (domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casas de cômodos, cortiços, cabeças-de-porco etc.) e nas unidades convenientes (domicílios com mais de duas pessoas por cômodo servindo de dormitório). Assim, a coabitação passou de 27,3% em 2016 para 23,1% em 2019, sendo o indicador de menor peso geral do déficit habitacional no país. Em 2022, a coabitação caiu para 20,8% (FJP, 2024).

Se por um lado essa redução revelou uma sensível melhora nos indicadores do déficit habitacional no país, por outro houve aumento expressivo nos outros dois componentes. A habitação precária (dividida em domicílios rústicos e domicílios improvisados) passou de 22,9% em 2016 para 25,2% em 2019. Desmembrando os dados, enquanto os

domicílios rústicos tiveram uma sensível queda de 13,4% para 11,9%, os domicílios improvisados subiram de 9,5% para 13,4%. São considerados domicílios improvisados - “Locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia. Exemplos: prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc.” (FJP, 2021, p. 47) e domicílios rústicos - “Aqueles sem parede de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças (...) Exemplo: taipas sem revestimento e madeira aproveitada” (FJP, 2021, p. 47). Em 2022, a habitação precária foi elevada para 27,1% do déficit habitacional (FJP, 2024).

Do mesmo modo, aumentou também no Brasil o ônus excessivo com aluguel, que foi de 49,7% em 2016 para 51,7% em 2019 (FJP, 2021). Trata-se do “número de domicílios urbanos com renda domiciliar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento e que dispõem de mais de 30% da renda com aluguel” (FJP, 2021, p. 48). Em 2022, o ônus excessivo com aluguel subiu para 52,2% do déficit habitacional (FJP, 2024).

No estado do Pará, em 2019, 159.751 domicílios foram classificados como sendo habitação precária, dos quais 93.353 rústicos e 66.398 improvisados (FJP, 2021B). Apenas 7,5% dos rústicos e 11% dos improvisados estão na RMB (FJP, 2021b). Em 2022, haviam 145.710 domicílios precários, dos quais 58.074 rústicos e 87.636 improvisados. Desses, 17% de rústicos e 11% de improvisados estavam na RMB (FJP, 2024).

Logo, há um desafio enorme para atuar no vasto estado, uma vez que o problema está dissipado. Nesses dois componentes do déficit habitacional do Pará, a RMB teve uma participação menos expressiva. Entretanto, em relação à coabitação e ao ônus excessivo com aluguel, a participação da RMB foi significativa.

Na coabitação, o Pará apresentou 6.312 domicílios cômodo (domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casas de cômodos, cortiços, cabeças-de-porco etc.), dos quais 70% estavam na RMB (FJP, 2021B). Em 2022, esses números saltaram para 8.910 domicílios cômodo, mas a RMB apresentou 25% deles. Assim, embora os dados da RMB tenham caído de 4.395 domicílios cômodo de 2019 para 2.239 em 2022, o problema foi ampliado na escala do Pará (FJP, 2024).

Além disso, foram identificadas 111.692 unidades conviventes no estado, ou seja, domicílios com mais de duas pessoas por cômodo servindo de dormitório. Um terço das unidades conviventes se encontrava na RMB (FJP, 2021b). Trata-se, portanto, de um problema mais concentrado nessa região. O mesmo aconteceu com o ônus excessivo com aluguel, 56.919 domicílios no Pará, dos quais 40% estavam na RMB, isto é, quase a metade (FJP, 2021b). Em 2022, eram 135.978 unidades conviventes no Pará, das quais 27% estavam na RMB. Do mesmo modo, 67.027 domicílios com ônus excessivo com aluguel, sendo 37% deles localizados na RMB (FJP, 2024).

Reside aqui uma particularidade importante para orientar as políticas habitacionais nesta região. Trata-se de definir mecanismos adequados para beneficiar as famílias com adensamento domiciliar elevado, bem como para reduzir o ônus excessivo com aluguel. Esses dois caminhos passam pela aplicação prática dos diversos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade e das diretrizes apontadas pelo Estatuto da Metrópole, constituindo, assim, mecanismo de governança interfederativa capazes de identificar, planejar e gerir a problemática da moradia na escala metropolitana.

Tal como pensado em outros estados do Brasil, é interessante considerar a possibilidade de promover a habitação popular em prédios públicos desocupados no centro da cidade, especialmente, num centro comercial pulsante como o de Belém que abriga trabalhadores provenientes de vários municípios da periferia da metrópole, dando vida ao famoso Complexo do Ver-o-Peso. De fato, esse caminho requer articulação e sincronia interfederativa para pensar estratégias conjuntas. Os desafios são complexos e exigem respostas integradas no âmbito da administração pública.

3. Governança metropolitana

O “caráter ainda parcial e não articulado da governança metropolitana” (Pinheiro, Ponte, 2021, p. 7) têm sido uma marca da RMB. A volatilidade dos arranjos institucionais é uma de suas expressões. Para exemplificar com um caso mais recente, a Lei Ordinária nº 9.887, de 3 de abril de 2023 criou a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR) que desde 2015 assumiu as funções de natureza metropolitana associadas à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP) (PARÁ, 2023).

Todavia, deve-se reconhecer que desde a criação do Estatuto da Metrópole, em 2015, uma série de medidas foram tomadas no âmbito do estado do Pará com a finalidade de estabelecer diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum, bem como para subsidiar a criação de normas de governança interfederativa que promovam o desenvolvimento urbano integrado. Tais ações foram canalizadas pela Lei Complementar Estadual (LCE) nº 8.096/2015 que determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP) iniciasse os trabalhos em sintonia com o Estatuto da Metrópole.

Longe de se avaliar aqui a natureza das ações da SEDOP como articuladora do desenvolvimento urbano, isto é, sua estrutura organizacional, autonomia e ações efetivas (Pinheiro; Ponte, 2021), cumpre ressaltar que, por meio da Diretoria de Planejamento Metropolitano e Gestão Territorial (DIMET), foram elaborados quatro importantes estudos para se pensar a política habitacional metropolitana: a) “Metodologia de delimitação das regiões metropolitanas paraenses” (SEDOP, 2015); b) “Modelo de governança das regiões metropolitanas brasileiras” (SEDOP, 2016); c) “Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Santarém” (SEDOP, 2017); d) “Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Belém” (SEDOP, 2018). Para a presente análise, o último deles é especialmente importante porque levanta questões específicas sobre a habitação na escala metropolitana.

No que se refere à habitação, tal estudo indicou: 1) a natureza metropolitana do problema habitacional e seus atuais desafios na RMB; 2) as ações pontuais que têm sido executadas pela COHAB-PA. Cumpre ressaltar que em 2006 o estudo “Diretrizes de Ordenamento Territorial para a Região Metropolitana de Belém” já apontava algumas ações nessas duas direções. Na ocasião, isto é, no ano de 2000, o déficit habitacional metropolitano tinha sido de 105.921 domicílios (SEDURB, 2006), ou seja, bem maior do que o atual que foi de 83.964 domicílios (FJP, 2024). O PMCMV certamente contribuiu para esse decréscimo.

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, à natureza metropolitana do problema habitacional e seus desafios, cabe destacar os seguintes elementos apontados pelo estudo da SEDOP: os entrevistados (secretários municipais de habitação) indicaram que é necessário integrar a questão habitacional às funções públicas de

interesse comum da mobilidade, do saneamento e da regulação do uso do solo, especialmente entre os municípios limítrofes (SEDOP, 2017). Eles argumentaram acerca da relevância de se pensar conjuntamente os empreendimentos habitacionais situados em áreas limítrofes que demandam serviços de mais de um município. Além disso, apontaram que o zoneamento nessas áreas é importante para evitar pressão sobre as faixas de preservação.

Em relação ao segundo aspecto, ou seja, às obras pontuais que têm sido executadas, o estudo indicou que a COHAB-PA tem contribuído apenas pontualmente para auxiliar os municípios na captação de recursos federais para empreendimentos do PMCMV na RMB, além de promover melhorias habitacionais com o Programa Cheque Moradia e de executar ações de regularização fundiária (SEDOP, 2017). Nesse sentido, “o Estado, por meio da COHAB-PA, vem planejando parte de suas ações pensando a nível metropolitano, onde um determinado município poderá suprir a demanda de déficit habitacional do município vizinho” (SEDOP, 2018, p. 103). Todavia, há relatos de moradores que retornam aos seus municípios de origem, contribuindo, assim, para o processo de ocupação irregular dos novos imóveis do PMCMV. Esse retorno acontece porque muitos moradores não podem pagar as prestações, bem como apresentam dificuldades de mobilidade (casa-trabalho) uma vez que a inserção locacional dos novos imóveis se estabelece em áreas afastadas dos setores de comércio e serviços (SEDOP, 2018; Costa, 2021).

Portanto, embora haja uma leitura progressista no sentido de pensar ações metropolitanas em relação ao direito à moradia, condições estruturais (econômicas, políticas e culturais) e a ausência de uma instância metropolitana efetiva têm contribuído para dificultar a execução integrada do planejamento multisetorial metropolitano. De fato, a governança metropolitana encontra problemas estruturais que não podem ser enfrentados de modo isolado.

Nesse desafio, é importante destacar também que, diferentemente do que foi apontado em outros estudos, não se pode pensar simplesmente que o uso do solo metropolitano, por meio de novos instrumentos de regulação, seja a função pública de interesse comum com a capacidade de integrar as demais (IPEA, 2016). Na realidade, essa é uma posição que considera apenas parcialmente as complexidades existentes no interior da região metropolitana de Belém.

É evidente que se trata de um caminho importante, porém, precisa ser acompanhado do conhecimento detalhado dos problemas socioeconômicos que cada município enfrenta em sua estrutura espacial específica e no seu papel no conjunto da estrutura espacial da RMB. Além disso, as ações interfederativas devem ser conduzidas por princípios colaborativos convergentes na justiça socioespacial, na ampla participação popular e na construção e no controle social dos instrumentos de planejamento e gestão. Certamente, este é um importante caminho para ditar novos rumos ao direito à moradia na RMB e reduzir o peso de imperativos histórico-estruturais que tendem a reforçar a condição periférica da Amazônia e da RMB no sistema urbano nacional.

Considerações finais

A complexa missão de assegurar o direito à moradia, de modo universal e permanente, exige pensar o debate acerca da escala metropolitana das ações. Afinal, o crescimento expressivo das cidades tende a gerar problemas comuns cujas soluções necessitam de cooperação interfederativa.

Ao refletir sobre a Região Metropolitana de Belém, é fundamental reconhecer as suas transformações recentes em relação: a) à estrutura espacial; b) ao déficit habitacional; c) à governança metropolitana. Esses elementos precisam ser compreendidos como parte de uma totalidade aberta e que não se faz simplesmente pela soma das partes. Mas, por uma complexa rede que necessita ser reconstruída com o objetivo de se criar uma cultura efetivamente metropolitana.

Isso inclui não só a efetivação de novas estruturas e novos instrumentos metropolitanos de planejamento e gestão como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) preconizado pelo Estatuto da MetrÓpole e ainda não elaborado, mas também a ampliação da participação popular nos processos decisórios. De fato, “Más leis podem dificultar avanços sociais, mas boas leis por si só não mudam realidades” (Fernandes, 2021, p. 22), o que evidencia a importância da convergência das lutas sociais por direitos.

Por fim, assegurar o direito à moradia passa simultaneamente pela garantia de melhores condições de vida mediante a produção do espaço urbano menos desigual, considerando, por exemplo, a melhoria integrada da mobilidade urbana e do saneamento básico na RMB. Do

mesmo modo, as diferenças devem ser consideradas, isto é, a sociobiodiversidade presente nesta complexa porção metropolitana da Amazônia, com a presença de múltiplos rios, diversas ilhas, culturas e histórias.

Para que tal projeto não demore mais 50 anos, sua construção deve ser imediata e contínua. Alguns caminhos foram parcialmente apontados neste trabalho. É certo que muitos outros necessitam ser incorporados na árdua tarefa de pensar o direito à moradia na escala metropolitana. Quem sabe nos próximos 50 anos, isto é, na comemoração de 100 anos da RMB, estejamos lendo essas linhas convictos de que muita coisa avançou nesse sentido.

Referências

ALVES, J. V. S. **Belém: a capital das invasões**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação na Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, set. 2001, p. 135-159

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/09/2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Senado Federal, 1973.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

COSTA, M. A.; TSUKUMO, L. T. L. Para uma análise-síntese: uma proposta tipológica para os sistemas de gestão das regiões metropolitanas do Brasil. In: COSTA, M. A. TSUKUMO, L. T. L.

(Orgs.). **40 anos de Região Metropolitana no Brasil**. Brasil: IPEA, 2013.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e produção da moradia**: uma análise das novas (velhas) condições do habitar e do morar na metrópole Belém. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

FERNANDES, E. O Estatuto da Cidade, 20 anos mais tarde. In: FERNANDES, E. (Org.). **20 anos do Estatuto da Cidade**: experiências e reflexões. Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil**: principais resultados para o período de 2016 a 2019. 2021. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br. Acesso em 18/10/2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024).

GEIGER, P. P. Modelo espacial urbano brasileiro. In: KACOWICZ, M (Org.). **Desenvolvimento e política urbana**. Rio de Janeiro: IBAM, 1976. p. 176-192.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população residente, total e quilombola, por localização do domicílio: primeiros resultados do universo. In: IBGE. **Sidra**: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2023]. tab. 9578.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 18/10/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas**. Disponível em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>. Acesso em: 20/11/2024

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS APLICADAS. **Governança Metropolitana no Brasil: Região Metropolitana de Belém** (Relatório de Pesquisa nº 2). IPEA, 2016.

KLINK, J. Novas governanças para as áreas metropolitanas: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 415-433, 2009.

LUDERMIR, R.; SOUZA, F. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife/PE, v. 23, p. 1-25, 2021.

MARQUES, E; GOMES, S.; GONÇALVES, R.; MOYA, D. T. E.; CAZZOLATO, D.; FERREIRA, M. P. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: CEM-Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação; Ministério das Cidades, 2007.

NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. Dimensão metropolitana da política habitacional. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16027, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16027>. Acesso em: 21/10/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas: ONU, 1948. Disponível em: www.onu.org.br/. Acesso em 20/09/2024.

PARÁ. Lei Ordinária nº 9.887, de 3 de abril de 2023. Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR), 2023. Acesso em: 10/10/2023.

PAULANI, L. M. Não há saída sem reversão da financeirização. **Estud. av.**, São Paulo, 31(89), 29-35, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890004>

PINHEIRO, A. D. C. L.; PONTE, J. P. X. **Identificação e caracterização das relações interfederativas na região metropolitana de Belém**: Interfaces com a construção da PNDU (componente A: relatório de pesquisa). IPEA, 2021.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. (2009). As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, 19(1), 11–39, 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Metodologia de delimitação das regiões metropolitanas paraenses**. Belém: SEDOP, 2015.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Modelo de governança das regiões metropolitanas brasileiras**. Belém: SEDOP, 2016.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Santarém**. Belém: SEDOP, 2017.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDOP, 2018.

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL. **Diretrizes de ordenamento territorial para a Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDURB, 2006.

SILVA, M. L. **A produção dos conjuntos residenciais Carmelândia e Planetarium e as diferentes formas de morar no bairro Mangueirão, Belém-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, M. L. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional De Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3405>. Acesso em: 09 mai. 2021

SILVA, M. L. Cinquenta anos de políticas habitacionais produzindo espaço urbano: segregação e conflitos na Região Metropolitana de Belém-PA. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 24, n. 3. p. 193-218, set-dez., 2021.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habita o**. São Paulo: Global Editora, 1986.

Espaços Precários em Outeiro, Belém do Pará: Subsídios às Políticas e Ações Públicas de Saúde

Gilberto de Miranda Rocha

Emílio Chaves Rocha

Clícia Julie Batista Barata

Daniel Araújo Sombra Soares

Introdução

Na Amazônia, a territorialização das políticas públicas, principalmente as de corte social, enfrenta grandes desafios, tanto nos espaços urbanos como nos espaços rurais, em virtude das particularidades próprias da região (acessibilidade, extensões territoriais, carência de infraestruturas etc.), o que confere um certo grau de vulnerabilidade social à população regional. A isto se soma a precariedade dos espaços de existência coletiva e a problemática ambiental nas cidades e municípios da região. Belém e sua região metropolitana (RMB) constitui um dos espaços de maior concentração urbana da Amazônia que apresenta dados de grande vulnerabilidade populacional.

Nesses termos, este artigo pretende contribuir com o debate e a análise das características sociais e ambientais desse território e, mais especificamente, de Outeiro (Ilha de Caratateua), Município de Belém, para subsidiar as políticas públicas de estruturação e organização dos espaços e, por esse meio, contribuir para a superação da condição de vulnerabilidade social existente, principalmente de vulnerabilidade à saúde. E, tornar operativo e significativo o atendimento da população, principalmente no que respeita às ações de saúde.

A atenção primária à saúde constitui uma categoria de atendimento público e presente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Segundo Brasil (2009 b, p. 9), em 1990, foi regulamentado a Lei

Orgânica de Saúde, a lei do Sistema Único de Saúde, que estabeleceu as formas de funcionamento do sistema de saúde em todo o território nacional.

Trata-se de um dos grandes avanços estabelecidos na perspectiva de atenção integral à saúde da população brasileira, presente, desde então, de forma abrangente, nos 5.570 municípios do país por meio de um sistema integrando, tripartite, isto é, mantido pelos entes federativos (União, Estados e Municípios).

Uma das suas principais características em termos organizacionais, demográficos e geográficos é a territorialização do sistema de atendimento da população. O SUS é essencialmente um projeto de atenção territorializado, organizado em redes de atenção regionalizadas, com centro de comando na Atenção Básica à Saúde (ABS). A territorialização em rede reflete o modelo de organização, gestão e atenção à saúde no Brasil.

A territorialização do Sistema Único de Saúde significa organizar os serviços de acordo com o território, ou seja: um conjunto de nódulos, tessituras que estruturam a ação do sistema nacionalmente integrado e uma projeção particular fundada no conhecimento do território que materializa a ação de promoção à saúde. Conhecer o território (que é onde a vida acontece), e, a partir das necessidades de sua população, organizar os serviços.

1. O mapa do território adscrito à atenção básica à saúde

Uma das principais características das sociedades é o dimensionamento territorial: elas necessitam de se apropriar de espaços e de ambientes para viver e se reproduzir biológica, social e economicamente possível (Rocha et al., 2020). Territorialização é um conceito que se dimensiona em diferentes campos do conhecimento (geográfico, social, jurídico-político...). O termo diz respeito à projeção espacial de formas de organização social e política, de usos de recursos e representações coletivas.

O termo territorialização, assim, sugere um processo de ação que implica a existência da relação ator/sujeito/agente e espaço. No âmbito institucional (jurídico-político), a relação estado – sociedade – território refere à projeção espacial das ações do Estado na organização e gestão do seu território. No Brasil, esse processo ocorre por meio dos órgãos públicos próprios dos distintos níveis de governo (União,

Estados e Municípios), considerando as relações intergovernamentais e o federalismo no país.

No setor da saúde, principalmente no que respeita à atenção primária, segundo Monken e Gondin (2019), a territorialização é expressa como um processo cujo objetivo é obter informações sobre as condições sociais e de saúde das famílias do território dado, o que possibilita a sua instrumentalização no planejamento das atividades a serem executadas para a promoção a saúde.

Segundo Faria (2013, p.133), a territorialização se dá por meio das Estratégias de Saúde da Família (ESF) e pela assistência, construindo no seu conjunto uma organização nos serviços a partir dos dados e características dos territórios onde essa ação pública é realizada. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem a centralidade da ação referida sobre o espaço geográfico definido.

Conforme Rocha (2016), a territorialização da ação pública constitui um processo amplo que envolve governos, múltiplos atores sociais e universos espaciais diferenciados. Nesse contexto, o território institui-se como uma nova unidade de referência à ação do Estado e à regulação das políticas públicas ligadas à promoção da saúde. A abordagem territorial é parte das estratégias de produção da informação, organização e promoção à saúde.

Assim, pode-se afirmar que a territorialização da atenção básica à saúde é um processo técnico e político: por um lado, as equipes multidisciplinares da Atenção Básica se atêm ao mapeamento social, econômico, epidemiológico e ambiental dos espaços de ação. A utilização de mapas do território e da inteligência geográfica e, ao mesmo tempo, a orientação comunitária, possibilita o reconhecimento das necessidades de saúde da população, propiciando o planejamento e a avaliação dos serviços. Por outro lado, trata-se de um processo também social, político e geográfico importante para a realização dos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

O processo de territorialização envolve o levantamento do perfil territorial-ambiental (os espaços e ambientes; a delimitação do território da unidade da ESF, num mapa; as vias de acesso e as características dos domicílios), do perfil demográfico, do perfil socioeconômico e do perfil institucional. O ponto de partida para a organização dos serviços e das práticas de vigilância em saúde é a territorialização do sistema local de saúde, isto é, o reconhecimento e o

esquadrinhamento do território segundo a lógica das relações entre condições de vida, ambiente e acesso às ações e serviços de saúde (TEIXEIRA; PAIM; VILASBÔAS, 1998). Nesse sentido, o conhecimento do território é um passo básico para a caracterização da população e de seus problemas de saúde, bem como para a avaliação do impacto dos serviços sobre os níveis de saúde da população.

2. Espaços precários: apontamentos teóricos e conceituais

A produção social da vulnerabilidade é um processo que se manifesta pela precariedade da existência coletiva e se dimensiona no espaço e no tempo. Não se trata de um dado apenas, mas de um processo social, construído no movimento histórico e geográfico de apropriação, uso e ocupação de ambientes e espaços. As relações dos homens entre si e com a natureza, são determinantes nesse processo.

Conforme Roggero, Ziglio e Miranda (2018), a vulnerabilidade social resulta de estruturas socioeconômicas que produzem simultaneamente condições de vida precárias e ambientes deteriorados, se expressando também como menor capacidade de redução de riscos e baixa resiliência. Ainda acrescentam: a vulnerabilidade social urbana que, também atrelada a uma série de contingências sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, etc. explicitam diferentes condições de exposição e de fragilidade de grupos sociais aos riscos. Isto é, a vulnerabilidade social urbana evidencia a heterogeneidade dos impactos advindos dos riscos que acometem uma dada população, constituindo ambos – risco e vulnerabilidade social urbana – uma seara de alta complexidade para a compreensão e gestão urbana (Roggero; Ziglio; Miranda, 2018)

A precariedade da existência coletiva se dimensiona espacialmente. Espaços precários não são vistos somente da perspectiva do que não possuem, mas também observando-se as características que lhe são peculiares e as consequências dessas características para a ação pública em saúde. Destarte, os espaços precários são definidos a partir da manifestação geográfica dessas condições de viver, morar e habitar periféricos. No caso em tela, esses espaços precários são o resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado. Esses espaços nasceram desse duplo movimento e caracterizam-se geralmente por um decréscimo nas condições de vida das classes menos

favorecidas. Em geral, os espaços precários são também reproduzidos a partir de mecanismos especulativos sobre o solo, sobre a propriedade fundiária, os quais excluem e (re)incluem os indivíduos dentro de uma urbe “estanquizada” e precária (Guimaraões, 2015). Há nesses espaços um problema de acessibilidade, sendo, por excelência, espaços do não acesso ao urbano, segregados e socialmente distantes.

A identificação e mapeamento dos espaços precários seguiu a referência teórica presente nos estudos coordenados pelo IPEA (Moraes; Krause; Lima Neto, 2016). A identificação dos espaços precários seguiu, mais especificamente, a orientação metodológica de Ponte et al. (2016). Foi realizada a partir da junção dos estudos desenvolvidos pelo IBGE (2011), destacando os aglomerados subnormais, pela COHAB (2009), área de ocupação irregular, e finalmente os estudos da equipe do IDESP (2010) utilizando a denominação “assentamentos precários”. No caso do município de Belém, no contexto da região metropolitana, a localização, classificação e caracterização dos espaços precários se expressa a seguinte definição:

Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros todas as áreas que apresentam: precarização de infraestrutura (saneamento-água, esgoto, coleta e tratamento do lixo), no sistema de transporte coletivo, nas condições de habitabilidade; ocupação por seguimentos de trabalhadores, majoritariamente com renda entre zero e três salários mínimos; não tenham sido objeto de regularização fundiária (COHAB, 2009, p. 7).

A identificação desses espaços em Outeiro, Belém do Pará, pode ser visualizado no mapa 1. Assim como os dados correspondentes aos levantamentos realizados pelas instituições referidas e equipes técnicas.

3. A produção do espaço em Outeiro, Belém do Pará

O Município de Belém é constituído por uma área continental e outra composta por 39 ilhas. A área continental, mais povoada, equivale a 34,36% do município. A Belém insular, por um lado, corresponde a cerca de 65% do seu território. Dados demográficos atestam, por outro lado, uma baixa concentração populacional. Belém

conta com uma população de 1.499.641 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2020. Em 2010, eram mais de 78.377 as pessoas que viviam apenas na região insular de Belém.

A estruturação de Belém como cidade remonta ao século XVII, a princípio associada à colonização portuguesa, às estratégias de controle territorial do vale amazônico e tendo, historicamente, ao longo do processo de produção dos espaços, assumido feições urbanas diferenciadas em função da posição assumida na economia regional baseada na exploração dos recursos naturais presentes na bacia amazônica (Sombra et al., 2018). O uso e ocupação das ilhas de Belém, suas características e peculiaridades tem variado com o tempo, refletindo a posição assumida pela metrópole na sucessão histórica. Assim, a importância da capital paraense como centro regional, cidade primaz e entreposto comercial são fatores que influenciaram na produção, diferenciação espacial e na configuração dos espaços e das paisagens locais e os usos dos recursos naturais.

Barbosa et al. (2012) destacam que neste contexto, as ilhas de Belém ocuparam funções distintas na organização espacial de Belém ao longo do tempo. Houve, em cada época, mudanças significativas nos ambientes, nas paisagens e na utilização dos recursos nelas existentes. No seu conjunto, a Belém insular, comporta diferenciações importantes, compondo feições espaciais múltiplas. Nas últimas décadas, é perceptível que a diferenciação socioespacial passa a ser lida, cada vez mais, como desigualdade socioespacial.

Isto não ocorreu ao acaso. Na sucessão histórica, segundo Mourão (2021), entre os séculos XVII e XIX, as ilhas foram utilizadas como locais de esconderijo de indígenas submetidos, escravos africanos e afrodescendentes, ou fugitivos da Justiça. Ainda que as ilhas compuseram as áreas das cartas e datas de sesmarias concedidas, ao longo dos três primeiros séculos elas não foram ocupadas sistematicamente pelos sesmeiros.

Mourão (2021) afirma que até início do século XIX, algumas ilhas da Região Metropolitana de Belém foram utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar, cacau, arroz, urucum, baunilha. Outras ilhas tornaram-se sede de olarias e engenhos. Na primeira fase de apropriação e ocupação pioneira, as ilhas tornaram-se locais favoritos para a elite estrangeira e os novos ricos da comercialização do látex, da castanha e das madeiras.

O povoamento, a fixação populacional ocorre a partir do final do século XIX por incentivo governamental, pela via de implementação de projetos de colonização e em função de políticas de imigração, principalmente em Outeiro. As outras ilhas, consideradas de menor importância, foram ocupadas por migrantes nordestinos, recusados nos projetos governamentais, ou pelos que vinham por conta própria para a Amazônia, sem condições financeiras para chegar aos seringais e castanhais.

Configura-se aí uma nova valoração social, econômica e cultural das ilhas, tornando-as economicamente atrativas. Essa segunda fase, caracteriza-se pela colonização agrícola, da segunda metade do século XIX ao início do século XX, alvo de políticas de colonização agrícola por parte do governo estadual. Na primeira metade do século XX, Mosqueiro passou a se destacar no quadro insular de Belém em razão de ter sido convertida no principal espaço balneário da elite da capital paraense, que desfrutava, ainda, de outras ilhas e da Vila de Pinheiro (atual Icoaraci) para seu lazer. Viviam-se então o apogeu da economia da borracha. Desde então, o uso balneário conferiu nova funcionalidade às ilhas que apresentam faixas de praia no interior do estuário do rio Pará, sobretudo a partir da década de 1950.

Outeiro, na década de 1970, em função da proximidade ao centro de Belém reconheceu mudanças espaciais importantes em virtude da exploração mineral e aumento da população urbana, transformando-se em “bairro-dormitório”. Segundo Barbosa et al. (2012), a origem dessa ocupação diferenciada remonta ao século XIX. Neste momento, o governo estadual lançou os fundamentos da chamada “Vila Balneária” (PARÁ, 1900), derivando na discriminação dos lotes na costa da Ilha de Caratateua. O objetivo de distribuição e titulação desses lotes era o de incentivar a atividade produtiva.

Até o final da década de 1960, o uso e ocupação do espaço de Outeiro ainda esteve associado à condição de espaços rurais, derivados da colonização, com destaque para a agricultura familiar e extrativismo (Valverde; Dias, 1967). De acordo com Medeiros (1971), em Outeiro também havia residências e sítios pertencentes às famílias com maior poder aquisitivo de Belém, espaços utilizáveis para o lazer nos finais de semana. Nesta época, a população insular estava mais concentrada em três aglomerados: São João do Outeiro, área central das atividades

comerciais e de serviços, às margens da baía de Guajará; e Itaiteua e Redentor, nas margens do Furo do Maguari, próximos aos locais de travessia para a Vila de Icoaraci por meio de serviços de balsa (Barbosa et al., 2012).

A partir da década de 1980 teve início uma nova fase da produção do espaço em Outeiro, principalmente com a conclusão da ponte Enéas Martins, fazendo a ligação rodoviária com Icoaraci. A ponte, concluída em 1986, possibilitou a integração com a parte continental e a ampliação da dinâmica econômica em face ao aumento dos fluxos de pessoas e mercadorias. Essa nova fase, assim, é caracterizada pela integração à dinâmica metropolitana, na qual Outeiro passa à condição de subúrbio e periferia, exercendo a função de espaço periférico (Silva, 1995; Barbosa et al., 2012).

Doravante, Outeiro passou a apresentar um processo de ocupação urbana acelerada, ainda hoje em curso visto que, ao contrário de outros espaços da RMB, na ilha ainda existem áreas significativas para a instalação de assentamentos residenciais. Silva (1995) identificou distinções entre as formas de ocupação que se implantaram na ilha e nos outros vetores de expansão urbana da RMB. Para Barbosa et al. (2012):

O tipo de assentamento predominante em Caratateua é do tipo “ocupação espontânea”, diferentemente, por exemplo, dos que predominaram em Ananindeua ou mesmo em algumas áreas do eixo da rodovia Augusto Montenegro, que foram baseados no modelo de condomínios residenciais populares. A ocupação das terras deu-se, fundamentalmente, por famílias de baixa renda que viam nesse espaço uma alternativa para moradia, o que é revelado pela paisagem urbana caracterizada pelo status inferior das construções e pela carência de infraestrutura e serviços. A posse da terra foi incentivada e organizada por líderes comunitários, geralmente cabos eleitorais ligados a políticos locais que buscavam, com isso, criar verdadeiros currais eleitorais nas periferias de Belém.

Silva (1995), por sua vez, destaca que as principais áreas de ocupação urbana na ilha foram: Fama, Itaiteua, Brasília, Fidelis, os quais, têm em comum o fato de serem loteamentos informais, ou seja, foram

implantados sem a devida regulação pelo poder público. Barbosa et al. (2012), acentuam que:

Nos terrenos próximos à orla, principalmente nas proximidades das praias do Amor e dos Artistas, a especulação imobiliária foi capitaneada por especuladores que passam a explorar a característica balneária do local. Isso gerou uma valorização destes terrenos, fazendo com que eles atingissem preços inatingíveis para muitos moradores, o que fez com que eles fossem obrigados a ocupar áreas no interior da ilha. O antigo Núcleo Modelo, hoje bairro de São João do Outeiro, por ser próximo das praias foi igualmente valorizado, gerando assim uma diferenciação socioespacial não somente pelo seu caráter de área mais “nobre”, mas também pelo fato dele abrigar moradores mais antigos em maior número.

Barbosa et al. (2012) concluem que a maior parte das terras de Outeiro ficaram sob o comando de proprietários privados e empresas que receberam créditos e incentivos fiscais dos governos federal, estadual ou municipal. Para os autores, o fato excluiu grande parte da população local e dos migrantes ao acesso mais amplo à terra, apenas acessível naquelas ocupações espontâneas. A década de 1980 marca uma fase crucial da conversão de Outeiro em um espaço periférico de assentamento de residências, e da apropriação da ilha para o lazer da população de baixa renda.

4. Espaços precários: abrangência e diversidade

De acordo com Fenzl et al. (2020), a Amazônia brasileira vivencia nas últimas quatro décadas um acelerado processo de urbanização. A superação da população rural pela urbana ocorreu no Censo de 1991, quando a população urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais – população urbana de 18.294.459 (71,81%) e rural de 7.179.906 (28,19%). Para os autores, a urbanização na região segue um padrão de produção de desigualdades.

Conforme o IBGE (2011), a Região Metropolitana de Belém é a região metropolitana brasileira que apresenta o maior percentual de domicílios situados em aglomerados subnormais, sendo Marituba, Ananindeua e Belém respectivamente o primeiro, terceiro e quinto

municípios brasileiros com o maior percentual de domicílios nessa situação. Para Gusmão e Soares (2018), Belém apresenta um quadro de desigualdade socioespacial, a qual pode ser detectada, entre outros fatores, através da distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, com atuação deficitária do poder público na cobertura de serviços básicos.

A RMB se destaca por seus indicadores urbanísticos, habitacionais e infraestruturais críticos, com destaque para os aglomerados subnormais. De acordo com o IBGE (2011), aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: *a)* irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; *b)* carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto; *c)* rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Para o IBGE (2011), há três modelos paradigmáticos no Brasil sobre como os aglomerados subnormais são apresentados nas regiões metropolitanas. Esses três modelos sintetizam tendências presentes em todas as regiões metropolitanas do Brasil: tratam-se dos modelos² de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém. O que torna o caso da Região Metropolitana de Belém paradigmático, por sua vez, é a concentração desses aglomerados subnormais, indicando a necessidade de políticas públicas a fim de atenuar a precariedade desses espaços. Ao analisar este quadro, Pinheiro (2015), identificou 193.577 (52,43%) domicílios em aglomerados subnormais de Belém, com um total de 758.524 (54,47%) habitantes. A autora reforça que uma das características dominantes dos aglomerados subnormais em Belém é a grande extensão de suas áreas em termos de quantidade de domicílios e população residente.

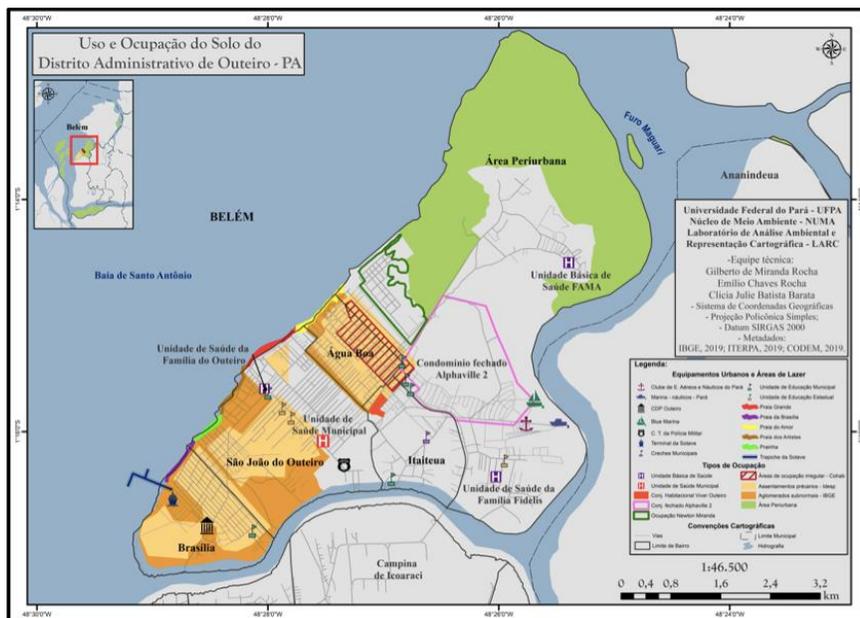
² O caso da Região Metropolitana de São Paulo expressa uma quantidade de aglomerados subnormais, organizados de forma dispersa e distantes do centro da cidade polo. Já o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta aglomerados subnormais próximos ao centro da cidade polo, mas organizados de forma pontual, obedecendo à dinâmica do relevo das cidades desta região metropolitana. Ali, os aglomerados subnormais estão presentes sobretudo nos morros.

A população em Aglomerados Subnormais é de 758.524 habitantes, e a população dos aglomerados dentro da mancha é de 584.833, isso é 77,10% da população dos aglomerados subnormais de Belém. A densidade demográfica dos aglomerados subnormais em Belém é de 8.854 hab/km². Com relação a domicílios, o número de domicílios dos Aglomerados Subnormais em Belém é de 193.557, e os que estão dentro da mancha de alagamento são 149.220 domicílios, 77,10% (Pinheiro, 2012, p. 84).

A autora ressalta ainda que “os dados nos revelam que 77,10% da população moradora dos Aglomerados Subnormais em Belém, encontra-se em situação de vulnerabilidade em relação ao risco de alagamento e eventuais inundações” (Pinheiro, 2012, p. 84). Costa et al. (2021) ressaltam que no caso particular de Belém, além dos índices sociais sobre precariedade que a análise dos aglomerados subnormais revela, a localização dos mesmos nas planícies de inundação continentais e insulares acrescenta a complexidade do risco ambiental. Em Belém, a quase totalidade dos aglomerados subnormais coincide com as áreas alagáveis (Costa et al., 2021).

Outeiro, na condição de periferia, conforme pode ser observado no mapa 1, se expressa por diversidade de condições habitacionais e de moradia a título de espaços precários. Na tabela 1, observa-se as condições de habitação na Ilha. Os bairros de São João de Outeiro e Brasília, a sudoeste da ilha, são áreas de ocupação mais antiga como descrito anteriormente, mais densamente ocupados e com maior concentração populacional, que apresentam uma mescla de aglomerados subnormais (áreas centrais e margeantes aos cursos d'água) e de assentamentos precários (áreas centrais). No bairro de Água Boa, além dos aglomerados subnormais e assentamentos precários, acresce áreas de ocupação irregular, coexistindo com um conjunto habitacional (Viver Outeiro) e áreas de ocupação (Ocupação Newton Miranda).

Mapa 1: Belém-PA - Uso e ocupação do solo no Distrito Administrativo de Outeiro. 2021



Fonte: IBGE, 2019; ITERPA, 2019; CODEM, 2019. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA), 2021.

É interessante observar que a integração de Outeiro desde a década de 1980 à condição de periferia metropolitana apresenta processos que se expressam pela diferenciação e pela desigualdade socioespacial com acentuado grau de segregação espacial. Há destaque para a presença recente, e com significativa extensão territorial, na área central da ilha e margeante ao Furo Maguari do condomínio fechado Alphaville 2, profundamente diferenciado em termos de condições habitacionais, infraestruturais e pleno saneamento básico (abastecimento de água, energia e esgotamento sanitário). Isso espelha o processo recente de expansão condominial no espaço metropolitano, destoando do padrão espacial periférico de Outeiro, com padrão construtivo das habitações, carência de serviços básicos e acentuado grau de vulnerabilidade social.

Tabela 1: Belém-PA - Dados Sociais pertinentes à Atenção à Saúde Básica no DAOUT. 2021

| Bairro / Localidade | Taxa de expectativa de vida | Taxa de Envelhecimento | Índice de Gini | Taxa de Extrema pobreza | Taxa de Pobreza | IDH Longevidade |
|------------------------------|-----------------------------|------------------------|----------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| Água Boa | 69,98 | 4,11 | 0,49 | 8,79 | 24,25 | 0,750 |
| Brasília | 68,39 | 4,87 | 0,46 | 14,53 | 37,03 | 0,723 |
| Periurbano / FAMA | 68,39 | 4,74 | 0,46 | 14,53 | 37,03 | 0,723 |
| Itaiteua: Fidélis | 70,61 | 4,90 | 0,49 | 6,30 | 21,87 | 0,760 |
| Praia do Amor / Praia Grande | 69,98 | 4,11 | 0,48 | 4,09 | 18,38 | 0,8707 |

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria, 2021.

Os dados sociais (tabela 1) apresentam percentuais elevados expressos nas taxas de pobreza e extrema pobreza. Se somadas as taxas de Brasília, Água Boa e Fama, atinge-se percentuais acima de 30%. No caso específico de Fama, chega-se a casa dos 50%.

Tabela 2: Belém-PA - Análise Percentual do Perfil de Rendimento por Domicílios. 2010

| Bairro | % Sem Renda | % Renda de meio Sal. Mínimo | % Renda de meio a 1 Sal. Mínimo | % Renda de 1 a 2 Sal. Mínimos | % Renda Acima de 2 Sal. Mínimos | Total Domicílios |
|---------------------|-------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Água Boa | 5,91 | 44,13 | 28,36 | 13,72 | 7,76 | 2.384 |
| Brasília | 12,35 | 49,22 | 26,88 | 9,44 | 2,23 | 1.611 |
| Itaiteua | 1,13 | 44,15 | 32,64 | 15,66 | 5,66 | 530 |
| Periurbano / FAMA | 1,91 | 49,80 | 31,89 | 10,76 | 5,33 | 994 |
| São João do Outeiro | 5,74 | 42,07 | 29,84 | 15,45 | 6,90 | 3.378 |

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria, 2021.

Quando se analisa o percentual de domicílios sem renda (Tabela 2), nota-se grande concentração no bairro da Brasília, com mais de 12% dos domicílios nessa situação. O bairro da Brasília, assim como a área da FAMA (periurbana) apresenta ainda quase 50% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo.

Tabela 3: Belém-PA - Dados de alfabetização DAOUT.

| Bairro | Alfabetizados | Não Alfabetizados | Total de Pessoas | % de Não Alfab. / Total de Pessoas |
|---------------------|---------------|-------------------|------------------|------------------------------------|
| Água Boa | 7.809 | 744 | 8.553 | 8,69 |
| Brasília | 5.627 | 392 | 6.019 | 6,51 |
| Itaiteua | 1.753 | 186 | 1.939 | 9,59 |
| Periurbano / FAMA | 3.312 | 360 | 3.672 | 9,80 |
| São João do Outeiro | 11.187 | 947 | 12.134 | 7,80 |

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria, 2021.

Quanto à renda média de um (1) salário mínimo mensal, o bairro de Itaiteua com 32,64% situado no corredor principal de transporte público, alternativo (regular e não regular) é o que irá apresentar a maior concentração. Itaiteua e FAMA concentram o maior percentual de pessoas não alfabetizadas do Outeiro (Tabela 3).

Tabela 4: Belém-PA - Dados Habitacionais pertinentes à Atenção à Saúde Básica no DAOUT.

| Bairro / Localidade | População total residente | % Domicílios com banheiro e água encanada | % Domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados | % Domicílios com energia elétrica |
|------------------------------|---------------------------|---|--|-----------------------------------|
| Água Boa | 8.553 | 75,17 | 13,97 | 99,01 |
| Brasília | 6.019 | 51,98 | 35,61 | 92,96 |
| Periurbano / FAMA | 590 | 51,98 | 35,61 | 92,96 |
| Itaiteua: Fidélis | 1.939 | 61,66 | 13,45 | 100 |
| Praia do Amor / Praia Grande | 1.467 | 89,43 | 13,74 | 100 |

Fonte: IBGE (2011). Elaboração própria, 2021.

No que respeita ao acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (Tabela 4), as condições são semelhantes. Nos bairros que compõem a ilha, em geral, o abastecimento de água e esgotamento sanitário se mostram diferenciados, sem cobertura no total e não atendidos pela rede geral.

Considerações finais

As desigualdades socioterritoriais presentes na Região Metropolitana de Belém (RMB) fazem parte dos obstáculos estruturais enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com respeito à rede assistencial da atenção básica (AB), que constitui a mais ampla cobertura e difusão assistencial no município.

Percebe-se, a partir dos dados apresentados nas tabelas 1 a 4, e com a análise da distribuição espacial dos aparelhos da rede assistencial de atenção básica no mapa 1, que a população de Outeiro apresenta uma série de carências que incidem diretamente na complexidade da territorialização do sistema de saúde.

Nesse aspecto, em particular, as transformações ocorridas desde a década de 1980, quando Outeiro se insere na dinâmica metropolitana, na condição de periferia, se amplia a precariedade dos espaços locais, incidindo diretamente no alcance das estratégias de promoção à atenção básica à saúde. Recuperação e ampliação do atual sistema de saúde na ilha torna-se imperioso. Particularmente o Bairro da Brasília, na porção sudoeste da Ilha, por sua elevada concentração demográfica, e com os índices de precariedade revelados ilustra um caso urgente de necessidade de implantação de uma nova Unidade de Saúde.

Referências

BARBOSA, E. J. S.; FERREIRA, L. S. G.; DALTRO, C. S.; FERREIRA, D. S.; PINHEIRO, P. W. S. De coônia agrícola a periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a Ilha de Caratateua. In: SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N.; CHAGAS, C. A. N.; BARBOSA, E. J. S. (Org.). **Percursos Geográficos: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012, p. 26-58.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 96 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica ; n. 24)

CASTRO, E. Mudanças no estuário amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental/projeto Megam. In: ARAGÓN, L. **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônico**. Belém: UFPA/NAEA, 2003.

COHAB-PA . COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Diagnóstico habitacional do estado do Pará. In: COHAB-PA. **Plano de habitação de interesse social (PEHIS) do estado do**

Pará. Belém: COHAB-PA, 2009. CD-ROM. (Relatório).

COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S.; BRASIL, A. P. M. S.; SILVA, S. L. B.; RODRIGUES, V. V.; CYRUS, A. R. C.; URBANO, F. W.; PEREIRA, S. C. O. N.; PAZ, M. M. A complexidade da questão dos rios urbanos nas cidades amazônicas: o caso de Belém/PA. In: RIBEIRO, W. O.; BRASIL, A. P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Org.). **Cidades amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém.** Belém: EDUEPA, 2021, p. 240-274.

CRUZ, E. **História do Pará.** Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

FARIA, Rivaldo Mauro de. a territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Hygeia* 9 (16): 131 - 147, Jun/2013.

FENZL, N.; SOMBRA, D.; CANTO, O.; FARIAS, A.; NASCIMENTO, F. Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú, v. 6, p. 1-25, 2020. DOI: 10.18764/2446-6549.e202002.

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. **Escola Nacional de Saúde Pública.** Fundação Oswaldo Cruz, p. 32. Disponível em: <<https://cutt.ly/aYDYYIc>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

GUIMARÃES, L. S. Periferia e Espaços periféricos: um estudo de caso do loteamento Jardim Catarina. **Pegada**, v. 16, n. 2, p. 227-249, 2015.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 39, p. 1-17, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais: informações territoriais.** Censo Demográfico 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/sYDSsCD>>. Acesso em 5 mar. 2020.

IDESP. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. **Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém.** Belém: IDESP, 2010.

MEDEIROS, A. M. S. **Aspectos geográficos da ilha de Caratateua.** Belém: IDESP, 1971.

MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários:** estudos de caso brasileiros. Brasília: IPEA, 2016.

MOURÃO, L. A Cidade além do rio. In: O LIBERAL. Painel. **Belém das Ilhas.** Belém, 31.07.2021.

PARÁ. **Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização.** Relatório de 1895 apresentado ao Governador do Estado Lauro Sodré. Belém: Imprensa Oficial, 1900.

PINHEIRO, A. C. L. **Aglomerados subnormais em Belém:** risco e vulnerabilidade socioambiental. 134f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PONTE, J. P. X.; PINHEIRO, A. C. L.; VALENTE, A. M.; LIMA, A. M.; PINHEIRO, P. Q. F. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários:** estudos de caso brasileiros. Brasília: IPEA, 2016.

ROCHA, G. M. Aprendizagem territorial. In: ROCHA, G. M.; TEISERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.). **Aprendizagem territorial:** dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2016, p. 9-24.

ROCHA, G. M. GODOY, C. V. ROCHA, E. M. SOARES, D. A. S. Desafios à territorialização da atenção básica à saúde em Belém e Região Metropolitana: Espaços de vulnerabilidade socioambiental. **REUMAM**, V. 5, N. 1, 2020, página 99 / 117 .

ROGGERO, M. A.; ZIGLIO, L.; MIRANDA, M. Vulnerabilidade socioambiental, análise de situação de saúde e indicadores: implicações na qualidade de vida no município de São Paulo, **Confins**, v. 36, 2018. DOI: 10.4000/confins.13774.

SILVA, M. J. B. **Caratateua**: a ilha e o subúrbio de Belém. 1995. 263f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **GeoDiálogos**, v. 1, n. 9, p. 15-56, 2018.

TEIXEIRA C. F.; PAIM J. S.; VILLASBÔAS A. L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. **IESUS**, v. VIII, n. 2, p. 7-28, 1998.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Parte III - Urbanização, desigualdade socioespacial e direito à moradia

Territórios insulares e fragmentação socioespacial na Amazônia paraense: uma leitura a partir dos espaços urbano-rurais de Ananindeua

Paula Beatriz Rêgo Menezes

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

Os territórios das cidades amazônicas vêm passando por rápidas e profundas transformações socioespaciais na segunda década do século XXI. Tais transformações estão associadas aos novos nexos da urbanização fragmentária, com intensificação de diferenciações e desigualdades socioespaciais nas periferias de pequenas, médias e grandes cidades (Legroux, 2021; Rodrigues, 2015). O processo de formação socioespacial da região amazônica caracterizou-se pela reconfiguração de uma urbanização induzida pelo estado, pelo fortalecimento da rede urbana complexa, com sobreposições de reticularidades territoriais, bem como, pelos efeitos territoriais de grandes empreendimentos econômicos estatais e não estatais, fato que contribuiu para ampliação de uma contexto marcado por vulnerabilidades e desigualdades econômicas e socioespaciais face a um mosaico multicultural constituído por uma diversidade de grupos étnicos, denominados de populações tradicionais que incluem indígenas, afro descendentes, ribeirinhos e urbanos (Rodrigues, 2015; Viana, 2017).

Na escala metropolitana de Belém, as intensas metamorfoses evidenciadas encontram-se vinculadas ao processo de reestruturação urbana e reestruturação da cidade, sobretudo a partir dos anos de 2000 (Rodrigues e Rodrigues, 2021), quando a dispersão metropolitana reconfigurou novas formas-conteúdo das cidades, contribuindo para a intensificação do processo de periferização urbana (Trindade Jr, 2000; Costa e Santos, 2020). Nesse contexto, a cidade de Ananindeua surge como produto dessas relações socioespaciais contraditórias inerentes à

produção capitalista do espaço, a partir de sucessivas, complexas e diversas práticas espaciais. O artigo tem como objetivo analisar os efeitos da fragmentação socioespacial nas práticas espaciais dos moradores da Comunidade de João Pilatos, da porção territorial norte insular do município de Ananindeua, face ao contexto metropolitano de Belém, na segunda década do século XXI.

O estudo está dividido em três partes. Na primeira, buscamos correlacionar a urbanização do território, seus efeitos no espaço metropolitano de Belém e suas vinculações com a fragmentação da cidade de Ananindeua, Amazônia paraense. Na segunda parte do estudo tecemos considerações acerca do processo de fragmentação da cidade de Ananindeua, marcado pela intensificação e complexificação de diversos processos como desigualdades, segregação e exclusão, momento em que, as práticas espaciais (habitar, mobilidade, consumo e trabalho) são redefinidas. Por último, discutimos a mobilidade habitacional da população insular de Ananindeua, onde serão reveladas algumas características da cotidianidade dos moradores e sua relação no espaço metropolitano de Belém.

Aproximações ao debate

O município e a cidade de Ananindeua têm o seu nome inspirado em uma árvore denominada de Anani (*Symphonia globulifera*), de origem tupi, muito presente nas florestas de várzea do estuário amazônico e na região das ilhas de Ananindeua (Ananindeua, 2023). Com uma área de 485 km², o referido município tem seus limites territoriais ao Norte, Sul e Oeste com o Município de Belém e a Leste com o Município de Benevides e Marituba (Ananindeua, 2006), integrando a Região Metropolitana de Belém (RMB) que atualmente é composta por: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena.

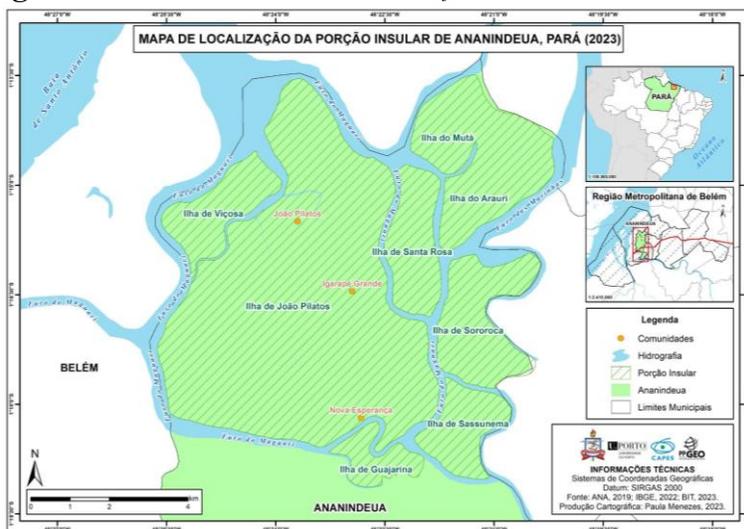
O recorte territorial adotado para esta pesquisa é a Ilha de João Pilatos, espaço situado na porção insular norte do município de Ananindeua. A abordagem metodológica consistiu em levantamento e análise bibliográfica e documental da literatura vinculada às categorias de análise urbanização, fragmentação socioespacial e mobilidade. Do ponto de vista da operacionalidade do processo de pesquisa, realizamos levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE. Considerando as dimensões empíricas da habitação, mobilidade e consumo, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas.

A esse respeito, Turra Neto; Sposito; Magrini e Bernardes (2022) afirmam que a urbanização e a diferenciação socioespacial em cidades brasileiras vem se aprofundando e apontam para a constituição do processo de fragmentação socioespacial, cuja análise demanda que possamos compreendê-la a partir do acionamento de planos analíticos em suas múltiplas determinações, interescalaridades e manifestações espaciais, associadas a metodologias que permitam entender as respectivas práticas espaciais e dimensões empíricas a partir do cotidiano.

As práticas espaciais podem ser entendidas como ações localizadas e elaboradas por agentes sociais concretos, sendo constituídas de ações individuais - embora não sejam necessariamente sistemáticas e regulares - caracterizadas por uma escala temporal limitada (Sposito, 2020). Partimos da década de 2000 como recorte temporal de análise. Tal escolha se faz pertinente devido aos efeitos territoriais do processo de urbanização no Brasil na produção territorial das cidades da Amazônia (Becker, 1990). A identificação e análise de tais processos e as dinâmicas espaciais na área de estudo, de certo, nos serve de guia para as investigações da construção da pesquisa.

Figura 1- Ananindeua-PA - Localização da área de estudo. 2023



Fonte: IBGE (2022), ANA (2019), BIT (2023). **Elaboração:** Menezes (2023).

1. Urbanização e fragmentação socioespacial

A nova urbanização do território brasileiro, evidenciada a partir dos anos de 2000, vem produzindo manifestações particulares nas cidades amazônicas, sobretudo vinculadas a reconfiguração da rede urbana complexa e constituição de hierarquias urbanas, conformando um mosaico de espacialidades diversas e desiguais (Rodrigues e Rodrigues, 2023). Em escala regional, as cidades médias da Amazônia paraense ganham projeção e visibilidade como expressão e resultado do processo de reestruturação urbano-regional, a partir de dinâmicas econômicas e espaciais vinculadas a atividades mineradoras do agronegócio globalizado (Rodrigues, 2015), à produção imobiliária (Rodrigues e Rodrigues, 2023), bem como, em razão do avanço de setores de comércio e serviços urbanos, com ações de redes econômicas internacionais como, por exemplo, Carrefour (Atacadão), e nacionais como o Grupo Mateus (Costa; Rodrigues, 2023).

A dispersão metropolitana de Belém evidenciada a partir dos anos de 1970 impulsionou novas configurações urbanas e novos padrões de organização espacial em meio a um movimento contínuo de sucessivas modificações incorporadas no território (Trindade Jr., 1998). A produção do espaço metropolitano no período atual tem avançado fortemente, acompanhando o curso da mundialização do capital, bem como, os processos de hierarquização do espaço geográfico, na qual são alicerçadas atividades econômicas impulsionadas pela globalização (Corrêa, 1995; Santos, 2013).

O início do século XXI constitui momento de profundas metamorfoses em cidades metropolitanas amazônicas como Manaus e Belém (Rodrigues, 2015). Tais metamorfoses estão associadas aos efeitos da urbanização e suas manifestações multiescalares. O processo de urbanização incompleta da sociedade e do território amazônico, nos termos de Santos (2005), incorreu na produção de tendências de fragmentação de cidades como Ananindeua, elemento e processo que tem contribuído para a precarização da habitação, da mobilidade urbana, do consumo, do trabalho e do lazer, no cotidiano dos moradores das periferias desta cidade de porte médio (Menezes, 2024).

Os efeitos da urbanização na escala das cidades capitalistas compreendem um conjunto de problemáticas e contradições, expressas através de diferenciações socioespaciais, desigualdades socioespaciais,

bem como, recomposições do centro da cidade, onde há a concentração de atividades comerciais, serviços, gestão (Corrêa, 1995). A organização espacial da cidade capitalista vem contribuindo para a produção de um espaço fragmentado, todavia, articulado por meio de ações e relações espaciais que se integram em diferentes partes da cidade (Corrêa, 1995).

Corrêa (1995) compreende o espaço urbano como fragmentado e articulado, produto social oriundo de lutas e simbolismos, resultado de ações acumuladas ao longo do tempo e que foram geradas a partir de agentes que produzem e consomem espaço (Corrêa, 1995). A produção do espaço urbano tem redefinido contiguidades e continuidades territoriais na constituição da recomposição centro-periférica nas cidades. Pelo viés da fragmentação, Sposito (2022) compreende a fragmentação socioespacial³ como um processo multidimensional (também multiescalar) e complexo, que se processa diante da infinidade de dinâmicas e transformações entre a sociedade e o espaço, redefinindo as práticas espaciais e os usos no espaço-tempo.

Expressões desses múltiplos processos podem ser evidenciados no espaço metropolitano de Belém, nas décadas de 1950-1970, quando a capital paraense passou pelo processo de reestruturação espacial vinculada a dispersão de novos assentamentos urbanos, induzindo intensa valorização do solo urbano (Trindade Jr, 1998b). Dentro dessa perspectiva, a malha urbana se espalhou para porções territoriais que antes eram consideradas distantes das áreas centrais, como, a Rodovia Augusto Montenegro (Eixo Belém-Icoaraci) e a BR-316 e estrada do coqueiro (Eixo Belém-Ananindeua), ultrapassando a primeira légua patrimonial⁴ que compreende uma área de aproximadamente 4.100 hectares, constituído como o patrimônio fundiário inicial do município (Silva, 2022).

³ Segundo Sposito (2022), as transformações na estruturação do espaço metropolitano provocam alteração nas práticas espaciais cotidianas dos cidadãos e estes estão sujeitos às mudanças da metrópole, a adjetivação “socioespacial” à lógica urbana fragmentária é utilizada para contemplar esse processo.

⁴ Segundo Silva et al. (2017, p.186): “A definição da chamada linha da Primeira Légua Patrimonial de Belém foi instituída a partir de um plano de alinhamento urbano, que determinou a porção de uma légua de terras (4.110 hectares) doada pela Coroa Portuguesa como fundiário patrimônio da cidade a contar do marco de fundação da cidade”

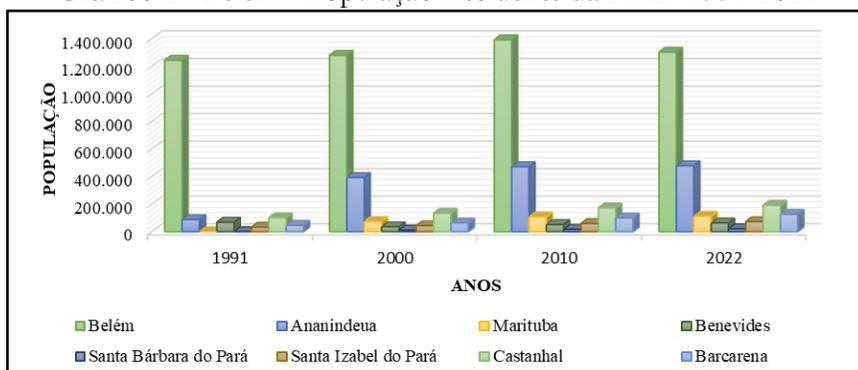
Diante do movimento de expansão da franja urbana motivada por empreendimentos industriais e conjuntos habitacionais, Trindade Jr (1998) evidencia que esse processo corroborou para o alcance da segunda légua patrimonial⁵, e para a reconfiguração da atual forma metropolitana dispersa. Esse fenômeno, vinculado a uma urbanização capitalista voraz, incorreu em crescimento demográfico e espacial exponencial de Belém nas décadas de 1970-1980, o qual motivou o processo de fragmentação político-institucional, dando origem a novos municípios diante da necessidade de integração pelas ações de planejamento, gestão e execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que favorecia a ampliação das regiões metropolitanas⁶ (SEDOP, 2018).

O Gráfico 1 demonstra essa dinâmica demográfica, considerando a população dos municípios da RMB, a partir dos anos de 1990. Com exceção de Belém e Ananindeua, todos os demais municípios passaram a compor a região metropolitana, a partir de 1990. O respectivo gráfico 1 permite demonstrar o acelerado crescimento demográfico do município de Ananindeua, que saltou de 88.151 habitantes no ano de 1991, para 478.778 habitantes no ano de 2022 (IBGE, 1991, 2022).

⁵ No final do século XIX, o governo do Estado doou a 2ª légua patrimonial e foi acrescentada à primeira légua (Trindade Jr., 1998).

⁶ O relatório do SEDOP (2018), aponta que muitos municípios foram incluídos em regiões metropolitanas sem necessariamente apresentarem relação de interdependência com as metrópoles ou mesmo outras regiões foram criadas sem possuir o fenômeno metropolitano. Como resultado, surgiram aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com fortes diferenças econômicas ou sociais entre os seus componentes.

Gráfico 1 - Belém - População Residente da RMB. 1991-2022



Fonte: Censos do IBGE, 1970-2022. Elaborado por Menezes (2024).

Rodrigues, Sobreiro Filho e Oliveira Neto (2018) evidenciam os anos 2000 como um marco de sucessões de rupturas e metamorfoses espaciais relacionadas ao processo de *urban sprawl* no espaço metropolitano belenense, como produto da mundialização do capital e da metropolização do espaço associados ao avanço de novos agentes econômicos passando a se territorializar em áreas próximas dos eixos da BR-316 e Augusto Montenegro, o que gerou a desterritorialização e reterritorialização de populações que viviam às margens destes eixos estruturantes.

Nesse contexto, Costa e Santos (2020) ressaltam que essa dispersão estendida e ampliada do tecido urbano constitui resultado da dinâmica de racionalização e homogeneização do uso do solo, entretanto, carregando em si os elementos da diferenciação socioespacial marcado pela potencialização de novas dinâmicas e interações entre o centro e a periferia metropolitana, bem como, sua influência nos núcleos urbanos. A expansão da RMB tem se complexificado ainda, em virtude de mudanças no padrão de organização espacial, produção da habitação, oferta de serviços, comércios que são circunstanciadas pela expansão da infraestrutura viária e de objetos de consumo como: *shopping centers*, hipermercados e centrais atacadistas (Costa; Santos, 2020).

Segundo Costa e Rodrigues (2023), o crescimento da cidade de Belém tem assumido características que permitem identificar uma nova etapa do processo de metropolização e a formação de um complexo metropolitano fragmentado. A financeirização urbana e imobiliária

contribuem para esse quadro diante da propagação de espaços fechados e pela atuação intensiva do capital imobiliário que favorece a formação de espaços de autosegregação ao lado de quadros de pobreza e precariedade urbanas (Costa e Rodrigues, 2023).

No caso da cidade de Ananindeua, situada no espaço metropolitano belenense, o processo de fragmentação socioespacial é sinalizado através da existência desses espaços urbanos em forma de mosaicos, bem como, a partir da existência de diferenciações espaciais estabelecidas por meio das práticas espaciais (mobilidade, habitar, trabalho e consumo). Esse processo evidencia o contexto de produção e consumo desigual na/da cidade, apresentando, em suas especificidades, diferentes paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas à produção imobiliária, ao comércio e aos serviços, traduzindo novas centralidades urbanas associadas ao processo de reestruturação urbana da cidade (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018).

Em contraponto ao intenso processo de reestruturação urbana amazônica e reestruturação da cidade, Ananindeua apresenta uma dinâmica urbano-rural ribeirinha insular bastante peculiar, evidentemente, inserida no processo de fragmentação socioespacial de produção e consumo metropolitano (Menezes, 2024). A cidade em questão apresenta um mosaico de paisagens dotadas de urbanidades, ruralidades, ações, relações e de práticas espaciais insurgentes que revelam ou permitem revelar territórios de moradia popular (Costa e Rodrigues, 2023; Souza, 2009).

As referidas populações tradicionais moradoras desta porção norte insular de Ananindeua têm sofrido uma série de privações e limitações do ponto de vista do usufruto do direito à cidade. Dentro desta perspectiva, a (i) mobilidade urbana revela-se a partir da inexistência de transporte público ou coletivo para a referida porção insular. A esse respeito, na figura 2, podemos observar paisagens que revelam a condição de vida ribeirinha no contexto de (i) mobilidade e as dinâmicas imobiliárias financeirizadas que passam a se espriar a partir da produção de assentamentos e loteamentos para compra e venda, anunciando o alvorecer do avanço de formas capitalistas de produção.

Figura 2: Ananindeua-PA. Diferenciações espaciais de Ananindeua.
2023



Fonte: Pesquisa de Campo.

2. A cidade em fragmentos?

Nessa conjuntura, é importante refletir acerca do processo de homogeneização e hierarquização do território da cidade e do município de Ananindeua, haja vista, o espaço urbano desta cidade está circunscrito no contexto da reestruturação urbana e condicionada a manifestação de novas centralidades comerciais e de serviços (Rodrigues; Rodrigues, 2021).

Conforme a óptica principal desta pesquisa, que consiste em analisar os efeitos da fragmentação socioespacial através das práticas espaciais dos moradores da porção insular norte de Ananindeua, emerge a seguinte pergunta: de que forma as dimensões da vida cotidiana da população insular é cerceada pela lógica fragmentária?

A cidade de Ananindeua é resultado e condição de relações sociais e práticas espaciais marcadas por diferenciações, hierarquizações, desigualdades e exclusão territorial. Essa característica, revela-se através do acesso ou não acesso a equipamentos urbanos (serviços, comércio), precarização das condições do morar e do habitar, do consumo e do lazer, elementos que incorrem na expansão do processo de periferização e de segregação socioespacial (Sposito, 2018, Rodrigues e Rodrigues, 2021; Vitte, 2010).

Acerca do termo segmentação socioespacial, Sposito (2018) afirma que este possibilita uma análise de diversos processos que provocam *separações socioespaciais* (Sposito, 2018). Dessa forma, há diversificação dos espaços de consumo, novas práticas e percursos

urbanos que geram outros tipos de segmentação que se inserem nas esferas da vida urbana, e, com isso, adota-se a ideia de fragmentação socioespacial (Legroux, 2021; Sposito 2018).

Rodrigues e Rodrigues (2021) evidenciam as metamorfoses da produção territorial da cidade de Ananindeua, onde revela-se a sua condição de poli(multi)centralidade caracterizada tanto, pelas nova recomposições dos eixos estruturantes, quanto pelo intenso fortalecimento do comércio e serviços nesta cidade de porte médio⁷. Por sua vez, as reestruturações produtiva, urbana e da cidade de Ananindeua exerceram importância decisiva, ao induzir o avanço de novos agentes de circuitos econômicos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como, do capital imobiliário financeirizado, que passaram a tensionar fortemente o mercado de terra na periferia desta cidade metropolitana (Rodrigues; Rodrigues, 2018).

Dentro dessa perspectiva, a abordagem da fragmentação socioespacial se faz de grande importância para a análise da nova condição urbana na periferia de Ananindeua, posto que os processos de recomposição metropolitana, a intensa urbanização, o crescimento demográfico e as incipientes políticas urbanas de habitação, mobilidade, lazer, voltadas para o atendimento de demandas sociais da população periférica, tem sido continuamente negligenciadas.

3. Mobilidade habitacional e práticas espaciais da população insular em Ananindeua

A mobilidade urbana no espaço metropolitano de Ananindeua tem se constituído em um dos grandes problemas vividos pelos moradores da Região Metropolitana de Belém e desta cidade de porte médio. Atualmente a população da Região metropolitana de Belém conta com uma frota de aproximadamente 1100 ônibus. No entanto, o quantitativo de ônibus a frota do referido município é significativamente reduzida para o atendimento das demandas da população (Trabalho de campo, 2024). Essa problemática de crise da

⁷ De acordo com Sposito (2004), “cidades de porte médio” são aquelas que possuem entre 50 a 500 mil habitantes e são caracterizadas por serem pontos de apoio para a atuação dos capitais nacionais e internacionais que se expandem em direção às cidades da rede urbana, instalando-se em situações geográficas estratégicas.

mobilidade na cidade é produto de uma gestão metropolitana desarticulada, do monopólio do transporte coletivo, realizado por empresários que dominam este mercado a muitas décadas, assim como, de práticas espaciais⁸ constituídas por forças atuantes geradas ao longo do tempo, proporcionando localizações, realocações e permanências de atividades e da população no espaço da cidade.

A perspectiva das práticas espaciais que buscamos evidenciar se dá a partir da análise do cotidiano dos moradores da Comunidade de João Pilatos na porção insular norte do município de Ananindeua. Para isso, elegemos as dimensões do habitar, da mobilidade, do trabalho e do consumo (prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação). Considerando Teixeira *et. al.* (2022), as práticas espaciais são condição e produto da fragmentação socioespacial em razão das formas de apropriação do espaço urbano. Com isso, os autores apontam a inter-relação da dimensão social e as novas formas de apropriação da cidade baseadas em novas lógicas de estruturação do espaço urbano à medida em que os nexos centro-periferia possuem relação direta com a divisão social do espaço.

Legroux (2021) destaca que a análise da vida cotidiana permite reunir diferentes escalas do processo de fragmentação, oferecendo uma variável cultural que passa da modernidade para a pós-modernidade de modo que representa “a queda de grandes narrativas, a autonomização e individualização crescentes dos indivíduos, a perda de identidades e/ou a constituição de identidades fracionadas.” (Legroux, 2021, p. 243).

A esse respeito, em entrevista com uma moradora da comunidade, são reveladas as nuances do habitar e do morar ribeirinho no contexto metropolitano, de modo que são descritos os sentidos do pertencimento e da identidade territorial sobre o urbano-rural insular.

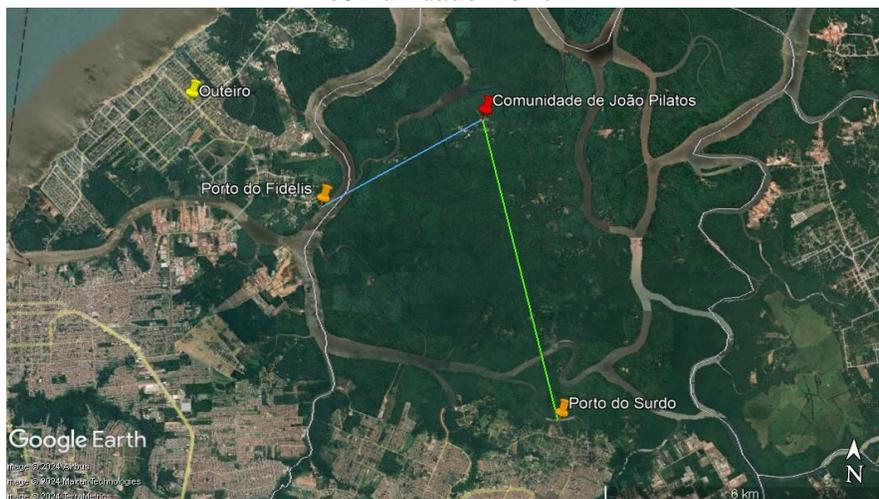
⁸ Segundo Corrêa (2007, p. 68), “os processos espaciais” são impulsionados por agentes sociais da produção de espaço constituído por um “movimento em massa” de forma sistemática, estabelecido por um período longo de tempo “Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais”. Quanto às “práticas espaciais”, o autor ressalta que são ações “especialmente localizadas” por agentes sociais concretos, constituídas de atuações individuais “não necessariamente sistemáticas e regulares” caracterizadas por uma escala temporal.

[...] a gente mora numa área...é...rural e que a gente pode trabalhar dentro dessa área, coisas para nos facilitar. Não só pra gente ter aqui dentro, mas que a gente possa pôr lá fora também. [...] E, tipo, a gente na ilha, eu posso dizer que nós somos privilegiados. Porque a gente mora numa área rural, mas ao mesmo tempo como se fosse urbana, porque eu posso sair daqui, eu tô aqui agora, daqui a pouco eu posso (es)tá(r) lá em Belém. Atravesso ali pro Fidelis, pego um ônibus, não demora muito eu tô lá no centro de Ananindeua, eu tô lá no centro de Belém. Então são coisas assim... (Moradora da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

A fala da referida moradora da comunidade permite inferir as interações e relações espaciais com a cidade de Belém e Ananindeua. Isso se traduz pelo viés de acesso ao comércio e aos serviços. Embora o espaço/território da comunidade e a ilha sejam situados no município de Ananindeua, os moradores têm a sua cotidianidade, também, entrelaçada pela dinâmica urbana do município de Belém.

Na figura 3 pode-se observar, como são configuradas as relações dos moradores da comunidade e a distância relativa entre os portos que dão acesso às cidades de Belém e Ananindeua. A imagem de satélite permite que possamos identificar, como se desembocam na realidade, o processo da (i)mobilidade urbana da população insular.

Figura 3: Ananindeua-PA. Portos de Belém e Ananindeua de uso da comunidade. 2024.



Fonte: *Google Earth Pro*. Adaptações da autora, Menezes (2024).

A respeito disso, traçamos uma linha imaginária para compreender a estimativa de distância entre a comunidade e os portos de acesso às respectivas cidades de Belém, onde situa-se o Porto do Fidelis e em Ananindeua, no qual as comunidades das ilhas têm acesso pelo Porto do Surdo. Sob esse ângulo, observamos em campo de forma empírica e através da imagem do *Google Earth Pro*, a maior proximidade da Comunidade de João Pilatos com o Porto do Fidelis, o transporte é realizado por meio de barcos de pequeno e médio porte, geralmente dos próprios moradores da comunidade (Menezes, 2024).

A linha imaginária, representada pela cor azul na imagem, corresponde a uma distância de quatro quilômetros e a travessia dura em torno de 15 a 20 minutos, o desembarque é realizado no Porto do Fidelis situado no distrito de Outeiro, na ilha de Caratateua que pertence ao município de Belém. A ilha possui “anexo” a parte continental do município através de uma ponte, na qual promove a fluidez do território como resultado de transformações relacionadas aos efeitos da urbanização e da fragmentação metropolitana de Belém, ora que alcançou essa parte insular (Menezes, 2024).

Nessa perspectiva, a linha imaginária representada pela cor verde na imagem, corresponde a uma distância de sete quilômetros, no entanto, para desembarcar no Porto do Surdo situado no bairro do

Curuçambá em Ananindeua, os moradores necessitam “contornar” a ilha de João Pilatos totalizando a uma travessia de uma hora a uma hora e 30 minutos que variam conforme o porte da embarcação utilizada (Menezes, 2024).

Todavia, é importante destacar que apesar da descrição de que “[...] *Atravesso ali pro Fidelis, pego um ônibus, não demora muito eu tô lá no centro de Ananindeua, eu tô lá no centro de Belém.*”, a mobilidade do transporte e o acesso à cidade pela população insular são profundamente desiguais, segregadoras e excludentes quando se considera as áreas centrais do espaço metropolitano de Belém, na qual se evidenciam conexões com linhas de ônibus para diversas partes da cidade. Essas condições são afirmadas novamente, em outras falas dos moradores.

Líder da Comunidade: [...] as pessoas daqui da nossa comunidade pela nossa aproximação ser mais aqui Belém, a gente anda aqui por Fidelis e Icoaraci, lá pelo Curuçambá se for fazer alguma outra coisa. Por lá, mas o acesso aqui da nossa comunidade aqui é pelo Fidelis.

Moradora 1: Pra primeiro ano pra cá, muitas pessoas pararam [de estudar], muito jovem fica difícil. Olha, daqui vai, paga um barco daqui pra comprar gasolina, pra ir no barco até no Fidelis, no Fidelis eles pegam uma moto pra chegar até lá na beira da pista né. De lá já pega vão, pega ônibus pra ir pra Icoaraci ou lá pra Outeiro.

Líder da Comunidade: Olha o custo que esse aluno tem todo dia. (Entrevista cedida ao grupo de pesquisa LAHAM em jun. 2023).

O trecho da entrevista, demonstra algumas expressões das práticas espaciais no âmbito da mobilidade, os quais revelam as desigualdades sociais e espaciais a partir da imobilidade e não acessibilidade a um transporte público. Do ponto de vista da mobilidade, nota-se claramente as dificuldades de acesso à cidade de Ananindeua e ao espaço metropolitano em razão de elevados custos financeiros diários. Razão pela qual as comunidades ribeirinhas são obrigadas a usar diversos meios de transportes privados que onera substancialmente sua renda.

O uso do mototáxi na RMB se dá diante da inexistência de acesso ao transporte público em alguns locais. Geralmente a população se utiliza deste meio de locomoção para chegar ao ponto de ônibus mais

próximo para obter circulação nos demais espaços da cidade. Os pontos de moto táxi, normalmente, são consolidados nas porções periféricas da cidade nas proximidades das estações/pontos de ônibus onde as pessoas recorrem a este tipo de veículo para adentrar nos bairros em que o transporte público é limitado.

Em que pese a nova condição urbana periférica dos moradores da Comunidade de João Pilatos, marcadas por desigualdades socioespaciais, face ao processo de fragmentação metropolitana, convém ressaltar os processos de resistência urbana, evidenciado a partir de práticas espaciais, de lutas por justiça espacial e pelo direito à cidade.

Considerações Finais

O processo de produção territorial da cidade de Ananindeua possui em si as marcas da urbanização extensiva, do esgarçamento da forma metropolitana difusa, bem como, de um contexto marcado por policentralidades urbanas, por diferenciações e desigualdades socioespaciais associadas ao processo de fragmentação socioespacial, revelando antigas e novas espacialidades urbanas plurais, diversas e desiguais. A esse respeito, Rodrigues (2015), ressalta que a urbanização do território amazônico em sua forma e em seu conteúdo, apresenta temporalidades e espacialidades diversas e plurais, expressas por ações, diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Ao longo deste artigo, procuramos refletir acerca dos efeitos da fragmentação socioespacial no espaço metropolitano de Belém, mais especificamente, na Comunidade João Pilatos, porção insular norte do município e na cidade de Ananindeua. Dentro desta perspectiva, as recentes centralidades urbanas e comerciais, o avanço de novos agentes econômicos de capital regional, nacional e internacional, a expansão do mercado imobiliário, valorização do mercado de terras associados aos novos projetos urbanos na escala metropolitana, são fatores que vem contribuindo para transformações aceleradas na escala da cidade de Ananindeua, com reverberações nos espaços rurais. Não obstante, é na dimensão da vida cotidiana dos moradores da periferia que se revelam as fissuras de projetos capitalistas hegemônicos, marcados pela segregação socioespacial e exclusão territorial, bem como, os processos de resistência territorial, protagonizados pelas comunidades.

Com efeito, buscamos apreender algumas veredas e “feridas abertas” quando consideramos uma análise sobre a fragmentação socioespacial na escala da periferia de Ananindeua, Amazônia metropolitana paraense. A condição espacial periférica da maioria dos moradores desta cidade de porte médio, (seja das comunidades urbanas, seja das comunidades rurais), estão imersas no contexto metropolitano, revelando o cerceamento ou forte limitação do acesso ao habitar, à mobilidade, ao lazer, ao consumo, constituindo-se como negação aos princípios de justiça espacial e direito à cidade, evidenciando a condição de “cidade fragmentada”.

Referências

ANANINDEUA. 79 ANOS: Conheça a História de Ananindeua desde sua origem: Texto produzido com colaboração e pesquisa do Historiador Adrielson Furtado. In: SECOM. **Consultoria Geral do Município**. Ananindeua, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/consultoria/noticia/4139/79-anos-conheca-a-historia-de-ananindeua-desde-sua-origem>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. 33-62 pp.

COSTA, L. M. G.; RODRIGUES, J. C. Expansão imobiliária e os novos espaços do habitar na periferia metropolitana de Belém. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, p. e2023.06, 26 jan 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/20763>. Acesso em: 10 jun 2024.

COSTA, L. M. G. da; SANTOS, R. B. dos. Metropolização, urbanização regional e periferização: como pensar a Belém metrópole? In: RIBEIRO; BRASIL e COSTA (Orgs.). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. Belém: EDUEPA, 2020.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**: Rio de Janeiro, v. 4, n° 6, p. 62-72, 2007.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia - IBGE, 2017.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

MENEZES, Paula B. R. **Fragmentação socioespacial e Territórios insulares: práticas espaciais da Comunidade de João Pilatos, porção insular norte de Ananindeua, Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará - UFPA. Belém, 2024.

PÁDUA, R. F. de. Lutas urbanas, cotidiano e emancipação. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.79-94 pp.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP, 2015.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. de C. (Re)estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 106–126, 2021. DOI: 10.14393/RCG228155203. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55203>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5 ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, T. V. **Metrópole e Região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís**. 2015. 270f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas. **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ANPEGE/Ademadan, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. **Tlalli**. Revista de Investigación en Geografía, n. 8, p. 56-85, 2022b

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS; CORRÊA e PINTAUDI (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 ed, 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018. 61-93 pp.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, **Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**, n. 54, 2004

SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N.; SANTOS, F. A. A.; MEDEIROS, G. R. N.; SOUSA, H. P.; VILENHA, T. M.; LIMA, J. B. “O traçado da linha da Primeira Légua Patrimonial (LPLP) e da Linha de Preamar Média (LPM) de 1831 da cidade de Belém”. In: SILVA, C. N.; LUZ, L.

M.; PONTE, F. C.; RODRIGUES, J. E. C. (Org.). **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 297-312.

SILVA, G. O. **Metropolização e Vulnerabilidade Socioespacial: dinâmicas territoriais e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS. **Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDOP, 2018.

TEIXEIRA, V. M. L.; PEREIRA, C. S. S.; SILVA, C. F. da. **DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL. Mercator**. Fortaleza , v. 21, 2022.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

_____. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **GEOSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 2, n. 2, p. 39–52, 1998b. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.1999.123318. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123318>.. Acesso em: 29 out. 2024.

_____. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Geografares**, n. 1, 2000. 117-129 pp.

_____. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, n. spe, p. 93-106, 2015.

TURRA NETO, N.; SPOSITO, M. E. ; MAGRINI, M. A. O.; BERNARDES, A. H. Grupo Focal na análise da fragmentação socioespacial. In: Eda Maria Góes; Everaldo Santos Melazzo. (Org.).

Metodologia de pesquisa em Estudos urbanos: Procedimentos, Instrumentos e Operacionalização. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, v. 1, p. 23-70.

VIANA, J. M. M. R. **Atividade pesqueira e organização social:** o caso das Comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

VITTE, C. C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, R. (org.). **População e Cidades:** subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 79-95.

Habitação e expansão urbana: os ciclos da produção da habitação popular em Belém

Léa Maria Gomes da Costa

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

A expansão urbano-metropolitana de Belém, desencadeada a partir dos anos 1960, está relacionada com a política do governo brasileiro de integração da Amazônia ao mercado nacional. No último quartel do século XX, a Amazônia é transformada numa “floresta urbanizada” (Becker, 2006) sendo esta a região brasileira que apresenta as maiores taxas de crescimento urbano, registrando uma elevação percentual, que saltou de 3,5% em 1970, para 69,07% em 2000. Em processo simultâneo, a cidade de Belém triplica sua população urbana, passando de aproximadamente 378 mil habitantes em 1960, para mais de um milhão e duzentos mil no ano 2000 e concentrando, atualmente, 1.303.403 pessoas (IBGE, 2022).

No incremento de uma urbanização extensiva do território (Monte-Mór, 1994), a metrópole Belém se destaca como força produtiva (Carlos, 2018), tendo a periferização da habitação popular⁹ como um de seus elementos constitutivos. Para entender o papel desempenhado pela produção capitalista da habitação na estruturação da cidade faz-se necessário identificar os princípios que regem essa produção.

⁹ Nesta pesquisa adota-se o termo habitação popular como referência à habitação de interesse social, subsidiada pelo poder público. Segundo Porangaba (2020, p.16), a habitação de interesse social é identificada, em documentos oficiais, como sendo “toda produção habitacional direcionada a famílias residentes em áreas urbanas com renda mensal de até R\$ 7.000 (sete mil reais) divididas por grupos [...] e a famílias residentes em áreas rurais, com renda anual de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)”. Nestes termos, nas recentes políticas habitacionais, corresponde à produção destinada às faixas 1; 1,5; 2 e 3 do Programa Minha Casa Minha Vida e aos grupos 1, 2 e 3 do Programa Casa Verde e Amarela.

Em conformidade com os estudos de Ribeiro (1997) são três os princípios que permitem analisar a relação entre produção do espaço da cidade e produção da habitação, sendo eles: 1) *O capital se reproduz dinamizando o mercado de terras e promovendo a expansão territorial da cidade* - o caráter imóvel da habitação é superado por meio de uma permanente mobilidade espacial, o que significa dizer que a cada novo ciclo de reprodução do capital a aquisição de novos terrenos se impõe; 2) *A produção física depende da produção simbólica do espaço* – o caráter durável da moradia demanda a reprodução ampliada da divisão social e simbólica do espaço, que fomenta práticas como a da obsolescência de áreas residenciais visando promover novos espaços, aos quais se associam novas simbologias, como as ideias de “novo estilo de vida”, “viva com mais segurança e tranquilidade”, “moradia em áreas verdes” etc.; 3) *A localização assume importância como fator de diferenciação socioespacial* – o valor de uso simples da moradia se associa ao valor do uso complexo representado pelo espaço urbano, sendo seu consumo determinado pelo potencial de articulação com o sistema espacial da cidade.

A moradia corresponde, portanto, a uma mercadoria que estabelece relações especiais com o espaço urbano, estando sua localização associada a processos de diferenciação socioespacial desencadeados por mecanismos de valorização e da propriedade da terra

O deslindar desses princípios implica no entendimento do Estado enquanto agente político-social que mantém sob seu controle a política habitacional e na compreensão do papel desempenhado pelo mercado imobiliário que, geralmente associado ao Estado, atua no sentido de obter novos espaços de investimento, principalmente quando está em jogo as melhores condições de localização, disponíveis ou produzidas na cidade. Cabe lembrar que, no contexto capitalista, a produção da habitação integra o mercado imobiliário, abrangendo três frações desse mercado, a saber: i) o mercado das cooperativas, companhias estaduais e secretarias municipais de habitação; ii) mercado normal; e iii) mercado monopolista.

O mercado das cooperativas, companhias e secretarias de habitação é regulado pelo Estado ou pelas entidades representativas de classes trabalhistas, que subsidiam a produção e comercialização da habitação, tendo como pressuposto seu valor. Já o mercado normal e o

mercado monopolista funcionam apoiados no valor de troca e são regulados por leis de concorrência e de valorização dos capitais envolvidos nos processos de produção e comercialização da habitação.

Trabalhando com a ideia de que a moradia popular ocupa papel de destaque no processo de urbanização, a partir da segunda metade do século XX, em Belém, o presente artigo tem por objetivo identificar os três grandes ciclos que marcam a produção da habitação popular nesta capital, considerando seu crescente processo de mercantilização, a relação entre Estado e mercado imobiliário e o papel que a produção da habitação desempenha na organização socioespacial da cidade.

O texto ressalta a forte relação existente entre produção da moradia popular e a organização do espaço urbano de Belém, na qual se sobressaem os mecanismos engendrados pelo Estado e mercado imobiliário, como o de periferização que sujeita a moradia popular, à uma localização distanciada e às precárias condições de acesso à infraestrutura urbana, especialmente a produção habitacional identificada como de interesse social. Os mecanismos engendrados pela ação conjunta do Estado e mercado imobiliário sustentam e ampliam processos de diferenciação e desigualdade socioespacial, que compõem o cerne da sociedade urbano-capitalista contemporânea.

1. Primeiro ciclo da produção da habitação popular: a formação da periferia imediata de Belém

O primeiro grande ciclo de produção da habitação popular decorre do advento da mercantilização da moradia e de sua produção enquanto mercadoria, que tem como marco em Belém o início do século XX (Costa, 2021), seu desenvolvimento está ligado ao crescimento econômico e intensificação dos fluxos migratórios decorrentes do boom da borracha, assim como da formação do circuito imobiliário nesta capital (Ventura Neto, 2012). O circuito imobiliário funcionou como mecanismo para aplicação dos recursos oriundos da produção gomífera, realizada na região amazônica, entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Com a formação, ainda que embrionária, do circuito imobiliário, a elite local passou a assumir características de classe rentista, atuando como proprietária fundiária e capitalista ou financiadora da produção da habitação, investindo na aquisição e construção de imóveis para

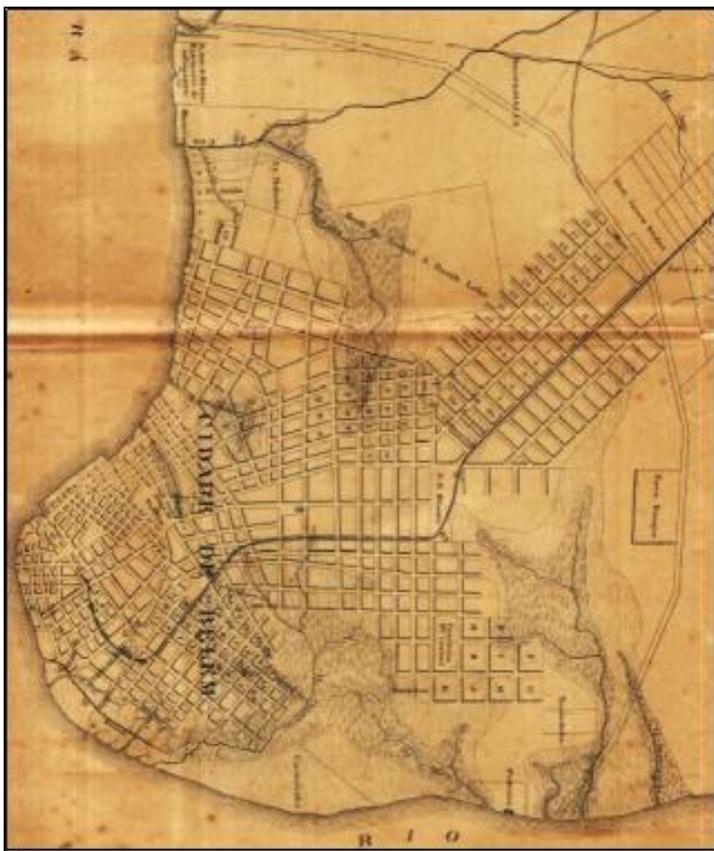
aluguel (Ventura Neto, 2012). Em paralelo, o poder público passou a atuar, de maneira sistemática, no processo de expansão da cidade, tendo destaque a implantação do Plano de Expansão da Malha Urbana de Belém, ocorrida na gestão do Intendente Antônio Lemos (1987-1912), que promoveu o prolongamento do tecido urbano, até então limitado à franja ribeirinha, permitindo que o mesmo alcançasse o limite da Primeira Léguas Patrimonial da cidade, aqui considerada como o núcleo central de Belém.

A ação do poder público promoveu processos de diferenciação socioespacial ao instalar infraestrutura urbana de maneira seletiva, especialmente no entorno da Avenida 15 de Agosto, atual Avenida Presidente Vargas, centro de negócios do período da borracha, que funcionará como passa a funcionar como prolongamento ou extensão do centro tradicional desta capital. Neste novo centro de negócios e lazer serão construídos escritórios, hotéis e espaços culturais, como o Theatro da Paz e a Praça da República, símbolos e patrimônio histórico do período da borracha.

A valorização urbana, acompanhada de medidas higienistas, compulsoriamente afasta pobres e migrantes das áreas embelezadas e elitizadas (Sarges, 2002). Predominando em bairros periféricos, como Pedreira e Sacramento, a autoconstrução e o acesso a terrenos relativamente amplos (SOARES, 2008). No centro da cidade impera a força do mercado imobiliário e das diretrizes urbanas da Intendência Municipal, sendo a produção da moradia marcada pela construção de vilas (operárias ou não).

No processo de expansão do tecido urbano, o poder público, por meio do planejamento e ordenamento territorial, atuou como agente decisivo não só para a formação do mercado de terra urbana (Ventura Neto, 2012; Abreu, et. al., 2018), como para a ocupação das áreas de melhor localização na cidade. Contudo, cerca de 40% das terras localizadas no núcleo central de Belém correspondem a áreas de baixada, sendo as mesmas evitadas ou contornadas mesmo sob o signo do modernismo, expansionismo e planejamento estatal do período da borracha, como demonstrado pelo engenheiro Palma Muniz em seus estudos sobre o patrimônio fundiário de Belém durante a fase áurea da borracha (Figura 2).

Figura 2: Belém - Ocupação e organização urbana. 1904



Fonte: Palma Muniz *apud* Abreu, 2016, p. 68.

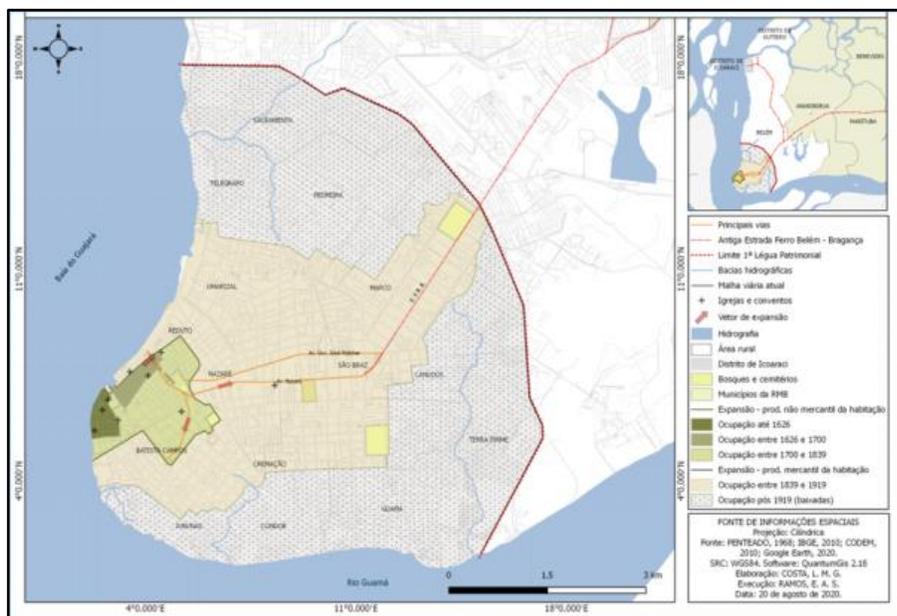
Passado o *boom* da borracha, a força do circuito imobiliário arrefece e, na lógica de aproximação dos interesses do capital e do Estado, só alcançará novo patamar a partir dos anos 1940, quando a verticalização desponta no âmbito da produção do espaço urbano Belém, dando início ao primeiro dos três grandes ciclos imobiliários de Belém (Ventura *neto*, 2022), sendo o mesmo marcado pelo reconhecimento formal da figura do agente incorporador, elemento fundamental para a compreensão da relação entre atuação do mercado imobiliário e o processo de reconfiguração da cidade que se expressa a partir de então.

A produção da habitação popular ganha novo impulso nos anos 1950-60, com o processo de integração do mercado nacional e expansão

da fronteira mineral amazônica, a partir de novo fluxo migratório e consequente adensamento populacional de Belém. É somente neste contexto que ocorre a ocupação das baixadas, por meio da autoconstrução, feita, principalmente, pela população pobre migrante.

O Mapa 1 demonstra o contraste entre a expansão da cidade até o final do século XIX, quando prevalecia a produção não mercantil da habitação (áreas em verde) e a expansão associada ao processo mercantil ou capitalista de produção da moradia, sobressaindo, neste período a diferenciação entre a ocupação das áreas centrais, de cotas de relevo mais elevadas e as áreas de baixada, destinada à moradia da população migrante e de baixa renda, espaço insalubre e que não dispunha de condições mínimas de infraestrutura urbana.

Mapa 1 – Belém – Expansão urbana de acordo com as formas de produção da moradia e contornando as áreas de baixada. Primeira metade do séc. XX



No processo de expansão da cidade de Belém a ocupação das baixadas corresponde à configuração de sua periferia imediata, subespaço que, embora insalubre e urbanamente precário, representa a proximidade da moradia do trabalhador em relação aos centros de

oferta de emprego e serviços, propiciando facilidades de locomoção e redução de custos com transporte (Abelém, 1989). Também representa um campo de luta pelo direito à cidade, notabilizado pela luta por condições adequadas de moradia e contra o uso especulativo e rentista da terra urbana (Mourão, 1987).

Em processo concomitante, de diferenciação socioespacial, se intensifica a verticalização e valorização das áreas centrais, eleva-se o preço do solo urbano e acentua-se o processo de diferenciação socioespacial.

A configuração centro-periferia se faz presente na Belém de meados do século XX, nessa configuração urbana, as baixadas constituem-se como áreas sociais de forte homogeneidade socioespacial (Salgueiro, 1998; Corrêa, 2016), marcada pela carência de infraestrutura urbana e inadequação habitacional, em forte contraste com as áreas centrais e enobrecidas.

2. Política do BNH e o segundo ciclo da produção da habitação popular: a formação da periferia metropolitana

O clássico padrão centro-periferia que caracteriza a forma urbana de Belém até meados do século XX, passa a ser alterado a partir dos anos 1970, influenciado pelo amplo processo de reestruturação político-econômica do País, o qual foi ditado pela lógica metropolização e da urbanização extensiva do território (Monte-Mór, 1994). Num movimento concomitante de concentração e dispersão (Silva, 2017) a cidade e a produção da moradia continuam seu processo de expansão.

O segundo ciclo da produção da habitação popular nesta capital é marcado pela produção habitacional assentada na política do Banco Nacional da Habitação (BNH- 1964-1986). Pautada na ideologia da casa própria (Azevedo e Andrade, 2011), a implantação dessa política habitacional corresponde ao processo de ruptura da forma confinada do Núcleo Central de Belém e extensão do seu tecido urbano sobre áreas até então consideradas como áreas rurais, situadas na periferia metropolitana desta capital.

No que concerne à dinâmica imobiliária, o BNH se destaca como um dos principais agentes do segundo ciclo imobiliário de Belém (Ventura Neto, 2022), sendo esse período marcado também pela ampliação da atuação de incorporadoras de capital local, tendo como

resultado o movimento conjunto de elevação do preço dos terrenos nas áreas centrais e abertura de uma nova fronteira imobiliária, distanciada do centro, especificamente em áreas onde os terrenos eram mais baratos, como o entorno da Avenida Augusto Montenegro .

Até 1974 a COHAB-PA disponibilizou para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, um total de apenas 1.956 habitações, distribuídos entre os conjuntos Ananindeua, Nova Marambaia I, II, III e Icoaraci I (Trindade Jr., 2016; Costa, 2021), número bastante reduzido frente ao crescimento populacional em curso na metrópole.

A grande produção habitacional da COHAB-PA ocorreu após 1975, fase em que se dá a construção do Conjunto ou Complexo Cidade Nova, que, junto com o Conjunto Guajará, soma 15.851 Uh (Rodrigues, 1998). Contudo, cabe lembrar que a partir de 1975 o BNH ampliou as faixas salariais dos segmentos socioeconômicos visando que o mercado popular abrangesse uma parcela da população com maior poder aquisitivo, os trabalhadores que recebiam até cinco salários-mínimos. Trabalhadores não eram atendidos pelo mercado econômico então vigente em Belém, visto que a única cooperativa que atuava neste segmento de mercado era ligada ao antigo Instituto de Previdência e Assistência Social do Pará (IPASEP), cuja produção, além de reduzida, era destinada em grande medida a funcionários públicos e submetida a outra fonte e regulação de financiamento, vinculada ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A área onde o Conjunto Cidade Nova foi implantado era constituída por propriedades rurais, especialmente granjas exploradas por famílias descendentes de japoneses e terras do Curtume Maguari, arrendadas a posseiros para cultura de subsistência. Tal fato expressa a intensidade e escala da transformação espacial que se fez presente na periferia metropolitana na segunda metade do século XX, visto que, somente com a implantação dos Conjuntos I a VII e Guajará I já se tinha no subespaço do Complexo Cidade Nova a concentração de mais de 67 mil pessoas (Rodrigues, 1998), o que equivale à população de muitos municípios de médio-pequeno brasileiros. A produção da moradia popular novamente se associa à produção da periferia da cidade, tratando-se agora da periferia distante ou mesmo da periferia da metrópole em franco processo de expansão.

Essa dinâmica de transformação espacial denota a relação intrínseca entre os processos de periferação da moradia popular,

segregação socioespacial, expansão da fronteira imobiliária e o processo de metropolização de Belém. Reforçando o princípio de que a produção física da moradia depende da produção simbólica do espaço, no caso vinculando-se a ideia de construção de uma “Cidade Nova” para abrigar a classe trabalhadora metropolitana, ainda que esta fosse, em verdade, a negação da cidade.

3. Acesso à moradia, sem acesso à cidade: o terceiro ciclo de produção da habitação popular em Belém

A falência do BNH desencadeou uma crise no mercado imobiliário, que teve como desdobramento o encerramento de atividades de algumas incorporadoras locais e a abertura do mercado local para a atuação de incorporadoras de capital aberto nacional e internacional. A atuação das incorporadoras nacionais e internacionais no mercado imobiliário de Belém se assenta na correlação de dois movimentos distintos e interligados: 1) a formação de novos consensos espaciais urbanos, impondo uma dinâmica de ressignificação simbólica e material de regiões, até então, pouco valorizadas pelas camadas médias e elites locais; e 2) a dissolução de barreiras espaciais que estavam fora do alcance de investimentos do capital incorporador local, tais como: grandes glebas urbanas vagas ou subutilizadas e o uso de estruturas robustas já implantadas ou em processo de implantação na periferia metropolitana - novas vias de acessibilidade urbana, novos espaços de consumo e serviços, como *shoppings centers*, unidades educacionais, bancárias etc. (Ventura Neto, 2022).

Com expressão desse momento foi adotado uma estratégia de *marketing* urbano no eixo da Avenida Augusto Montenegro, chamada de “Nova Belém”, que vendia a ideia de um *new lifestyle*, atraindo parcela da população de maior renda à periferia metropolitana. A complexidade das ações e inter-relações estabelecidas pelos agentes sociais que passaram a atuar no mercado imobiliário em Belém, a partir desse contexto, está intimamente ligada à noção do espaço-mercadoria, que ganha novas proporções, assentada na perspectiva da cidade como negócio (Santos, 2012; Carlos, 2018). Dessa maneira, tem-se a produção de novas centralidades, ligadas às atividades comerciais e de serviços e associadas à intensa atuação do mercado imobiliário, que promove alterações na dinâmica e estruturação do espaço urbano, especialmente

na periferia metropolitana, fazendo com que esta se constitua como algo mutante ou em constante transformação de sua forma-conteúdo.

Neste contexto se desenvolve o terceiro ciclo de produção da moradia popular em Belém, marcado pela diversidade, descontinuidade e complexidade da política habitacional brasileira. Após o período de transferência do *know how* da política habitacional à Caixa Econômica Federal (CEF), no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram estabelecidos parâmetros para a articulação de uma política habitacional que pudesse atender aos mais variados públicos.

Pautado na Constituição Federal de 1998, que buscava dar autonomia aos estados, FHC fez a reforma da política habitacional, ficando os estados responsáveis pela captação de recursos federais, bem como a gestão dos projetos e a facilitação do “diálogo” entre as parcerias público-privadas, facilitando a construção de habitações de interesse social (HIS), ainda que estas passassem a ficar subordinadas ao capital privado (Shimbo, 2010). Resumidamente, pode-se afirmar, que, como consequência da política de FHC é criado o Sistema Financeiro Imobiliário em substituição ao Sistema Financeiro de Habitação. Durante esse período também foi estabelecido o Programa Apoio à Produção, que focava no financiamento direto ao produtor privado, acessando, inclusive, recursos públicos, como do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Para a moradia popular ou de interesse social são lançados programas sociais, como o Pró-Moradia e o Habitar Brasil, sendo ambos financiados com recursos vindos do FGTS e, pioneiramente, do Orçamento Geral da União (OGU). Esses programas não visavam a construção de novas unidades habitacionais (ainda que pudesse acontecer), sendo prioritária a destinação dos recursos para a recuperação de áreas precárias ou de risco ambiental, onde a habitação fosse realizada de forma inapropriada, permanecendo o atendimento à famílias com renda de até três salários mínimos.

Com a criação do Ministério das Cidades (MC), em 2003, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, tenta-se preencher a lacuna institucional de integração das políticas nacionais relacionadas ao território e às áreas urbanas, abrangendo habitação, saneamento e transporte urbano. O Ministério das Cidades passa a ser responsável por coordenar diversos programas habitacionais, utilizando fontes de recursos como FGTS, Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de

Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Embora responsável pela gestão da política habitacional, a eficácia do MC foi limitada, devido à forte influência da Caixa Econômica Federal, que, subordinada ao Ministério da Fazenda, continuou exercendo um papel significativo na execução dos programas e na administração dos recursos do FGTS.

A partir da atuação do Ministério das Cidades é implantada a Política Nacional de Habitação (PNH), entrando em vigor dois subsistemas de financiamento habitacional, o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado, o primeiro visando garantir que os recursos públicos fossem destinados exclusivamente para a população de baixa renda e subsidiado com recursos governamentais, já o segundo, atuando com o objetivo reorganizar o mercado privado de habitação, garantindo a captação de recursos e a inserção de novos agentes, capitalizando os recursos de caráter especulativo (entrada das empreiteiras na bolsa de valores) e de capital aberto, buscando, em ambos, não cometer erros de planos e políticas anteriores.

Consoante ao Ministério das Cidades, os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV) desempenharam papéis fundamentais na política habitacional do Brasil ao longo das últimas décadas, já que ambos os programas foram lançados pelo Governo Federal com o objetivo de enfrentar o déficit habitacional e melhorar a infraestrutura urbana, especialmente para populações de baixa renda.

O PAC, lançado em 2007, visava acelerar o crescimento econômico do país através de grandes investimentos em infraestrutura, incluindo habitação, saneamento básico, transporte e energia. Dentro do PAC, a habitação foi abordada principalmente pela melhoria de infraestrutura urbana e regularização fundiária, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento habitacional com recursos vindos do OGU e da iniciativa privada, bem como da Seguridade Social.

Em decorrência desse “movimento habitacional”, em 2009, foi lançado o programa "Minha Casa, Minha Vida" com um enfoque mais direto na produção de habitação popular, e com objetivo primaz a redução do déficit habitacional no Brasil, especialmente entre famílias de baixa e média renda. O MCMV ofereceu subsídios significativos e condições de financiamento facilitadas para a compra de moradias,

beneficiando milhões de famílias. O acesso ao crédito para a “aquisição” do imóvel por parte do grupo de faixa de renda 1 provinham do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com as construtoras acessando o crédito a partir de mecanismos governamentais e sendo cobrado dos moradores do empreendimento do MCMV, assegurando a cobrança das menores taxas possíveis para essa faixa de renda.

Com isso é possível perceber que ambos os programas foram financiados por diversas fontes de recursos, incluindo o Tesouro Nacional, instituições financeiras públicas como a Caixa Econômica Federal, e parcerias com governos estaduais e municipais. O PAC contava com um orçamento amplo destinado a diferentes áreas de infraestrutura, enquanto o MCMV teve um orçamento específico para habitação, ampliando significativamente os investimentos na construção de novas unidades habitacionais.

A relação desses programas com o sistema de Habitação de Interesse Social (HIS) é direta e fundamental, uma vez que o HIS visa fornecer moradias adequadas para populações de baixa renda que, de outra forma, não teriam acesso ao mercado imobiliário formal. O PAC contribuiu para a HIS ao melhorar a infraestrutura urbana necessária para o desenvolvimento habitacional, enquanto o PMCMV focou na produção massiva de unidades habitacionais acessíveis.

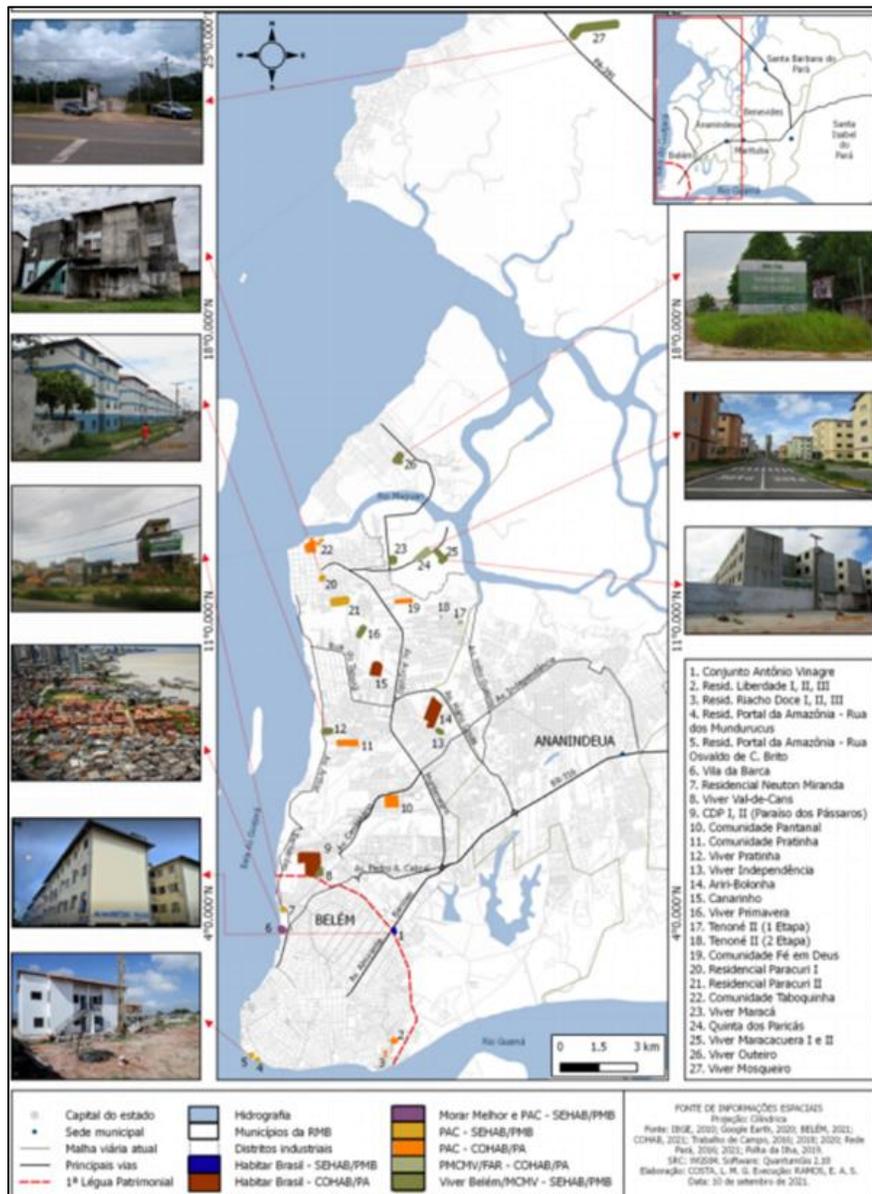
A implementação do PMCMV, em particular, trouxe uma nova dinâmica ao sistema de HIS, incentivando a participação de construtoras e incorporadoras privadas na produção de habitação popular, resultando em uma ampla oferta de moradias, muitas vezes em áreas previamente desassistidas, destinando a locais mais distantes a construção dessas moradias, remodelando a cidade a partir da vontade da construtora ou do planejamento urbano do estado ou município.

Os programas PAC e "Minha Casa, Minha Vida" são instrumentos essenciais na política habitacional brasileira, com objetivos claros, entre eles, de reduzir o déficit habitacional e estimular a melhoria das condições de vida das populações de baixa renda. Suas fontes de recursos e a integração com o sistema de HIS foram vitais para o sucesso na produção de habitação popular, contribuindo para a transformação do panorama urbano e social no Brasil.

No Mapa 2 consta a representação dos espaços de moradia popular da cidade de Belém que passaram por melhorias urbanas ou foram implantados a partir dos programas e projetos ligados à política

pública habitacional no período situado entre 1997 e 2021, incluindo a produção oriunda do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1.

Mapa 2. Belém. Produção da moradia popular por política pública e agente promotor. 1998-2021



Fonte: Costa, 2021, p. 219.

A representação cartográfica é resultante de levantamento feito durante os anos 2020 e 2021 junto à Secretaria de Habitação de Belém (SEHAB) e à Companhia de Habitação do Pará, de acordo com os dados coletados foi possível identificar apenas cinco projetos ligados aos programas Habitar Brasil, Pró-Moradia e Morar Melhor, sendo todos desenvolvidos pela COHAB-PA e incluídos na modalidade de implantação de “infraestrutura em novos loteamentos e áreas invadidas e cesta de material de construção” (PARÁ, 2019).

Os demais projetos, vinte e dois no total, estão ligados ao PAC (12 projetos), sendo cinco administrados pela SEHAB e seis pela COHAB e PMCMV, com 10 projetos, todos administrados pela SEHAB. Muitos desses projetos passaram nos últimos anos por longos períodos de paralisação das obras, suspensão de recursos, entrega parcial, saques e ocupação por parte de movimentos sociais que reivindicam o direito à moradia urbana. A exemplo, em 2021, metade dos residenciais do PMCMV estavam com obras paralisadas ou mesmo abandonadas, as entregas foram retomadas em 2022, estando alguns residenciais, como o Viver Outeiro, Viver Pratinha e Viver Val-de-Cans, ainda em fase de construção ou acabamento.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) avaliou o PMCMV, fazendo uma análise a partir dos 20 municípios mais populosos do país. Segundo o Instituto, há três tipos de situação atendidas pelo programa MCMV, sendo elas: I) famílias que residem em locais considerados como déficit habitacional; II) famílias que moram em condições inadequadas, mas cuja situação pode ser resolvida com reformas; III) pessoas que não se enquadram nas duas categorias anteriores, mas que planejam formar uma família no futuro, considerando uma demanda demográfica futura.

Uma das principais complicações apontadas pelo IPEA entre o déficit habitacional e as Unidades Habitacionais (UHs) ofertadas é a localização distante dos centros urbanos, devido ao preço mais baixo dos terrenos nessas áreas, gerando alguns problemas, sendo apontados como os principais: a distância dos centros urbanos; a falta de infraestrutura; o afastamento de postos de saúde e escolas e a baixa acessibilidade, marcada pela dificuldade no acesso ao transporte público. Segundo o IPEA, os empreendimentos do PMCMV em Belém são um dos mais afetados por esse distanciamento, o que denota o expressivo processo de periferação da moradia em Belém.

Como pode ser verificado no Mapa 2, uma característica comum da produção da moradia popular na metrópole Belém é a distribuição dispersa dos projetos implementados. Essa distribuição se justifica pelo fato de muitos projetos serem voltados para a melhoria das condições habitacionais de assentamentos precários, portanto, foram desenvolvidos em territórios populares já em processo de consolidação da ocupação.

Destaca-se ainda a produção da moradia popular na porção norte da cidade, em direção aos distritos de Icoaraci e Outeiro, onde se destaca com a implantação tanto de conjuntos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como de conjuntos do PMCMV, sendo eles: Viver Maracá, Viver Maracacuera I e II, Tenoné I e II e Viver Outeiro e Quinta dos Paricás. Esse dado confirma a continuidade e o reforço do padrão locacional periférico da moradia popular em Belém, resultante tanto da produção formal quanto informal da moradia, a qual tem se intensificado nos distritos insulares, como os distritos de Outeiro e Mosqueiro.

Cabe ressaltar que, pela primeira vez, registra-se a implantação de um conjunto habitacional na Avenida Arthur Bernardes, o Viver Pratinha, que junto com o Conjunto Pratinha (PAC COHAB) compõem as únicas intervenções formais da produção da moradia popular, num espaço marcado por elevado adensamento populacional, produção informal da moradia e precariedade em infraestrutura urbana.

Para destinar de forma correta as habitações, o governo passou a selecionar utilizando critérios baseados nas informações do CadÚnico, tendo em vista que é um instrumento que identifica famílias de baixa renda que provavelmente estão em situação de déficit habitacional. No quesito de famílias que viviam no déficit habitacional antes do sorteio do Programa, Belém é a líder com 52,13%, e, coincidentemente, foi o município com mais inscritos no CadÚnico com 36%. Essa estratégia ajudou a aproximar o público-alvo do programa, garantindo que os recursos fossem direcionados para as famílias que mais necessitavam.

Como exposto por Santos (2012, p. 135), a segmentação do espaço urbano expressa uma seletividade que é planejada e o valor de cada fração do espaço “é, na realidade, imposto pela fração da sociedade e da economia que dispõe de poder para indicar uma determinada escolha dos equipamentos a instalar, e também para indicar qual a melhor distribuição desse Capital fixo no território”. Desta feita,

considera-se que a produção capitalista-financeirizada do espaço urbano e da moradia popular em Belém expressam uma dinâmica socioespacial mais ampla, que é o de diferenciação socioespacial e de injustiça espacial, cujo ponto basilar é o acesso diferenciado e desigual à localização e à infraestrutura urbana.

Considerações finais

A definição dos três ciclos da produção da habitação popular em Belém permite verificar como a produção capitalista da habitação tem contribuído para fortalecer processos de segregação e de desigualdade socioespaciais. A intrínseca relação estabelecida entre o Estado e o mercado imobiliário tem resultado em processos cada vez mais acentuados de expansão do tecido urbano e de afastamento da moradia popular das áreas centrais. A produção de novas centralidades, assentado no consumo e na valorização imobiliária de áreas da periferia imediata e da periferia metropolitana tem contribuído para o fortalecimento do acesso diferenciado e desigual à localização e à infraestrutura urbana da cidade.

Como exposto, a autoprodução da moradia em áreas desvalorizadas, próximas ao centro, assinala a primeira fase ou ciclo da produção da habitação popular nesta capital, contudo, o ciclo seguinte, datado a partir da implantação da política habitacional do BNH, contribuiu em grande medida para a “produção de moradia sem cidade” (ROLNIK, 2015), num processo concomitante de reforço da dicotomia centro-periferia e ampliação da produção dispersa e fragmentada da metrópole (LIMA, 2003). Desta feita, a forma segmentada de produzir moradia, num contexto de ausência de condições de infraestrutura urbana, se constituiu como elemento fundamental do processo de expansão-concentração que caracterizou a produção dispersa do espaço metropolitano a partir da segunda metade do século XX.

Tal processo se intensifica e complexifica neste primeiro quartel do século XXI e, sob égide do terceiro ciclo de produção da habitação popular, verifica-se que a organização socioespacial da metrópole Belém, tem sido marcada pelo controle do solo urbano por parte dos grandes proprietários fundiários; avanço do mercado imobiliário voltado aos segmentos de média-alta e alta renda e pelo estabelecimento de obstáculos para provisão de moradia popular, distanciando-se cada vez mais a população de baixa renda das áreas centrais e sujeitando-a à

condições precárias de habitação, de acessibilidade e de mobilidade na metrópole.

Referências

AALBERS, M. B; CHRISTOPHERS, B. A habitação no centro da economia política. **Cidades** [online] 38|2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/1193>, acesso: 07/11/2020.

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? Belém: UFPA/CFCH/NAEA, 1989.

ABREU, P. V. L. **A morfologia do plano de expansão da cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2016.

ABREU, P. V. L.; LIMA, J. J. F.; FISCHER, L. R. C. Aforar, arrumar e alinhar: a atuação da Câmara Municipal de Belém na configuração urbano-fundiária da cidade durante o século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018, p. 1-55.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. ISBN 978-85-7982-055-7.

BECKER, B. **Geopolítica na virada do III milênio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARLOS, A. F.. A tragédia urbana. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 43-63.

CORRÊA, R. L. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online, v. 20, n. 1, p. 10-33, jan./abr., 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111752>. Acesso em fevereiro, 2021.

COSTA, L. M. G. **Metropolização e produção da moradia**: uma análise das novas (velhas) condições do habitar e do morar na metrópole Belém. 2021. 263f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Panorama Cidades, 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das relações de produção**. Tradução Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. Cadernos o Homem e a Sociedade.

LIMA, J. J. Segregação socioespacial e forma urbana. Belém no final dos anos 1990. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 147-170.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de ; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p.169-181.

MOURÃO, L. **O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980)**: a luta pela terra de morar ou de especular. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 1987.

PARÁ. COMPANHIA DE HABITAÇÃO (COHAB). Programas habitacionais e empreendimentos na Região de Integração do Guamá. Relatório de gestão 2019. Belém: COHAB. Arquivo em pdf.

PORANGABA, A. T. A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela política nacional de habitação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, e202038, 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-6124-8013>. Acesso em: 17/11/2024.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RODRIGUES, E. J. **Banidos da cidade e unidos na condição:** Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, R. M.; LIMA, J. J. F.; PONTE, J. P. X.; BARROS, N. S.; LOPES, R. S. N. Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. **Anais do XV ANPUR**, v.15, n. 1, 2013, 17p. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/issue/view/1>. Acesso em: 15/07/2024.

ROLNIK. R. **A guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, ano III, n. 4, jan.-jun./1998, p. 39-53.

SARGES, M. N. **Belém:** riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, O. T. Sobre a dispersão metropolitana: considerações sobre as mudanças na forma metropolitana. **Espaço e Economia**, 11, 2017, ano VI. 17p. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3077>, acesso em 24/02/2020.

SILVA, R. L.; FERNANDES, P. C.; MIRANDA, V. C. C. (Orgs). 4 ed. Rev. Aum. Belém da Saudade: a memória da Belém do início do século XX em cartões-postais. Belém: SECULT, 2014.

SOARES, K. G. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Artes, 2012.

TRINDADE JR., S. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

VENTURA NETO, R. S. **Circuito imobiliário e a cidade**: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2012.

VENTURA NETO, R. S. Capital incorporador e ciclos imobiliários em Belém. **Cadernos MetrÓpole.**, São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 199-224, jan/abr 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5308>. Acesso em: 15/03/2024

Urbanização e vulnerabilidade socioespacial: resistências urbanas e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA

Gilmara Oliveira da Silva

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Introdução

A urbanização se faz presente desde tempos remotos, contudo, é na Idade Moderna, com advento da industrialização, com novos ritmos e dinâmicas ditadas pela produção em larga escala e consumo, que o processo de urbanização se intensificou e ganhou reforço com a transformação da terra em mercadoria. A terra, cuja importância era definida a partir das condições de localização e do valor de uso, passa a adquirir valor de troca, compondo-se elemento essencial à reprodução do capital industrial (Sposito, 2020).

Dinâmicas socioeconômicas associadas à expansão da industrialização, a mecanização do campo, o incremento do fluxo migratório rural-urbano e o crescimento da aglomeração em áreas urbanas provocaram mudanças no modo de morar da população, que sem acesso às áreas mais infraestruturadas da cidade, inseriram-se nos espaços urbanos de forma precária, por meio das autoconstruções e loteamentos irregulares, fazendo com que a questão da habitação se tornasse um problema intrinsecamente atrelado ao processo de urbanização (Monteiro e Veras, 2017).

Como exposto por Costa e Santos (2020), no Brasil o século XX correspondeu ao período de desenvolvimento da urbanização extensiva. Na escala intraurbana, fatores como: a concentração de capital, criação de grandes conglomerados empresariais, produção em grande escala e a evolução dos meios de transporte, fizeram com que os parques industriais se deslocassem para as periferias da cidade ou mesmo para fora dela, promovendo um processo de ampliação e

dispersão da dinâmica urbano-metropolitana. A dispersão metropolitana se assenta na formação de novas centralidades e na expansão de loteamentos em áreas periféricas distanciadas dos centros urbanos.

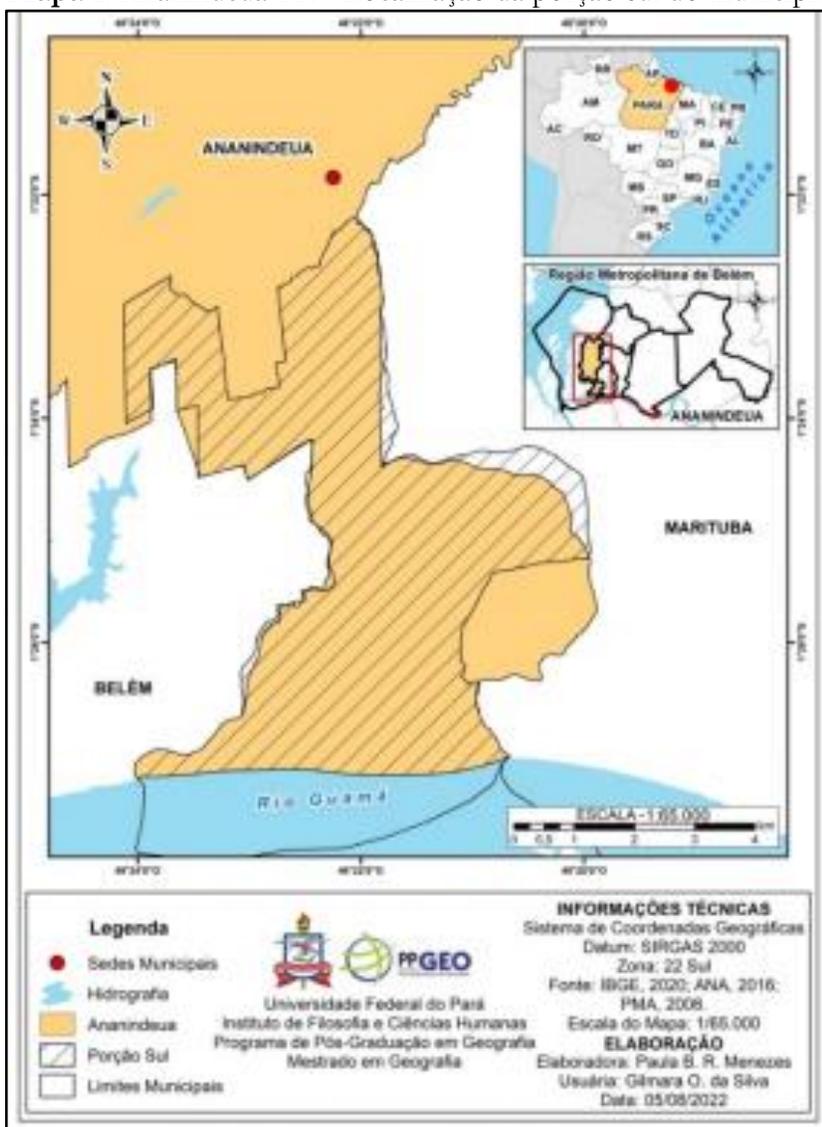
Costa e Santos (2020) ratificam que no segundo quartel do século XX a Amazônia teve ampliada suas conexões nos meios de transportes e comunicações, vivenciando um ciclo de urbanização sem precedentes, que ocorreu em paralelo com a intensificação brutal dos conflitos sociais em torno da posse fundiária e da exploração dos recursos naturais da região. Os processos de expansão e dispersão estão no cerne da dinâmica metropolitana de Belém tendo-se acentuado a partir das últimas décadas do século XX, apresentando como um de seus principais expoentes, o acelerado crescimento urbano de Ananindeua, segunda maior cidade da Região Metropolitana de Belém (RMB). Nesse artigo, busca-se analisar os efeitos da urbanização e da reestruturação metropolitana nas condições de moradia e nas práticas socioespaciais dos moradores da porção sul da cidade de Ananindeua, a partir dos anos de 2000.

Na organização do texto, esta introdução é sequenciada por uma abordagem do locus e metodologia de pesquisa. Posteriormente, em quatro outras seções, abordam-se os elementos teórico-conceituais sobre a questão da moradia; seguido das dinâmicas ligadas ao espaço da moradia na porção sul de Ananindeua; bem como, a relação estabelecida entre regularização da terra urbana, desigualdade socioespacial e as práticas de resistência urbana das comunidades locais. Em seu fechamento, são tecidas considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

Sobre o lócus e a metodologia de pesquisa

Ananindeua é um município pertencente à mesorregião metropolitana de Belém. A sede municipal situa-se nas seguintes coordenadas geográficas: 01° 21' 58" de latitude sul e 48° 22' 22" de longitude oeste de Greenwich. Como parte integrante e segundo maior município da Região Metropolitana de Belém (RMB), limita-se ao Norte e a Oeste com o município de Belém; ao Sul, com o Rio Guamá e ao Leste com o município de Marituba (Pará, 2009). No Mapa 1, podemos visualizar o município de Ananindeua e a sua porção sul, área de estudo deste artigo.

Mapa 1: Ananindeua-PA - Localização da porção sul do município



Fonte: IBGE, 2020, ANA, 2016, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

A pesquisa defende a ideia de que os processos de expansão urbana e reestruturação metropolitana de Ananindeua vem contribuindo para a intensificação de diferenciações e aprofundamento de desigualdades socioespaciais expressos nas paisagens urbano-rurais, nas novas configurações territoriais, bem como, em processos de

resistência urbana e lutas dos moradores do lugar pelo direito aos espaços de moradia e reprodução social. O referido trabalho se justifica do ponto de vista teórico e metodológico, pela necessidade de se entender as novas dinâmicas territoriais, de infraestrutura e moradia, a partir da expansão urbana presente na porção Sul de Ananindeua-PA. De um ponto de vista teórico-prático este trabalho tem a relevância de contribuir para subsidiar as ações públicas e para a construção de pensar o direito ao território.

A pesquisa utiliza como abordagem metodológica, a teoria urbana crítica (Brenner, 2018), pois foca no movimento de contradições associadas aos processos de produção desigual do espaço urbano. Como procedimentos metodológicos foi feito um levantamento e análise bibliográfica onde foram utilizadas bibliografias de autores como Santos (1999), Corrêa (2004) e Brenner (2018). Os respectivos autores supracitados abordaram a questão da urbanização, em suas especificidades. Realizamos levantamento e análise bibliográfica de livros, periódicos, dissertações e teses, levantamento e análise documental do plano diagnóstico e do diretor do município de Ananindeua.

Foram realizadas observações sistemáticas, onde tivemos a oportunidade de conhecer algumas formas de moradia da porção sul de Ananindeua, ouvir líderes comunitários e fazer os registros fotográficos. Em virtude do período pandêmico também adotamos o questionário como recurso metodológico. A pesquisa fez uso da produção cartográfica tendo como bases os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (1985, 2020).

1. Espaços da Urbanização: noções e elementos para pensar a moradia

O espaço geográfico é constituído pela indissociabilidade entre sistema de objetos e sistemas de ações, que interagem (Santos, 2006). De um lado, os sistemas de objetos que condicionam a forma como se dão as ações, e de outro o sistema de ações que leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos pré-existentes. Dessa maneira, o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação (Santos, 2006). Ao seu modo, Corrêa (2004) ressalta que o espaço urbano é um produto social

resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. As ações desses agentes derivam da dinâmica da acumulação do capital, da reprodução das relações sociais e dos conflitos que elas geram (Corrêa, 2004).

A complexidade das ações dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial, densificação de uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (Corrêa, 2004). Ainda segundo o referido autor, os agentes que fazem e refazem a cidade são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista. No estágio atual do capitalismo, o capital industrial, financeiro e imobiliário, compram, especulam, financiam e produzem espaço urbano (Corrêa, 2004).

Estas práticas neoliberais, ou ainda poderíamos pensar, esta *gestão neoliberal do território*, acabam por tornar a sociedade, em suas atividades e necessidades mais triviais, vulnerável ao interesse de grandes empresas (Pereira, 2007). Já o termo vulnerabilidade, está associado à exposição aos riscos e susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestrutura, mobilidade espacial, processos decisórios, controle do mercado das localizações, assim como fatores subjetivos (Acserald, 2006).

Assim, entender a organização do espaço na contemporaneidade, nos remete ao processo de urbanização extensiva, que se refere ao estágio de organização espacial onde o capitalismo industrial se estabelece dentro da cidade e controla toda a sua região de influência (Monte-Mor, 1996). Essa extensão da urbanização, dá-se de forma difusa e contígua, sem que haja continuidade física, estendendo-se para além do ambiente construído. Tornar urbano/urbanizar implica em inserir, pela ação dos homens, algo no espaço que antes não existia (Limonad, 2005).

A urbanização extensiva, vai além das geografias de urbanização concentradas, compreendidas como produto de formações históricas da organização territorial urbana, ela denota a produção e reorganização permanente das paisagens, cada vez mais vastas- incluindo as

infraestruturas aí instaladas, logísticas e comunicação, que sirvam de apoio a dinâmica econômica das aglomerações espaciais (Brenner, 2018).

Por sua vez, o termo habitação é, direta ou indiretamente, fruto desse processo de produção capitalista, que tem como base de sua lucratividade a apropriação da produção habitacional especulativa e da infraestrutura no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Produção essa, que tende a privilegiar apenas um pequeno grupo social, que detém um maior poder aquisitivo, em detrimento das camadas populares, que se inserem no solo urbano, a partir dos processos de favelização, encortçamento e periferização, onde prevalecem as precárias condições de moradia. (Cardoso, 2021).

Ocupar estrategicamente o espaço urbano tem sido, diante da falta de moradia, uma busca por formas alternativas de contra-racionalidade, face ao modelo dominante de produção da moradia (Rizzati, 2014). As contra-racionalidades, outras racionalidades constituem ações que buscam resistir à racionalidade hegemônica neoliberal capitalista (Santos, 2006; Santos, 2020). com efeito, a luta pela moradia perpassa pelo direito ao território, acesso à infraestrutura, com a implantação e a resistência aos processos de implementação de obras urbanas. (Motta, 2011).

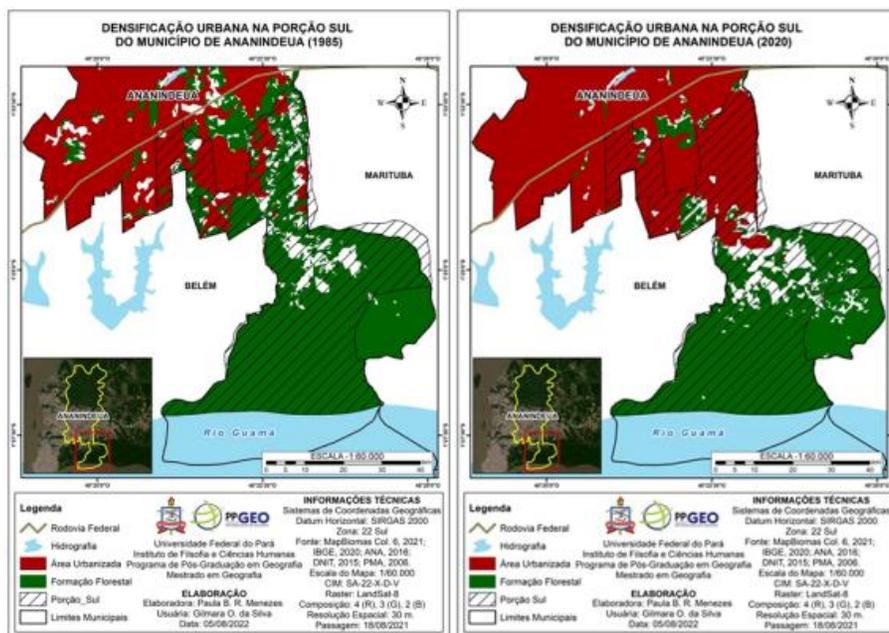
2. Dinâmicas urbanas e infraestrutura nos espaços de moradia na porção sul de Ananindeua-PA

A urbanização do território amazônico, fortemente induzida pelo Estado, a estruturação urbana e estruturação da cidade constituem determinações processuais que exerceram importância decisiva na reconfiguração das formas-conteúdo na escala da cidade de Ananindeua, sobretudo a partir dos anos de 1970 e 1980 (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018). Dentro dessa perspectiva, Rodrigues e Rodrigues (2021) apontam que os respectivos processos impulsionaram fluxos demográficos, dinâmicas econômicas e espaciais, contribuindo para a ampliação da divisão social desigual do espaço da cidade, para mudanças aceleradas nas estruturas urbanas.

Como expressão destes elementos supracitados, a esse respeito, o mapa 2 permite ilustrar a densificação da forma urbana na porção sul do município de Ananindeua entre os anos de 1985 a 2020, com o

crescimento da área urbanizada e a redução da cobertura florestal. No Mapa 2, podemos visualizar a densificação da forma urbana entre os anos de 1985 a 2020.

Mapa 2: Ananindeua-PA - Densificação urbana na porção sul do município. 1985



Fonte: Mapbiomas, 2021, IBGE, 2020, ANA 2016, DNIT, 2015, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

Também podemos visualizar a densificação demográfica urbana através do crescimento populacional que se instaurou com a formação dos bairros Águas Lindas, Júlia Seffer, Águas Brancas e Aurá, no Sul ananindeunense, que data dos anos de 1970 e 1980, segundo Santos e Nogueira (2020). Na Tabela 1, os dados do IBGE (2000, 2010, 2021) permite ilustrar uma estimativa do crescimento populacional dos bairros no ano de 2021, baseados nos dados de Sirotheau (2012).

Tabela 1: Ananindeua-PA - População dos bairros da porção sul.
2000-2021

| BAIRROS | 2000 | 2010 | 2021 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| Águas Lindas | 14.500 | 21.818 | 28.204 |
| Júlia Sefer | 9.000 | 11.147 | 13.021 |
| Águas Brancas | 8.800 | 12.149 | 15.072 |
| Aurá | 9.700 | 16.574 | 22.573 |

Fonte: IBGE (2000,2010 e 2021). Sirotheau (2012) e estimativa de 2021.

Os bairros da porção sul de Ananindeua, possuem inúmeras vulnerabilidades socioespaciais desde a formas precárias de morar, assim como infraestrutura inadequada, como podemos observar na fala dos membros da ASMOJE (Associação de moradores Moara e Jerusalém) no bairro de Águas Lindas. Onde uma das principais reclamações está relacionada à falta de assistência do poder público para com a comunidade do bairro, dentre elas a falta de saneamento básico, a falta de água encanada.

“O bairro de Águas Lindas está cercado de lixo. Os moradores convivem com muita insalubridade, só depois de 40 anos que está chegando água potável. Na pandemia se tornou ainda muito mais difícil, e precisamos estar ainda mais na luta.” (Senhor M.S, 2022).

“O abastecimento de água ainda é poço artesiano. Por conta do chorume do lixão nossa água tem um cheiro e gosto diferente. A chegada das tubulações, como vocês podem ver, não é porque o poder público é bonzinho, como aparece na mídia, mas sim é fruto de muita luta da comunidade, pois quando precisa fechamos a entrada do lixão, vamos pra mídia, etc. Ainda tem a briga por quem é responsável pelas políticas públicas para o bairro, já que do lado daqui (associação) é Ananindeua e do lado de lá é Belém”. (Senhor J.M., 2022).

Os Bairros de Águas Lindas, Águas Brancas e Aurá, também apresentam um intenso crescimento de condomínios residenciais privados e públicos pelos programas do Governo Federal que detém de uma boa infraestrutura e que são habitados pela classe média a alta, destacando o que Cardoso (2021) nos diz sobre a produção de moradia para um pequeno grupo social com melhores condições de infraestrutura em detrimento de outros grupos que lutam pela sobrevivência no espaço urbano.

As margens do igarapé ou canal das Toras, que liga o bairro de Águas Lindas ao Aurá, destaca-se a segregação e desigualdade socioespacial representada pelos condomínios fechados ao lado de ocupações autoconstruídas. Na Foto 1, temos o canal das Toras, com o condomínio Juscelino Kubitschek ao fundo e a crescente ocupação urbana às margens de seu curso.

Foto 1: Canal das Toras



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Podemos perceber o mercado imobiliário se apropriando cada vez mais das áreas do sul de Ananindeua, para a construção de condomínios nos bairros já mencionados, sobretudo o bairro de Águas Brancas e Aurá. Essa produção desigual do espaço na porção sul da cidade de Ananindeua, pode ser evidenciada também na fala do

morador V.N. há 21 anos, no conjunto Girassol, área de maior extensão do bairro de Águas Brancas:

Moro desde 2002 no bairro, no começo era loteamento, as pessoas compravam terrenos e faziam suas casas, uma casa distante da outra, tinha muita vegetação e aos poucos foi aumentando a população, aí já vieram os empresários, que compraram terrenos para construir condomínios. O bairro melhorou um pouco, mas ainda falta muitas melhorias, temos posto de saúde, mas não possui médicos o suficiente para atender a população, é importante manter as ruas, aumentar os ônibus para termos mais acesso a outros lugares, pois só temos uma opção para o centro da cidade.(V.N., 2022).

No Bairro do Aurá, podemos identificar a crescente presença dos condomínios habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, em uma de suas vias principais, a Rua Santana do Aurá. Na foto 2, vemos o Residencial Portal do Aurá e o condomínio horizontal conjunto habitacional Ananin. Nas proximidades também ocorre a crescente presença de ocupações irregulares com condições de moradia improvisadas e infraestrutura incipiente.

Foto 2: Bairro do Aurá.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Foto 3: Bairro Júlia Seffer



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Dentre os bairros da porção sul de Ananindeua, temos uma peculiaridade, no que se refere às morfologias do tecido urbano, pensadas a partir de políticas nacionais de habitação implementadas pelo Governo Federal (Pellato, 2010). Trata-se do bairro Júlia Seffer¹⁰, onde o governo construiu um conjunto habitacional que teve infraestrutura e metas de ordenamento territorial urbano específicas para a comunidade local. Em trabalho de campo, pudemos observar um ordenamento de arruamento e das casas, que dispõem de terrenos extensos, com ruas largas, com calçadas e canteiros, além de uma intensa arborização, com a presença de bosques como o Marajoara e o Uirapuru (ver Foto 3).

O respectivo bairro detém inúmeros serviços como posto de saúde, escola e mesmo mercados de médio porte, demonstrando uma prática de gestão planejada para o bairro. Também podemos perceber

¹⁰. O conjunto Júlia Seffer data do ano de 1984, com uma peculiaridade que até hoje se discute, inclusive pela prefeitura, que ora o vê como uma área do bairro de Águas Lindas e por outra como um bairro independente, Santos e Nogueira (2020) com base no decreto N°15.163/2012 (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-PMDRS) o colocam como bairro.

esse planejamento a partir da fala do morador L.N., morador desde 1985:

As casas são de alvenaria (conjunto da COHAB) bem estruturadas, com terrenos regulares, com bastante espaçamento entre elas, as ruas (a princípio sem asfalto, mas já retilíneas) interligadas. Com bastante vegetação, inclusive o conjunto possui dois bosques. Logo no início não tinha o fornecimento regular de água, faltava bastante e tínhamos que fazer o armazenamento em baldes, ou quem pudesse tinha poço artesiano. Mas a distribuição de água sempre foi feita pela associação do conjunto (ACHAJUS). Acredito que tem uns 30 anos que água chega nas residências. Água encanada de qualidade excelente. Sempre houve coleta regular de lixo pelos carros de lixo da prefeitura em dias certos, quanto à saúde sempre fui bem atendida no posto de saúde do bairro, mas que ainda pode ser melhorado e expandido. (L.N., 2022).

Na porção Sul da cidade de Ananindeua temos também o refúgio de vida silvestre da metrópole da Amazônia- REVISMA e o território remanescente quilombola do Abacatal que ocupa o espaço a mais de 300 anos e que constantemente tem sido atingido pelo avanço da urbanização. Contudo, a referida comunidade quilombola tem promovido processos de lutas e resistências urbanas pelo direito ao seu território em face do avanço da urbanização e expansão do mercado de terras (Marin e Castro, 2004).

Segundo Marin e Castro (2004), o Quilombo do Abacatal não é um bairro, área suburbana ou qualquer outro tipo de espaço do município de Ananindeua, como os conjuntos habitacionais ou as denominadas invasões. A população de Abacatal dedica-se à agricultura e decide o que cultivar de forma autônoma. A agricultura permite-lhe obter a subsistência e estabelecer relações econômicas, sociais e políticas com a cidade, o Estado e outros grupos sociais. É importante frisar que a porção sul de Ananindeua, juntamente com a porção norte do município, são áreas de expansão urbana muito cobiçadas pelos capitais comerciais, industriais, imobiliários e financeiros, uma vez que, a parte central do respectivo município encontra-se fortemente incorporada ao tecido metropolitano e aos ditames de dinâmicas de reprodução capitalista em seus eixos estruturantes, como resultado do processo de

reestruturação urbana e reestruturação da cidade (Rodrigues e Rodrigues, 2021).

3. Produção da moradia e desigualdades socioespaciais

A produção do espaço urbano como resultado de múltiplas determinações, revela sua fase no atual estágio do neoliberalismo, da globalização financeira do capital e da atuação do Estado. A produção de moradia tem se constituído em mercadoria importante para os interesses do capital, em detrimento de sua condição e função social (Pereira, 2007). Neste sentido, os capitais rentistas, imobiliários, financeirizados têm penetrado com grande força em espaços urbanos e rurais, contribuindo para a valorização do solo, para a constituição de um mercado de terras, bem como, para conflitos fundiários, luta e resistências pelo direito ao território (Pereira, 2007).

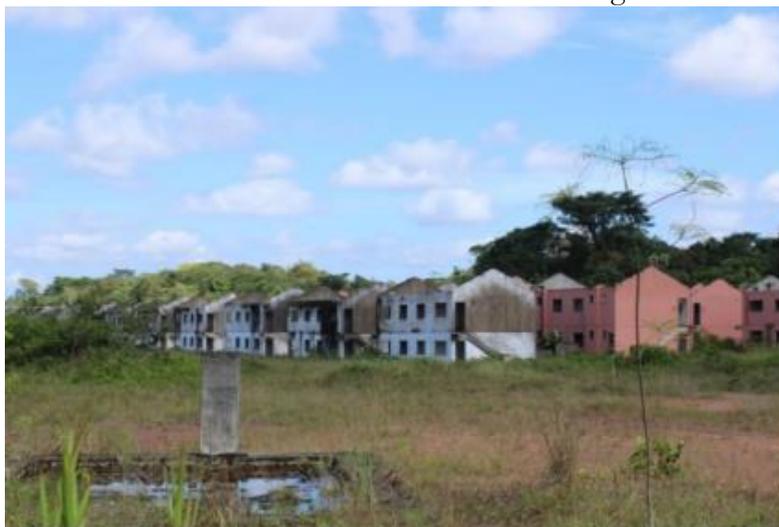
Na escala da cidade de Ananindeua, a sua porção Sul vem apresentando um elevado crescimento da construção de conjuntos habitacionais, inclusive ultrapassando os limites dos territórios de preservação ambiental. A porção sul do território do município de Ananindeua juntamente com as áreas insulares do Norte, são os poucos espaços que ainda contém áreas para expansão urbana. Entretanto o plano diretor urbano (PDU) de Ananindeua através do seu macrozoneamento urbano delimita e direciona essa expansão da cidade em algumas áreas (Acevedo e Sabino, 2018).

Acevedo e Sabino (2018) acrescentam que na porção sul do município vem ocorrendo a instalação de vários empreendimentos ligados ao programa de aceleração do crescimento 2 (PAC 2) do Governo Federal, que envolve desde 2010 o Programa Minha Casa Minha Vida. Em relação ao primeiro empreendimento no final da estrada Santana do Aurá, trata-se do Conjunto habitacional Torres do Aurá II com 500 unidades habitacionais (Trabalho de campo, 2022). Este conjunto habitacional se encontra em área de reurbanização, que conforme o plano diretor, prevê a melhoria das condições urbanas exigindo um projeto urbanístico para recuperação de áreas degradadas ambientalmente (Trabalho de campo, 2022).

Em contraponto e de maneira ilegal ao plano diretor em vigor, em seu macrozoneamento municipal, foram construídos os conjuntos Padre Pietro Gerosa com 500 unidades habitacionais em 25 torres, o

residencial Ananin com 450 unidades pelo PMCMV e Pouso do Aracanga (Foto 4) com 1.344 unidades habitacionais, situado à 500 metros da comunidade quilombola do Abacatal (Acevedo e Sabino, 2018).

Foto 4: Residencial Pouso do Aracanga



Fonte: Trabalho de campo, Grupo LAHAM, 2022.

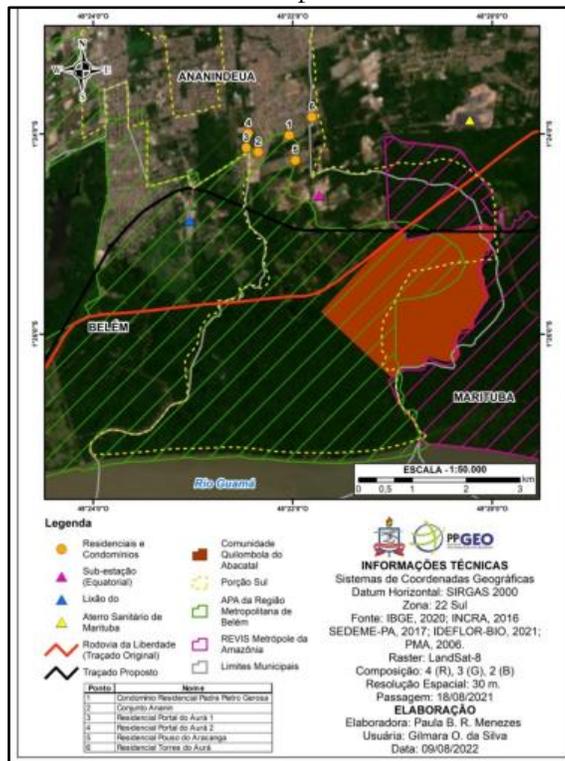
A localização desses empreendimentos imobiliários mostra a pressão dos interesses econômicos, em busca de novos mercados de terras. Terras que deveriam ser de preservação ambiental e reguladas quanto à ocupação, posto que, geram inúmeros impactos ambientais e para a saúde da comunidade quilombola que vive e luta pelo seu direito ao território. Neste contexto evidencia-se a presença e lutas da comunidade de remanescentes quilombolas do Abacatal pelo direito à cidade e ao território de existência (Marin e Castro, 2004).

No caso do Abacatal a chegada dos residenciais, além de forçar ainda mais os danos ambientais na localidade, provocou uma insegurança na posse do território quilombola, uma vez que as práticas neoliberais estimulam a propriedade privada individual diante do uso coletivo da comunidade quilombola do Abacatal. Para além da produção habitacional, outras formas de financeirização da terra estão sendo planejadas ou já em execução na porção sul de Ananindeua e que afetam diretamente a população ali existente, trata-se da subestação da

concessionária de energia elétrica de Marituba (já implantada) desde 2020 e a futura Rodovia da Liberdade (Curcino, 2021).

De acordo com Curcino (2021) a cidade que chega neste território tem sido construída sobre as bases de um ideário neoliberal que traça um caminho único de possibilidade de vida, consubstanciado na transformação do que não é mercadoria em commodity, na criação e manutenção de projetos de crescimento econômico que precarizam o ambiente, gerando desigualdade ambiental e despossessão do território como a do Abacatal. No Mapa 3, podemos identificar a construção dos conjuntos habitacionais na porção sul de Ananindeua, assim como as respectivas obras de engenharia como a subestação de energia de Marituba e o trajeto proposto para a construção da Rodovia da Liberdade.

Mapa 3: Ananindeua-PA - Avanço das obras urbanas na porção sul do município. 2022



Fonte: IBGE, 2020, INCRA, 2016, SEDEME, 2017, IDEFLOR, 2021, PMA, 2006 e Menezes, 2022.

4. Resistência urbana e luta pelo direito ao território

A expansão do mercado de terras em direção à porção Sul da cidade de Ananindeua, como resultado da urbanização capitalista, de estratégias de planejamento e gestão pública, bem como, em decorrência do avanço de agentes econômicos, vem repercutindo em conflitos e resistências urbano-rurais pelo direito ao território (Acevedo e Sabino, 2018). Notadamente, populações urbanas despossuídas de moradia, passaram a realizar ocupações nas respectivas franjas urbanas periféricas. Tais ocupações estão vinculadas ao baixo poder aquisitivo da população, ao elevado déficit habitacional na Região Metropolitana de Belém, que no ano de 2022, segundo o Boletim da Moradia e do Saneamento Básico, produzido pela FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, 2023), alcançou aproximadamente 63 mil domicílios (FAPESPA, 2023).

Foto 5: Condomínio Torres do Aurá II.



Fonte: Trabalho de campo, Grupo LAHAM, 2020.

Na porção Sul de Ananindeua podemos perceber a crescente ocupação urbana próxima aos condomínios habitacionais. Nas fotos 5 e 6 temos dois registros fotográficos das margens do condomínio Torres do Aurá II, Bairro de Águas Brancas. O registro fotográfico 5

remonta ao ano de 2020, ao passo que o registro fotográfico 6 foi efetuado no ano de 2022. Os respectivos registros da paisagem urbana permitem ilustrar o avanço do processo de ocupação nesta franja da cidade, posto que às margens deste condomínio encontram-se moradias autoconstruídas, precárias, sem saneamento básico, nem água encanada.

Foto 6: Condomínio Torres do Aurá II.



Fonte: Trabalho de campo, Grupo LAHAM, 2022.

Tais ocupações são o resultado de estratégias de resistência urbana, nas quais a população, sem poder aquisitivo para adquirir seu imóvel, acaba por ocupar vazios urbanos, construindo barracos com materiais reaproveitados e improvisados. Esse processo demonstra a luta dos sujeitos sociais pelo espaço urbano. É importante frisar que a luta em relação à moradia perpassa também pela luta pelo direito à infraestrutura. As respectivas lutas urbanas tornou-se possível em razão de processos organizativos, como a criação de associações comunitárias, para lutar por seus direitos. Assim, a luta pela moradia refere-se à reivindicação pela habitação em si, mas também pelo acesso à infraestrutura, como implantação e melhoria do saneamento, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto. (Motta, 2011).

O processo de resistência urbana pelo direito à cidade, adotado pela comunidade local e movimentos sociais urbanos, se dá através de

um conjunto de estratégias, dentre as quais, evidenciam-se as denúncias junto ao ministério público e às mídias local, regional e mesmo nacional. A esse respeito, a figura 1 constitui momento em que moradores do Bairro de Águas Lindas realizaram denúncia junto ao jornal de circulação regional, sobre a sua condição de precariedade com relação ao saneamento básico.

Figura 1: Moradores do bairro de Águas Lindas reivindicam saneamento básico



Fonte: Jornal o Liberal, 2021.

Essa luta pela moradia também perpassa pela resistência urbana aos processos de implementação de grandes projeto urbanos, destituídos de uma função social, como vem ocorrendo com a construção da “Rodovia da Liberdade”, a implantação de condomínios residenciais, dentre outras ações do poder público e privado, que levam a comunidade Quilombola do Abacatal a construir instrumentos de defesa do seu território.

A comunidade também criou um protocolo de consulta baseado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho-OIT¹¹, criado em 10 de julho de 2017, que assegura o direito de serem consultados previamente quando da instalação de projetos na comunidade.

¹¹ No Brasil o decreto N° 5.051 de 19 de abril de 2004 que promulga a convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, reconhecendo a aspiração desses povos de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida.

Vivíamos em paz, mas eis que chega o “progresso”, a urbanização que exclui, e com isso sofremos toda a sorte de mazelas e de ameaças à nossa comunidade. Nossas terras já foram invadidas, vendidas e nossas casas derrubadas. Lutamos, resistimos, vencemos. Agora nossos igarapés e o ar que respiramos estão poluídos pelo aterro sanitário (que para nós é um lixão) e pelo despejo de esgotos de condomínios. Na estrada que dá acesso à nossa comunidade tiram aterro e depositam lixo às suas margens. Estamos resistindo e não iremos ser derrotados. Agora o ataque e as ameaças só aumentam. Há previsão de diversos projetos sobre os quais nem sequer somos consultados, mas que podem atingir seriamente nosso território, como rodovias, instalação de indústrias, entre outros. Esses tipos de empreendimentos geram uma série de impactos à nossa identidade, que nos foi repassada pelos nossos ancestrais, através de memória e oralidade, e que é uma das nossas maiores riquezas. A perda da nossa cultura pode nos colocar numa situação de vulnerabilidade social, ambiental, cultural e econômica (Associação de Moradores e produtores do Abacatal e Aurá - AMPQUA, 2017).

De acordo com o protocolo de consulta, quilombolas do Abacatal/Aurá (2017), ao longo desses três séculos, a comunidade vem lutando não só pela posse da terra, mas pelo seu direito de existência, sua cultura, tradições e identidade territorial, em todas as suas nuances, pois, com o avanço do processo de urbanização, ações estruturantes do estado e a cobiça por novos mercados de terras, por parte de agentes do capital imobiliário, tem repercutido na produção e intensificação de vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais, com impactos no modo de vida das comunidades locais, expondo tais populações tradicionais aos riscos ambientais Acserald (2006), constituindo ainda, negação do direito à cidade e ao seu território de existência.

Considerações finais

A COP 30 anunciada aos quatro ventos nas narrativas do poder público, como evento desencadeador de processos de desenvolvimento urbano sustentável, para o espaço metropolitano de Belém, provoca expectativas e inquietações, posto que as grandes obras de infraestrutura urbana estão sendo realizadas em áreas consideradas centrais do espaço

urbano metropolitano de Belém. Há que se perguntar quando será a vez da periferia receber tais benefícios?

Para além das novas centralidades fortalecidas pelos pesados investimentos públicos em grandes projetos urbanos em Belém, coexistem diferenciações e desigualdades socioespaciais “de todas as espécies” na periferia do espaço metropolitano de Belém e de Ananindeua, reveladas nas paisagens urbanas, a partir da precariedade das condições de infraestrutura, do habitar periférico, da (i)mobilidade urbana, do trabalho informal, da falta de espaços de lazer.

Os elementos apresentados ao longo deste texto sugerem a necessidade de uma agenda de pesquisa, a partir de uma abordagem crítica que permita pensar em ações no sentido de inversão de prioridades da gestão pública, essenciais para a construção de uma cidade inclusiva, justa e sustentável. Para tanto, os movimentos sociais urbanos, como representantes efetivos das comunidades e seus territórios devem ter vez e voz, na construção de processos participativos decisórios na gestão urbana metropolitana.

As dinâmicas territoriais na porção sul de Ananindeua também mostram a luta da população pelo seu direito à cidade, e com ele o direito à moradia, à infraestrutura e a resistência aos processos de implementação de obras urbanas realizadas através da ação do Estado, que sem diálogo com as comunidades pré-existentes, provocam uma intensa vulnerabilidade socioespacial e negação do direito à cidade e ao território de existência.

Referências

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: FIBGE, 24 ago. 2006.

AMPUQUA. **Protocolo de consulta quilombola de Abacatal/Aurá**. Aprovado na assembleia geral no dia 10 de julho de 2017.

ANANINDEUA. Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006. **Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua**. Câmara Municipal, 2006.

BRENNER, N; Revolução Urbana. In: _____. **Espaços da Urbanização**. O urbano a partir da Teoria crítica. 1º. ed. Rio de Janeiro: letra Capital: Observatório da Metrópole, 2018, Cap.10, p. 233-260.

CARLOS, A.F.A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: **A produção do espaço urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, A.F.A., SOUZA, M.L., SPOSITO, M.E.B. (org.). 1º ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COSTA, L. M. G.; SANTOS, R. B. Metropolização, urbanização regional e periferização: como pensar a Belém metrópole. In: RIBEIRO, W. O.; BRASIL, A. P.M. S.; COSTA, F. E. V. (Orgs). **Cidades amazônicas**: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém. EDUEPA, 2020, p. 37-63.

CURCINO, T. T. A; **A sobreposição do planejamento urbano no território da comunidade quilombola do Abacatal (PA)**: a luta pela garantia da sustentabilidade da vida. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2021.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, Boletim da Moradia e do Saneamento - Pará – 2023 - Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2023.

Quilombolas protestam contra projeto de rodovia que vai atravessar área de população tradicional da RMB. G1. Belém, 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/07/01/quilombolas-protestam-contraprojeto-de-rodovia-que-vai-atravesar-area-de-populacao-tradicional-na-rmb.ghtml>.

LIMONAD, E. Entre a Urbanização e a sub-urbanização do território. **XI Encontro nacional da Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional-AMPUR**. Salvador, 23-27 de maio de 2005. Bahia-Brasil.

MARIN, R.E.A; CASTRO, E.M.R. **No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará.** Belém: NAEA/UFPA, 2º ed. 2004 (1º ed. 1999).

MARIN, R.E.A; SABINO, T. A. G. **Quilombo do Abacatal, Ananindeua, PA: Direitos territoriais e conflito socioambiental.** Informativo Projeto Nova Cartografia social da Amazônia nº17. Belém: 2015.

MAPBIOMAS. **Coleção 6 da série anual de mapas de cobertura e uso do solo no Brasil.** Disponível em: <http://maobiomas.org>> Acessado em: 21/06/2021.

MONTE-MOR, R. L. M. **Urbanização Extensiva e lógica de povoamento: um olhar ambiental.** Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

MONTEIRO, A.R; VERAS, A.I.R. **A questão habitacional no Brasil.** Mercator, Fortaleza-CE, v.16, e 16015, 2017.

OLIVEIRA, D. **Rua Carlos Prestes. No limite entre Belém e Ananindeua, está abandonada pelo poder público.** O Liberal. Belém, 27 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/ananindeua/minhacidade/rua-carlos-prestes-no-limite-entre-belem-e-ananindeua-esta-abandonada-pelo-poder-publico-1.465198>> Acessado em 30 de jun. De 2022.

PEREIRA, M. F. V. **A gestão neoliberal do território: normas e viabilidade territorial nas concessões do sistema rodoviário paulista.** Geografia, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 153-162, jan./abr. 2007.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. de C. (Re)estruturação da Cidade e as Novas Expressões de Centralidade Urbana na Cidade de Ananindeua, Amazônia Paraense. **Caminhos de Geografia,** Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 106–126, 2021. DOI: 10.14393/RCG228155203. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55203>. Acesso em: 21 dez. 2024.

POLETTI, E. R. Ordenamento territorial no Brasil e a promoção do desenvolvimento local: uma aproximação geográfica. **Ágora**, 14(1), 49-72. 2010.

PARÁ. Decreto nº1.329 de 02 de outubro de 2008. **Que institui a área de proteção ambiental da região metropolitana de Belém – APA metropolitana de Belém**. SEMAS, 2008.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. de C. (Re)estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 106–126, 2021. DOI: 10.14393/RCG228155203. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55203>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

SANTOS, G. A. N, NOGUEIRA, R. J. B. **Novos espaços habitacionais e tipologias de transporte**: notas relacionadas a casos em Ananindeua e Marituba, Pará. *Revista humanidades e inovação* v.7, nº 16 -2020.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização** - do pensamento único ao pensamento universal. 31º ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SIROTTHAU, J. L. T. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano**: o caso da comunidade do Abacatal (Pará). Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 16. Ed. São Paulo: Contexto 2020.

Moradia e desigualdade socioespacial: uma análise do PMCMV na cidade de Parauapebas-PA

Rodrigo Luciano Macedo Machado

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Rui Jorge Gama Fernandes

Introdução

O limiar do século XXI constitui momento de profundas transformações nos territórios das cidades globais, sobretudo pelo fato de a globalização ser o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (Santos, 2001). Na escala do território brasileiro há um constante processo de transformação dos territórios, como produto da urbanização induzida pelo Estado, bem como, pelo avanço da reestruturação urbana e da cidade (Sposito, 2004) conformando um mosaico de espacialidades e territorialidades urbano regionais (Rodrigues, 2015).

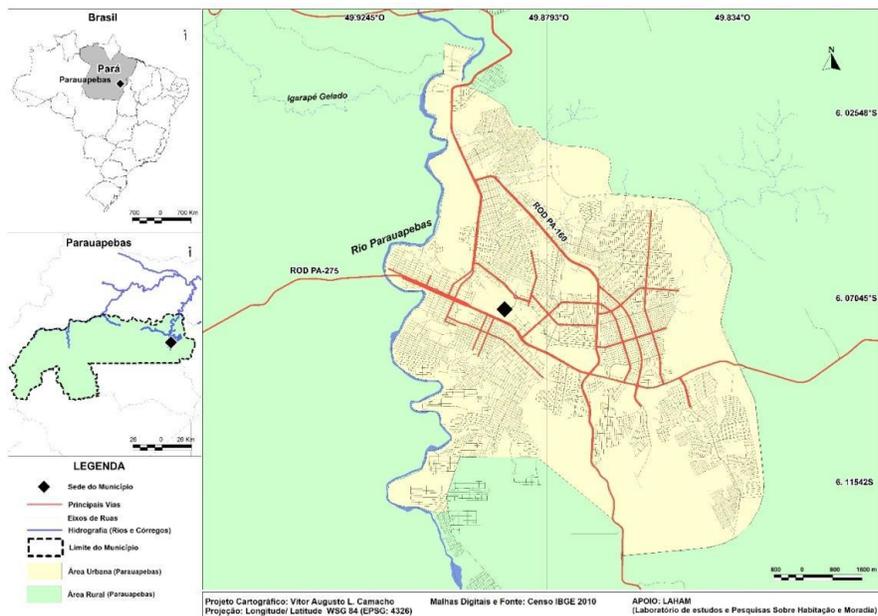
Essas transformações em regiões que abrigam grandes empreendimentos se diferenciam das outras configurações territoriais, pela presença de um grande capital articulado à escala internacional. Na escala da Amazônia brasileira, por exemplo, é comum a cidade diretamente atingida por grandes empreendimentos e sua hinterlândia, apresentar um conjunto de problemas que são articulados e dispersos com a presença do capital e dos recursos com ressonância espacial, condicionando novas territorialidades e dinâmicas econômicas dentro de um contexto do espaço urbano caótico.

Na escala do território do sudeste paraense, o município e a cidade de Parauapebas, emancipada no ano de 1988, do então município de Marabá, e que possui em seu território uma das minas de ferro mais importantes do mundo, constitui espaço cujas temporalidades e espacialidades estão vinculadas ao processo de fragmentação político territorial e de formação de um território municipal, como resultado de

ações do Estado na estruturação do território paraense. Um município criado em função da exploração minerária conduzida pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, que estabeleceu a construção de núcleos urbanos na época para abrigar seus funcionários para execução do Projeto Ferro Carajás, o mais importante projeto dentro do Programa Grande Carajás, na década de 1980, e que com suas grandes jazidas de minérios colocam o município com um dos mais importantes no setor mineral do país. Sua dinâmica econômica e urbana, foi um dos fatores da sua fragmentação territorial na criação de novos municípios desmembrados de seu território, como foi o caso de Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte, no início da década de 1990 (Palheta da Silva, 2013).

A cidade de Parauapebas, localizada na região sudeste do estado do Pará, (FIGURA 1) vem apresentando um conjunto de aceleradas mudanças socioespaciais, vinculadas a urbanização induzida pelo Estado (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018), bem como, pelas atividades mineradoras promovidas pela Companhia Vale, uma das maiores mineradoras do mundo que atua em múltiplas escalas e induz fluxos econômicos, demográficos e espaciais expressivos, elementos estes que reverberam em transformações do território desta “cidade da Mineração” assentes a formação socioespacial da Amazônia, cujas dinâmicas territoriais estavam fortemente vinculadas a ações da corporação Vale, articulando os estados do Pará e do Maranhão no seu corredor da estrada de ferro que transporta além dos minérios, pessoas o ano todo entre os dois estados promovendo novas dinâmicas econômicas e novas territorialidades no cenário rural e urbano amazônico (Palheta da Silva, 2013).

Figura 1 – Parauapebas-PA- Situação Geográfica do Município e da Cidade



Fonte: LAHAM - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Habitação e Moradia

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar como vem se configurando a relação entre urbanização e desigualdades socioespaciais na produção da moradia em Parauapebas, a partir dos anos 2000. A pesquisa em questão justifica-se pela necessidade de análise das dinâmicas urbanas desta cidade paraense, considerando o movimento de reprodução territorial da cidade e as desigualdades socioespaciais no que concerne às condições de moradia.

1. Desigualdade socioespacial: conceito, processos e escalas

Entender desigualdades socioespaciais na produção da moradia na cidade de Parauapebas no início do século XXI constitui tema controverso, posto que requer que possamos discorrer, ainda que sucintamente, acerca do que se entende por desigualdade socioespacial. A desigualdade constitui termo polissêmico, dotado de múltiplos significados de acordo com o campo de saber disciplinar.

A esse respeito, Moysés Rodrigues (2007), afirma que a desigualdade socioespacial é demonstrada pela existência de classes

sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Ainda para esta autora a desigualdade socioespacial revela-se em paisagens urbanas de cidades cuja diferenciação socioespacial na cidade, onde os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, que se destinam a população de baixa renda, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo.

Para Vila Nova (1982), a desigualdade é considerada um fenômeno universal e manifesta-se em todos os níveis da vida social, e cita a estratificação como uma espécie de desigualdade social. Este processo é evidenciado pela presença da desigualdade independentemente das classes e posições na sociedade, como ainda destaca esta relação com a estratificação social¹²:

Só há estratificação social quando a distribuição desigual e institucionalizada da riqueza, do prestígio, e do poder tem como consequência a formação de extensos setores da população de uma sociedade caracterizados pela homogeneidade de interesses, objetivos, aspirações, oportunidades e estilo de vida, apesar de toda diferenciação entre os seus membros individuais segundo as posições que ocupam e os papéis correspondentes que desempenham (Vila Nova, 1982, p.26-27).

Nesse sentido, são perceptíveis os resultados da presença da estratificação social baseada em características e interesses totalitários presentes fortemente nos grandes polos urbanos e a contradição do crescimento destes, frente ao grande crescimento mútuo da pobreza e das desigualdades. Toda esta contradição é vista com maior intensidade como expressão da produção social, da dinâmica de transformação e uso do território e dos recursos naturais, na realidade em que vivemos (Pena; Ferreira, 2014).

Para Carlos (2007), a desigualdade pode ser compreendida como centro explicativo da diferenciação e está condicionada à

¹² Cada sistema de estratificação é susceptível de variações, embora normalmente contidas dentro de certos limites pela lei da oferta e da procura, a qual atua como um mecanismo permanente de reequilíbrio. As diferentes sociedades apresentam também diversos sistemas de estratificação (Almeida, 1984).

produção espacial, em sentido real e concreto, nesse sentido, há uma profunda análise desta temática a partir desse sentido real:

O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção da sociedade que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por sua vez, será compreendido como condição, meio e produto da realização da sociedade num movimento/momento intrínseco à reprodução social. Significa dizer que a vida se realiza em espaços-tempos reais, sinalizando o fato de que as relações sociais têm uma dimensão espacial e se realizam através dessa e nessa dimensão (Carlos, 2007, p.50).

Portanto, é indispensável discutir e refletir sobre as novas práticas de produção das desigualdades, confrontando elementos reais e que constituem o vivido e o que se presencia na sociedade.

2. Elementos da formação da cidade de Parauapebas

A formação da cidade de Parauapebas tem sua gênese associada à condição de povoado, formado em áreas do município de Marabá, mais sua consolidação se dá especificamente pela descoberta de reserva de minérios em 1967, por pesquisadores da empresa *United State Steel (US Steel)* (PMSB, 2018)¹³. A partir de um acordo para garantia do Governo Federal sobre as terras do minério, a empresa *US Steel* e a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tornam-se detentoras dos direitos de extração do minério recém-descoberto, acordo este que em seguida é rompido por meio de convenção entre as empresas, e por fim com a CVRD sendo detentora dos direitos totais de exploração de minério (PMSB, 2018).

Entre 1978 e 1979 é dado início a construção do Projeto Ferro Carajás (PFC), e com isto, passam a chegar fazendeiros ao Vilarejo de Parauapebas que adquirem terras do Governo Federal, somado a chegada de madeireiros, garimpeiros e os próprios trabalhadores das obras do PFC. Entretanto, mais adiante em 1981, os primeiros sinais da organização do espaço urbano ocorrem com a construção de um núcleo urbano, na sede do município entre a portaria da Floresta

¹³ Plano Municipal de Saneamento Básico de Parauapebas (2018)

Nacional de Carajás (FLONA) e o igarapé Ilha do Coco, para atender familiares e trabalhadores da CVRD, e a empresa ainda deu início à construção de Escola, Delegacia de Polícia, Hospital Municipal, instalações de Prefeitura e da rede elétrica (PMSB, 2018). Além do referido núcleo para grande parte dos trabalhadores, em meio à floresta foi construído um núcleo para funcionários de maior escalão da empresa, com equipamentos de infraestrutura de padrões mais elevados.

A atividade mineradora de ferro, ouro e manganês tem um papel central na economia do município de Parauapebas e na região de Carajás, motivo pelo qual há uma grande execução de projetos e obras de estruturação, além de uma atividade migratória intensa, considerada a maior do estado (Palheta da Silva, 2013). A migração, de acordo com dados do censo demográfico do IBGE (2010) era representada por 41.221 não residentes no município, o equivalente a 21% do total, entretanto, os números do censo ficam ainda mais representativos quando observamos a região de nascimento dos residentes em Parauapebas.

Nota-se que os municípios da região do Carajás possuem estrutura urbana diferenciada pelas características de amadurecimento e ocupação territorial, sobretudo vinculada a potencialidade econômica, e relações territoriais que se ramificam e se desdobram em configurações não necessariamente ligadas a metrópole do estado do Pará, estabelecendo um grau de autonomia conduzida pela atividade econômica diferenciada, alterações demográficas e uma nova organização e ordenamento territorial (Ferrão, 2016).

Gradativamente, a população no município ganha destaque pelo acelerado fluxo migratório como resultado da indução de dinâmicas econômicas provenientes da extração de minério, que no ano de 2018, 88% das exportações do Pará correspondiam às Indústrias de Mineração e Transformação Mineral, sendo o principal proveniente da exportação de minério de ferro, predominante no município de Parauapebas, representando US\$ 9,196 bilhões, seguido por cobre, com US\$ 2,064 bilhões, manganês, US\$ 276 Milhões, bauxita, níquel, caulim, ouro, silício (SIMINERAL, 2021). Estas induções de aspecto econômico em relação às dinâmicas populacionais podem ser notadas nos elevados índices de crescimento demográfico em uma comparação com o município, estado e o país (Tabela 1).

Tabela 1 - Parauapebas-PA - Crescimento Demográfico em relação ao Estado e País. 1991-2021

| Período | Brasil | | Pará | | Parauapebas | |
|---------|-------------|-------|---------|-------|-------------|-------|
| | N.º | Δ (%) | N.º | Δ (%) | N.º | Δ (%) |
| 1991 | 146 825 475 | | 4950060 | | 53335 | |
| 1996 | 156 032 944 | 6,3 | 5466141 | 10,4 | 63563 | 19,2 |
| 2000 | 169 799 170 | 8,8 | 6192307 | 13,3 | 71591 | 12,6 |
| 2007 | 183 987 291 | 8,4 | 7065573 | 14,1 | 133298 | 86,2 |
| 2010 | 190 755 799 | 3,7 | 7581051 | 7,3 | 153908 | 15,5 |
| 2021 | 213 317 639 | 11,8 | 8777124 | 15,8 | 218787 | 42,2 |

Fonte: Censos e estimativas do IBGE

A tabela 1 permite interpretar uma tendência de rápido crescimento demográfico no município de Parauapebas, que aumentou cerca de 114,3% dos anos de 2000 a 2010 (IBGE, 2000, 2010). E a partir dos anos 2010 a 2021 com um salto de mais de 40% representando um acelerado processo de extensão demográfica no município. (Comparação com Pará e Brasil).

Somado a isto, é possível identificar as variações ao longo dos períodos nas diferentes escalas de análise, e no recorte do município de Parauapebas, entre os censos de 1991 e 2000 houve um crescimento em variação de 31,8%, relativamente equilibrado após a constante procura diante das atenções voltadas para a mineração na região nos anos 1980. No entanto, entre os censos de 2000 a 2010, esta variação correspondeu a 101,7%, mais que o triplo dos nove anos anteriores, o que pode ser explicado pelo momento de crescimento econômico regional e nacional.

3. Produção da moradia e desigualdades socioespaciais em Parauapebas

A cidade de Parauapebas vem passando por um acelerado processo de reestruturação urbana associado ao avanço de agentes econômicos, ao movimento demográfico para o município, sobretudo em relação ao avanço da presença de empresas do terceiro setor econômico. O município de Parauapebas apresenta um crescimento

bastante considerável quando comparado com os demais municípios que compõem a Região de Integração Carajás.

Há um protagonismo e centralidade ainda mais visível quando comparado à produção do PIB na região de Carajás (Tabela 2), onde há uma diversificação em relação a atividades econômicas, sobretudo de origem agrícola e pecuária, e o que se direciona e destaca-se em Parauapebas é a indução da atividade mineradora a outras atividades oriundas da terceirização de serviços de ligação a esta atividade, e também, o gradativo fortalecimento das atividades de comércio e serviços.

Tabela 2 -Região de Carajás-PA- PIB a preços correntes. 2014-2018

| Estado/Município | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Pará | 124 584 945 | 130 899 505 | 138 107 514 | 155 232 404 | 161 349 602 |
| Carajás | 26 098 797 | 23 671 198 | 24 675 764 | 33 690 570 | 34 529 517 |
| Bom Jesus do Tocantins | 121 145 | 134 478 | 153 703 | 164 637 | 176 017 |
| Brejo Grande do Araguaia | 56 859 | 64 269 | 76 450 | 80 573 | 78 180 |
| Canaã dos Carajás | 2 802 921 | 3 478 390 | 2 396 141 | 4 089 225 | 7 106 814 |
| Curionópolis | 206 385 | 344 416 | 593 083 | 860 118 | 820 223 |
| Eldorado dos Carajás | 272 784 | 287 743 | 318 851 | 359 402 | 377 700 |
| Marabá | 6 313 839 | 7 305 741 | 7 487 235 | 8 599 354 | 8 780 799 |
| Palestina do Pará | 47 595 | 53 301 | 63 936 | 66 032 | 65 475 |
| Parauapebas | 15 561 713 | 11 184 354 | 12 645 409 | 18 439 322 | 15 995 450 |
| Piçarra | 155 514 | 180 801 | 200 705 | 200 788 | 235 172 |
| São Domingos do Araguaia | 177 494 | 220 134 | 251 103 | 272 450 | 281 019 |
| São Geraldo do Araguaia | 290 862 | 312 905 | 379 311 | 441 677 | 490 326 |
| São João do Araguaia | 91 686 | 104 666 | 109 837 | 116 992 | 122 342 |

Fonte: FAPESPA (2021) com base no IBGE / **Autor:** Machado (2021)

Esta configuração ainda se destaca nos três municípios de maior produção de PIB a preços correntes, apesar de variações ocorrerem entre os anos de 2014 e 2018, com um nítido crescimento no município de Canaã dos Carajás devido à extensão da atividade mineradora a este município vizinho a Parauapebas, expressando um forte núcleo de extração mineral envolvendo os três municípios.

Esta (re)configuração marca o processo de reestruturação urbana (Sposito, 2007) que está atrelada à desigualdade socioespacial e as dinâmicas de transformação da cidade diante da produção do espaço e dos avanços da globalização, nesse sentido, a reestruturação

urbana é baseada na desconcentração populacional e empresarial¹⁴ em direção a novos centros periféricos que passam a se constituir como novas centralidades com poderes econômicos regionais (Bergamachi, 2014). Este processo é encontrado e narrado por diversos moradores, como se constatou durante entrevistas nos bairros Vale do Sol, Tropical, Altamira, Jardim Canadá, Vale do sol, VS10 e Primavera, como os que possuem as piores condições de infraestrutura, cada bairro com peculiaridades e desafios estruturais¹⁵.

A mineradora Vale realiza parcerias com o governo municipal, mas o papel da empresa é de repassar os impostos que chegaram a R\$248.428.467,78 em *royalties* do minério no ano de 2017 (ANM, 2017), mas não há uma obrigatoriedade em relação a demandas da cidade, pois cabe a gestão pública subsidiar investimentos necessários para implementar iniciativas que atendam as demandas oriundas do inchaço populacional e de compromisso social para a população de Parauapebas (Atividade de Campo, junho de 2017).

Para além disso, é importante ressaltar que a análise da realidade econômico-espacial não se deve limitar a uma visão particularizada, ignorando outras dimensões essenciais do fenômeno industrial¹⁶, posto que, segundo Fernandes (2004), toda a empresa industrial integra-se num contexto mais amplo que pode ser identificado como setor, ramo ou sistema industrial, o que pressupõe pensar para além dos planos produtivo e espacial, rumo a uma dimensão temporal (Fernandes, 2004). Esta análise está diretamente conectada aos fenômenos de produção na cidade de Parauapebas e como, a partir desse setor econômico incorporado pela mineradora Vale, cria laços territoriais e um curto espaço-tempo.

¹⁴ De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE (2021), em 2017 Parauapebas possuía 3.197 empresas e organizações atuantes, em 2019 este número chegou a 3.625, sendo o 5º maior número de empresas do estado do Pará em ambos os períodos.

¹⁵ De acordo com o censo demográfico de 2010 do IBGE, o município de Parauapebas apresentava 45.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 30.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 21.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

¹⁶ De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) (2021), no município de Parauapebas existem 33 Indústrias Extrativas e 872 Indústrias de Transformação.

O crescimento urbano que passa a ocorrer em conjunto com os condomínios horizontais fechados, voltada à verticalização da área urbana municipal. A cidade tem como fronteiras físicas o rio e a Floresta Nacional de Carajás (FLONA), dessa forma, a cidade cresce na direção dos municípios de Curionópolis e Canaã dos Carajás contíguos à Parauapebas. Uma tendência em função do crescimento urbano acelerado e da falta de espaços para novas construções no perímetro urbano.

A moradia no município é compreendida por uma dinâmica de apresentação de soluções de médio e longo prazo para déficits habitacionais em virtude do aumento populacional acelerado das últimas décadas, que em 2010 chegou a um crescimento estimado de 29%, de 2010 para 2014, de acordo com o censo e estimativas do IBGE. Entretanto, um problema recorrente, com o avanço da urbanização em diversas cidades, também é visível em Parauapebas.

Na Associação dos moradores do bairro dos Minérios, a moradora e conselheira de habitação da (SEHAB) de 34 anos veio com seus pais da cidade de Tucuruí, e relata sobre a implantação e difusão do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade e no bairro, destacando as irregularidades na concessão de casas pelo programa:

Dentro do residencial dos Minérios tem muitas pessoas que conseguem burlar, então a solução é realizar um mapeamento em toda a cidade, das pessoas que realmente precisam, chegam pessoas aqui chorando atrás de uma oportunidade para conseguir a concessão de uma casa, mas tem que comprovar a renda, a localização [...] assim a SEHAB¹⁷ vai poder atuar cem por cento [...] a melhor forma de resolver é começar do zero [...] Pessoas que chegaram ontem já conseguem casa, enquanto as pessoas que estão aqui a mais de três anos ainda estão sem moradia digna, enquanto uns não tem nada, outros têm tudo (Entrevista realizada em 23 de junho de 2017).

Nas áreas do residencial dos Minérios e residencial Vila Nova (Figuras 2 e 3) estão presentes em área que antes era predominante o número de ocupações irregulares em área institucional, onde em 2011

¹⁷ Secretaria Municipal de Habitação de Parauapebas

foi realizada a implantação do PMCMV para regularizar e realizar adequações. Conforme a assistente administrativa do Centro de Desenvolvimento Comunitário do bairro, Kelly Leno afirma “[...] estão sendo implantados alguns projetos no bairro, como a horta comunitária que objetivará gerar renda aos trabalhadores que residem no bairro [...] os residenciais não poderiam ter nenhum tipo de comércio, contudo, existem diversos comércios nos residenciais para trazer uma praticidade no consumo dos moradores daqui” (Entrevista em 23 de junho de 2017).

Figuras 2 e 3 – Parauapebas-PA - Residencial Vila Nova



Fonte: Atividade de campo, junho de 2017 / Autor: MACHADO (2017)

Percebem-se os padrões das casas semelhantes, característicos do PMCMV, em uma área antes pouco valorizada, agora com a grande oferta de residenciais com uma nova perspectiva para o bairro. Entretanto, conforme Rolnik (2015), a respeito do PMCMV, há uma percepção sobre os efeitos “colaterais” do programa, com um resultado de equações financeiras, a título de exemplo a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo é mais barato. Outros casos relacionados ao rumo da direção da “informalização” dos espaços desenhados, em algumas situações observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região formando verdadeiros bolsões de moradia popular, bastante semelhantes às cidades dormitório que foram constituídas pela produção habitacional pública em décadas anteriores (ROLNIK, 2015).

Outros problemas relacionados a esta expansão surgem como o peso de despesas para os moradores, atribuído além da taxa mensal a ser paga pelo domicílio, a taxa de luz e água, são elementos que pesam a estes indivíduos, além do reassentamento em franjas da cidade,

empreendimentos ligados ao tráfico de drogas e/ou milícias, como um domínio que se dá tanto territorialmente, através do controle dos espaços coletivos, quanto administrativamente, através do papel exercido pelos síndicos, muitas vezes controlados por tais grupos (ROLNIK, 2015).

4. Condições de infraestrutura urbana face da precariedade urbana

Em Parauapebas, a presença de ocupações informais em palafitas é recorrente, principalmente em áreas de risco de enchente e deslizamento, sobretudo nos meses de setembro e outubro (Atividade de Campo, junho de 2017). É interessante analisar a dimensão da contradição e da desigualdade socioespacial, em meio à instalação intensa da população nas bordas da cidade, ressaltando que estas são formas improvisadas que a população mais pobre encontra para se estabelecer e conviver em um território ocupado por contradições, realidade perversa imposta por uma sociedade desigual em diversos âmbitos (Figura 4).

Figuras 4 – Parauapebas-PA - Condições de saneamento precárias no bairro Primavera



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2017

Autor: MACHADO (2017)

O saneamento neste ponto da cidade é de configuração precária, e o esgoto sanitário é transferido diretamente ao rio, segundo a

afirmação do morador Francisco de Assis: “Antigamente aqui era o Riacho Doce, aqui era muito violento, mas os moradores revoltados com isso ocuparam aqui [...] essas casas em palafitas foram construídas de uns oito anos pra cá, é recente ainda” (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2017).

Essa situação é encontrada a poucos quilômetros da portaria da Floresta Nacional dos Carajás, onde estão presentes os principais projetos de extração de minério da Vale, e o Núcleo Urbano de Carajás, com o seu padrão europeu e outra realidade, possuindo até mesmo um hospital de referência na região sudeste do Pará (Trabalho de campo, junho de 2017). Tudo isso esmiuçando realidades espaciais tão próximas e socialmente tão distintas. A segregação urbana¹⁸ se manifesta de maneira singular, como uma forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial (Villaça, 2011). Por sua vez, “[...] o controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja, sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer, etc” (Villaça, 2011, p.56).

Tais elementos permitem identificar problemas associados a dificuldades de deslocamento e localização de empregos são fatores que visivelmente enfatizam o quão profunda e complexa é esta adversidade da crise urbana em Parauapebas. Por sua vez; parafraseando Villaça (2011) para quem a segregação tem sua manifestação na produção das desigualdades socioespaciais; a construção de condomínios verticais e a modernização concentrada através da concentração de equipamentos urbanos na área central da cidade simbolizam uma espécie de segregação, constituindo uma importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera nesta “cidade da mineração”.

Considerações finais

Neste sentido, procurou-se abranger diversas análises sobre a ocorrência desses processos urbano-espaciais, os quais desencadearam

¹⁸ Segundo Roma (2008) a segregação socioespacial de parcelas da sociedade é resultado do aprofundamento das desigualdades sociais expressas no espaço urbano pela forma como ele se estrutura e como nele se distribuem os diferentes usos do solo [...] (Roma, 2008, p. 37).

na conclusão de que a cidade está passando por intensas modificações, as quais são oriundas do resultado de ações estruturantes do Estado e da atividade mineradora. Entretanto, tais transformações ocasionam novas tendências de produção desigual no espaço urbano. Tais elementos inerentes ao processo de reestruturação econômica e da cidade trazem como resultados, um acelerado processo de modernização do território, constituindo um produto, condição e meio para a reprodução desigual do território, em razão das intensas atividades promovidas pela Vale. Estes resultados são evidenciados pelo acelerado crescimento desordenado do espaço urbano em Parauapebas, e estão presentes em problemáticas socioeconômicas, demonstrados pela elevada demanda por moradia, precária infraestrutura, ausência do poder público diante de elevadas demandas sociais. A união de todas essas adversidades e contradições exibe uma cidade com interpretações mais profundas sobre a sua realidade, as contradições de uma cidade que deveria ser “rica”, mas que apresenta um espaço marcado por desigualdades socioespaciais quando são analisadas as dinâmicas cotidianas de produção do espaço.

Diante de tais desigualdades e repercussão de novas configurações e de uma reestruturação urbana, reverberam na cidade de Parauapebas mazelas que tendem a se fortalecer devido ao contínuo e histórico processo de formação desta cidade, notadamente marcado por dinâmicas de migração e as precárias condições de preparo para lidar com este processo de aceleradas mudanças, sobretudo no espaço urbano, perpassando e modificando centralidades em escalas local e regional, o que se comprova com os dados econômicos e populacionais que ressaltam com profundidade tais dinâmicas que obtiveram um relevante e acelerado impulsionamento também provenientes de atividades no âmbito global, interferindo em diferentes escalas socioespaciais.

Por conseguinte, as análises que surgiram ao longo da pesquisa, permitiram trazer novas maneiras de observar e interpretar Parauapebas, em ângulos que apresentavam maior carência para entender o que há além da cidade, e manifestar através desta pesquisa as suas múltiplas faces, sobretudo, na caracterização da desigualdade socioespacial e nas condições de moradia na cidade de Parauapebas.

Referências

ALMEIDA, João Ferreira de. **Temas e conceitos nas teorias da estratificação social – Análise Social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1984.

BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: MMA (Org). **Causas da dinâmica do desmatamento da Amazônia**. Brasília, MMA, 2001.

BERGAMASCHI, Eliza. **Urbanização, reestruturação urbana e mudanças na organização espacial da cidade de lajeado na região do vale do taquari – RS**. 2014. 242 f. Dissertação (Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC), Santa Cruz do Sul, 2014.

BRASIL, Agência Nacional de Mineração (ANM). **Distribuição CFEM do Estado: PA e Ano: 2017**. 2017. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2017&uf=PA>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação Socioespacial**. São Paulo: USP, 2007, p.50.

CONSTRUTORA, Amec. **Amec Ville Jacarandá**. Parauapebas: Portal web, 2021. Disponível em: <<https://ameconstrutora.com.br/index.php/empreendimentos/12-amec-ville-jacaranda>>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**: Parauapebas. 2019. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2019>>, Acesso em 13 de outubro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos do IBGE 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 de set. de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 – Revisão 2004 Metodologia e Resultados**: Estimativas anuais e mensais da população do Brasil e das unidades da federação: 1980 – 2020 Metodologia Estimativas das populações municipais Metodologia. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa. 2004. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98581.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Parauapebas**. 2021. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%). SIDRA, série histórica por estado. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6468#resultado>> . Acesso em 14 de outubro de 2021.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Anuário Estatístico 2021**. Belém. 2021. Disponível em <<http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2021/>>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

FERRÃO, João. Descentralizar, desenvolver, inovar: um olhar sobre o ordenamento territorial. Faro: **IX Congresso Português de Sociologia**: Portugal, território de territórios – Universidade de Algarve, Faculdade de Economia, 2016. Disponível em: <https://www.associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/Semi-plenaria_descentralizar,%20desenvolver,%20inovar_Joao%20Ferraio.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2021.

FERNANDES, Rui Jorge Gama. **Dinâmicas Industriais, Inovação e Território**: Abordagem Geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

INE. Instituto Nacional de Estatística – *Statistics* Portugal. **Censos 2021**. Lisboa: Portal web. 2021. Disponível em: <https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_sobre_censos&xpid=CENSOS21&xlang=pt>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

MOYSÉS RODRIGUES, Arlete. **Desigualdades socioespaciais: A luta pelo direito à cidade**. Presidente Prudente: UNESP, 2007.

PARAUAPEBAS, Prefeitura de. Leis Municipais. Parauapebas. Disponível em: <<http://www.parauapebas.pa.gov.br/>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

PARAUAPEBAS, Secretaria Municipal de Habitação. Parauapebas: Prefeitura de Parauapebas, 2021. Disponível em <<https://parauapebas.pa.gov.br/habitacao.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

PMSB, **Plano Municipal de Saneamento Básico de Parauapebas**. Contexto histórico. Parauapebas: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2018. Disponível em: <<https://parauapebas.pa.gov.br/images/2018/PMSB-DE-PARAUAPEBAS---TOMO-1---CARACTERIZAO.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Território e Mineração em Carajá**. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. **Desigualdades Socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades**. Fortaleza: Mercator, p. 27, 2014.

PLHIS, Plano Local de Habitação de Interesse Social de Parauapebas – PLHIS. Parauapebas: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2013.

ROCHA, Altamar Amaral. A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades

brasileiras. Salvador: **Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, UESB, 2011.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. LIMA, Ricardo Angelo Pereira. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia paraense. Florianópolis: **Geosul**, v. 34, n. 71 – Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 357-381, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p356/39255>> . Acesso em 13 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá**, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente. 2008. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96712/roma_cm_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

- SANTOS, Milton, **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e Meio Técnico–Científico–Informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 6ª edição, 2001.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto. 2000.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**. Presidente Prudente: (s.n) 2004.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O estudo das cidades médias brasileiras**: Uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Barcelona: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. XI, n. 245 (11), 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 2 de outubro de 2021.
- SIMINERAL. Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará. **Mineração no Pará, Brasil e Mundo**. Belém: Portal SIMINERAL. 2021. Disponível em: <<https://simineral.org.br/mineracao/mineracao-para>>. Acesso em: 11 de outubro de 2021.
- VILA NOVA, Sebastião. **Desigualdade, Classe e Sociedade** - Uma Introdução aos Princípios e Problemas da Estratificação Social. São Paulo: Editora Atlas. 1982.
- VILLAÇA, Flávio. **São Paulo**: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados vol. 25 no.71. São Paulo: Scielo Brasil. 2011, p. 58.

Sobre os autores

Clícia Julie Batista Barata

Geógrafa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cliciareis08@gmail.com

Daniel Araujo Sombra Soares

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM-UFPA). E-mail: dsombra@ufpa.br

Emílio Chaves Rocha

Médico formado pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA) e especialista em Pediatria (UFPA). Professor Preceptor em Saúde da Família do curso de Medicina do Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ). E-mail: emiliorocha88@hotmail.com

Gilberto de Miranda Rocha

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-USP). Professor titular do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA-UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM-UFPA). E-mail: gilrocha@ufpa.br

Gilmara Oliveira da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: maragil.geo@gmail.com

Izabel Nahum Dias

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: izabelnahumdias@gmail.com

Jondison Cardoso Rodrigues

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (PPGDSTU-UFPA). Pesquisador Independente. Pesquisador colaborador no Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), do Laboratório de Pesquisas sobre Cidade, Território e Vulnerabilidade Socioambiental (LACIT), da Rede de Pesquisadores sobre Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCiTA) e do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA). E-mail: jondisoncardoso@gmail.com.br

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PPGG-UNESP - Campus Presidente Prudente). Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), do Laboratório de Pesquisas sobre Cidade, Território e Vulnerabilidade Socioambiental (LACIT) e Líder-Membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades, Territórios e Meio Ambiente (ReCiTA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPA). E-mail: jovenildo@ufpa.br; jovenildo@yahoo.com.br

Léa Maria Gomes da Costa

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Professora Assistente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). Email: lea.costa@uepa.br.

Marlon Lima da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA - Campus Abaetetuba). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPA). E-mail: marlon.lima@ifpa.edu.br

Paula Beatriz Rêgo Menezes

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFGPA). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: paulamgeo@gmail.com

Raimundo Sócrates de Castro Carvalho

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFGPA). Professor Associado I da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). E-mail: socrates@ufpa.br

Rodrigo Luciano Macedo Machado

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFGPA). Membro colaborador no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). Doutorando em Geografia pela Universidade de Coimbra. E-mail: rodrigommluciano@hotmail.com

Rui Jorge Gama Fernandes

Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor Associado no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador integrado do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). E-mail: rgama@fl.uc.pt

Como produto de coexistências cruzadas, assistimos os tempos lentos das cidades e da vida ribeirinha amazônica sendo gradativamente solapados, invisibilizados, tensionados, diluídos, coagidos, por ordens distantes e por interesses econômicos exógenos ao lugar, cuja intencionalidade, ligeireza e voracidade, transformam natureza em mercadoria, terra em latifúndio, trabalho em riqueza apropriada pelo capital. Por sua vez, as cidades médias desta região têm sido “tomadas” na velocidade dos processos de reestruturação urbana, amalgamadas, combinadas e misturadas em suas múltiplas faces (ribeirinha, da beira da estrada) para atender aos interesses de negócios financeiros, imobiliários e corporativos.

Modos de viver e de habitar milenares tendem a se tornar espaços de resistência, em face do estabelecimento da tendência de expansão de circuitos econômicos imobiliários e não imobiliários, de políticas urbanas pautadas em commodities financeiras, com predomínio de uma racionalidade neoliberal e de uma lógica de organização espacial fragmentária nas cidades grandes e médias, anunciando o alvorecer da tendência de urbanização capitalista (concentrada, extensiva e diferencial) e de cidades fragmentadas.

Do arsenal de possibilidades que ditam as diferenciações espaciais da urbanização na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI, selecionamos três eixos principais para orientar as reflexões: 1) Nexos entre financeirização, moradia e trabalho nas cidades amazônicas; 2) Planejamento, gestão e políticas públicas na escala metropolitana; 3) Urbanização, desigualdade socioespacial e direito à moradia. De modos distintos, cada um dos eixos temáticos revela que, embora um conjunto de inovações técnicas, políticas e econômicas seja difundido no curso da urbanização contemporânea no Brasil e no mundo, especialmente pelo neoliberalismo e pela financeirização, as diferentes cidades da região amazônica carregam mudanças e permanências vinculadas aos processos de resistência territorial, a partir do encontro e desencontro de interesses, intencionalidades e ações contra hegemônicas, que permitem fortalecer as lutas pelo direito à cidade e ao território de existência.

APÓIO:



Rede de Pesquisadores
RECITA
Ciências, Territórios e Meio Ambiente



ISBN: 978-65-88151-33-4



9 786588 151334